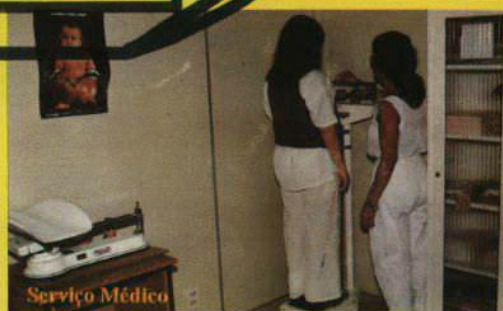


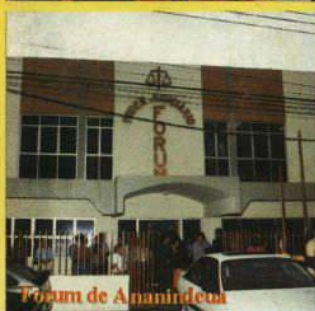
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



Escola Superior da Magistratura



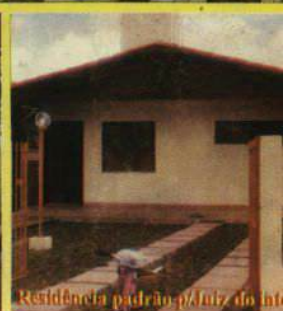
Serviço Médico



Fórum de Ananindeua



Treinamento comportamental



Residência padrão-pálula do Int.



Almoxarifado e depósito do TJE



Arquivo TJE



RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADES

FEVEREIRO/93 À JANEIRO/95

41.419709811
2211 3509311
v.1

OC. 12626
EX. 17797

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADES
Fevereiro/93 à Janeiro/95

ADMINISTRAÇÃO:
DESa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS

341.410.70001
P-11x

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

Belém - Pará

Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado
 Desembargadora Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos
 Vice-Presidente
 Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva
 Corregedor Geral de Justiça
 Desembargador José Alberto Soares Maia
 Diretora do Forum Cível
 Juíza Albanira Lobato Bemerguy
 Diretora do Forum Criminal
 Juíza Ivone Santiago Marinho
 Secretário Geral do Tribunal
 Gengis Freire de Souza
 Subsecretário do Tribunal
 Luís Cláudio Serra de Faria
 Chefe de Gabinete da Secretaria da Presidência
 Maria Cândida Gomes Noronha
 Assessorias
 Célia Angélica Lobo dos Santos - Presidência
 Teresa Cativo Rosa - Planejamento e Programação
 Rubem Bernardes Kepler da Silva - Organizacional
 Paulo de Mendonça Ledo - Cerimonial e Relações Sociais
 Odacyl Catete - Imprensa
 Georgina Pereira dos Santos - Auditoria Interna
 Diretor Secretário de Administração
 Rui Guilherme Soares Noronha
 Diretora do Departamento de Recursos Humanos
 Ana Regina Azevedo da Silva
 Diretora do Departamento Financeiro
 Celeste Ângela Dias Lobo
 Diretora do Departamento de Documentação e Informação
 Vilma Raimunda Lobato Reis
 Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços
 Miguel Sauma Filho
 Diretor do Departamento de Informática
 Luiz Paulo Leal da Gama Malcher
 Diretora da Escola Superior de Magistratura
 Desembargadora Climenie Bernadette de Araújo Pontes
 Coordenador da Escola Superior de Magistratura
 José Adelino Soares Noronha
 Coordenadora do Museu do Judiciário
 Cacilda Maria Saraiva Pinto
 Coordenadora de Concursos
 Maria Goreti Monteiro
 Justiça Militar do Estado
 Flávio Roberto Soares de Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5-6
1. PRESIDÊNCIA.....	4
1.1 Feitos da Presidência (Biênio 1993/1995).....	7
1.2 Realizações da Presidência.....	8-14
1.3 Gabinete.....	14
1.4 Cerimonial.....	14
1.4.1 Cerimônias - (1993/1994).....	14-22
1.4.2 Visitas recebidas e realizadas - (1993/1994).....	22-29
2. VICE-PRESIDÊNCIA	30
2.1 Feitos da Vice-Presidência	30
3. CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA.....	31
3.1 Feitos da Corregedoria	31
4. SECRETARIA GERAL	32
4.1 Feitos da Secretaria	32-33
5. SUB-SECRETARIA	34
5.1 Feitos da Sub-Secretaria	34-36
6. FORUM CÍVEL	36
6.1 Realizações do Forum Cível.....	36-37
6.2 Feitos do Forum Cível	38
7. FORUM CRIMINAL	38
7.1 Realizações do Forum Criminal	38-39
7.2 Feitos do Forum Criminal	40
8. JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS	40-41
9. ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA	42
9.1 Realizações da E.S.M.	42-45
9.2 Acervo.....	45
10. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO.....	45
10.1 Realizações da Assessoria de Planejamento e Programação	45-47
10.2 Demonstrativo Orçamentário: 1993	48
10.3 Demonstrativo Orçamentário: 1994	49
11. ASSESSORIA DE IMPRENSA.....	50
11.1 Realizações da Assessoria de Imprensa.....	50
12. ASSESSORIA ORGANIZACIONAL.....	50-51

13.	SECRETARIA ADMINISTRATIVA.....	52-53
13.1	Departamento de Patrimônio e Serviços	54-64
13.2	Departamento de Documentação e Informação.....	65-68
13.3	Departamento de Informática	68-77
13.4	Departamento de Recursos Humanos	78
13.5	Departamento Financeiro	79-82
14.	ASSESSORIA JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	83
15.	MUSEU JUDICIÁRIO.....	83
16.	AUDITORIA INTERNA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	83-84
17.	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	84
18.	COMISSÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS.....	84-108
19.	JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ	109-110
20.	CONCLUSÃO.....	111
ANEXOS		
	Municípios do Estado do Pará: dados judiciários (Anexo 1)	
	Regionalização Judiciária (Anexo 2)	
	Organograma do TJE (Anexo 3)	

APRESENTAÇÃO

No momento em que deixo de ocupar o cargo de Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, quero reproduzir trechos do meu discurso de posse, para resgatar os compromissos que aquela altura assumi e que, nesta ocasião, de apresentação do Relatório das atividades desenvolvidas durante os anos de minha administração, tenho a satisfação de me reportar. "Como juiz deste Tribunal que continuo sendo, deixo agora de ministrar justiça para administrá-la, como se fosse um templo e eu o seu humilde e dedicado levita.

Tenho conhecimento das responsabilidades e dos trabalhos que me aguardam, e se pretendi o cargo o foi na esperança de poder contribuir com uma parcela da minha experiência no desenvolvimento, no progresso do nosso Poder.

O maior problema que enfrenta nossa instituição é, precisamente, a falta de credibilidade. Com o crescimento explosivo de nossa população, aumentaram os problemas sociais. Cresceram a miséria, a corrupção, a violência. Aponta-se o Poder Judiciário como conivente com a crise. Critica-se a morosidade da Justiça. É o Juiz - dizem - que, desidiioso, atrasa os processos, procrastinando as soluções. Têm, os nossos acusadores, a veleidade de pensar que, se a Justiça fosse veloz os males sociais desapareceriam.

Quanto a isto, temos a dizer que embora vivamos o século da velocidade, não podemos nós, Juizes da Justiça Comum, ter a preocupação mórbida com a celeridade em detrimento da realização da Justiça. Mesmo porque o que dificulta a rápida prestação jurisdicional é a falta de uma boa estrutura aliada a uma sobrecarga terrível de processos.

Estamos conscientes todos nós - Juizes, da necessidade de soerguer o nome do nosso Poder, num esforço conjunto de trabalho, operosidade e dinamismo. Que a comunidade saiba que desta luta não desertaremos".

Transcorridos dois anos de administração a frente da presidência do TJE e recebendo o apoio de meus pares e demais servidores do Poder Judiciário, tive a satisfação de haver cumprido meu dever sem me afastar dos compromissos assumidos por ocasião da posse, traduzidos na busca de uma administração coerente e eficaz da Justiça em nosso Estado. A tarefa não foi fácil mas, ao contrário, árdua e complexa.

A conjuntura sócio-econômica e política desfavoráveis, associada aos grandes desafios impostos ao Judiciário a partir do fortalecimento das instituições democráticas, levou a uma crescente demanda da população para assegurar a proteção judicial. Assim também, sob a nova Constituição, a demanda pela cidadania transformou-se em verdadeira aspiração nacional.

Embora se saiba que o Poder Judiciário por definição só age quando provocado, a credibilidade de que se fez credor potencializou os anseios de provocação, a que tivemos de responder, infelizmente, não na extensão e na presteza que estavam a exigir os anseios dos jurisdicionados. Mesmo assim acreditamos ter criado as condições de possibilidade para um salto à modernidade, que na vida judiciária significa decidir logo e decidir bem.

Se do balanço das nossas realizações não podemos apresentar um saldo tão significativo quanto queríamos, tal se deveu às dificuldades de variada natureza, e nunca a falta de dedicação de todos quantos, somando esforços, juntaram-se à nós, para obra comum.

Por tudo o que foi feito e pelo que se deixou de realizar, mas que testemunhamos competência, compromisso e luta, é que nesse momento queremos deixar registrado nossos agradecimentos aos que colaboraram com nossa administração.

Se temos certeza do cumprimento de nossa missão, temos esperança de que nossos seguidores saibam compreender os rumos da história, lutando para que o Poder Judiciário desempenhe seu papel a altura das transformações que estão a exigir a modernidade do Estado.


DESA. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
 Presidente do TJE-Pa.

1. PRESIDÊNCIA

1.1 Feitos da Presidência

Durante o biênio 93/95, a Presidência do TJE teve o desenvolvimento de seus feitos segundo o quadro abaixo:

RECURSOS ESPECIAIS	
Total de recursos interpostos	366
Recursos em tramitação	88
Despachos proferidos	265
• Seguimento denegado	243
• Seguimento admitido	22
RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	
Total de recursos interpostos	77
Recursos em tramitação	39
Despachos proferidos	64
• Seguimento denegado	54
• Seguimento admitido	10
RECURSOS ORDINÁRIOS EM HABEAS - CORPUS	
Total de recursos interpostos	48
Recursos em tramitação	10
Despachos proferidos	38
• Encaminhando ao STJ	38
• Seguimento denegado	2
RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADOS DE SEGURANÇA	
Total de recursos interpostos	50
Recursos em tramitação	8
Despachos proferidos	42
• Encaminhado ao STJ	39
• Seguimento denegado	3
AGRAVOS DE INSTRUMENTO	
Total de recursos interpostos	248
Recursos em tramitação	75
Despachos proferidos	211
• Encaminhados ao STJ e STF	284
• Seguimento denegado	9
PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA	
Total de pedidos interpostos	17
Despachos proferidos	17
• Indeferidos	11
• Deferidos	6
INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA	
Total de informações	10
Informações prestadas	9

1.2 Realizações da Presidência

- ♦ Realização de Concurso Público, na Comarca da Capital, nos cargos de: Escrivão, Escrevente, Auxiliar Judiciário, Auxiliar de Informática, Atendente Judiciário I, Comissário e Auxiliar de Serviços Gerais;
- ♦ Realização de Concurso Público nas Comarcas de Abaetetuba, Augusto Corrêa, Chaves, Concórdia do Pará, Irituia, Itaituba, Mojú, Novo Progresso, Rio Maria, São João do Araguaia, Soure e Trairão;
- ♦ Concurso Público em fase de realização de provas, nas Comarcas de Castanhal, Medicilândia, São Miguel do Guamá e Ulianópolis;
- ♦ Concurso Público em fase de inscrição, nas Comarcas de Baião, Capanema, Curionópolis, Parauapebas e Santa Izabel do Guamá;
- ♦ Criação/instalação na Comarca da Capital, no Forum Cível, de oito Varas de Juiz de Direito, a saber: 2 Varas de Família; 1 Vara de Fazenda Pública; 2 Varas de Assistência Judiciária, 1 Vara do Juizado da Infância e Juventude e 2 Varas Distritais de Icoaraci;
- ♦ Criação/instalação na Comarca da Capital, no Forum Criminal, de quatro Varas de Juiz de Direito, a saber: 1 Vara no Tribunal do Júri, 1 Vara de Crimes contra a Economia Popular e Imprensa, 1 Vara de Entorpecentes, 1 Vara de Juízo Singular;
- ♦ Instalação de Varas Criminais nas Comarcas de Santarém, Marabá, Santa Izabel do Pará, Ananindeua, Abaetetuba, Mojú, Altamira e Distrito Judicial de Icoaraci;
- ♦ Instalação de Varas Cíveis nas Comarcas de Ananindeua, Santarém e Distrito de Icoaraci;
- ♦ Instalação de 8 (oito) Comarcas no Interior do Estado a saber: Brasil Novo, Medicilândia, Rurópolis, Tailândia, Benevides, Porto de Moz, Garrafão do Norte e Dom Eliseu;



Instalação da Comarca do Município de Brasil Novo

- ♦ Obras de engenharia, em fase de conclusão, nos Municípios de Ourilândia do Norte e Salvaterra, visando a instalação das respectivas comarcas, bem como do prédio do Forum no Município de Tucumã;
- ♦ Processos de homologação de opção nas Comarcas de Abaetetuba, Acará, Afuá, Alenquer, Almeirim, Altamira, Augusto Corrêa, Aveiro, Bagre, Baião, Barcarena, Benevides, Bragança, Bujarú, Cametá, Capanema, Castanhal, Chaves, Conceição do Araguaia, Igarapé-Miri, Inhangapi, Marabá, Mocajuba, Mojú, Monte Alegre, Muaná, Óbidos, Portel, Primavera, Rio Maria, Salinópolis, Santa Cruz do Arari, Santana do Araguaia, Santa Izabel do Pará, Santarém, Santarém Novo, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, São João do Araguaia, São Miguel do Guamá, São Sebastião da Boa Vista e Soure;
- ♦ Implantação no Poder Judiciário do Sistema de Juizados Especiais de Pequenas Causas;



Instalação do Juizado de Pequenas Causas na Comarca de Capanema

- ♦ Instituição no Poder Judiciário da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (resolução 014/94);
- ♦ Alteração do Regimento Interno, considerando as necessidades de adequação da nova realidade do TJE;
- ♦ Adequação da estrutura organizacional e funcional às novas necessidades do Poder Judiciário de acordo com as metas estabelecidas pela Presidência;
- ♦ Redistribuição e enquadramento de funcionários do Poder Judiciário com progressão funcional dos servidores, pelo critério de antiguidade;
- ♦ Elaboração da Nova Regionalização Judiciária do Estado do Pará;
- ♦ Ações para implementação do Juizado da Infância e da Juventude, 24ª Vara, passando a viabilizar na Comarca de Belém, a execução das medidas sócio-educativas, constante no artigo 122 do ECA, bem como outras destinadas ao

acompanhamento dos adolescentes sentenciados por este Juízo. Dentre essas ações destacam-se:

- Convênio com a Universidade Federal do Pará / Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) para apoio técnico-científico ao Juizado, através do acompanhamento aos jovens cumprindo medidas sócio-educativas.
- Convênio de Apoio e Cooperação Técnica entre o Poder Judiciário / Juizado da Infância e Juventude (24ª Vara Cível) e a Universidade da Amazônia-UNAMA;
- Convênio com o Centro Brasileiro da Infância e Adolescência (CBIA), para aquisição de um veículo Kombi e para realização de cursos profissionalizantes para adolescentes do Juizado, realizados com o apoio do SENAI no próprio Juizado;
- Convênio de cooperação técnica firmado entre o Poder Judiciário / Juizado da Infância e Juventude (24ª Vara Cível) e a Secretaria do Trabalho e Promoção Social (SETEPS), com o objetivo da reinserção social, profissionalizante, dos adolescentes condenados por prática de ato infracional;
- Instalação de uma Vara Especializada da Infância e da Juventude, na Comarca de Santarém;
- Ações do Juiz Titular junto ao UNICEF para viabilizar a articulação e integração entre os diferentes órgãos e entidades, que no Pará e no Brasil, desenvolvem experiências de trabalho com menores infratores;
- Contatos e reuniões do Juiz Titular com o SENAI, Sesi, SENAC, Escola Salesiana do Trabalho, Círculo Operário, Lar Fabiano de Cristo, e outros, que demonstraram interesse na celebração de convênios para a realização de cursos profissionalizantes e/ou engajamento em cursos existentes na referida Instituição;
- Apoio a Elaboração de Projeto de Profissionalização, objetivando a obtenção de recursos financeiros junto ao CBIA, a fim de viabilizar a realização dos cursos de Eletricista Instalador e Encanador Predial, oferecidos pelo SENAI através de sua Unidade Móvel;
- Convênio entre o Poder Judiciário / Juizado da Infância e Juventude (24ª Vara Cível) e a Instituição Lar Fabiano de Cristo para cessão de dez vagas no Curso de Marcenaria;
- Negociações do Juiz Titular com o Círculo Operário para cessão de vagas no curso que são oferecidos por essa instituição, objetivando a recuperação de adolescentes autores de atos infracionais;
- Apoio a elaboração de estudos junto a outras Instituições para verificar a possibilidade de firmar convênios que venham ao encontro do trabalho que vem sendo realizado pelo Juizado no sentido de garantir a recuperação e o direito a profissionalização dos adolescentes assistidos;
- Contatos realizados através do Juiz titular, com o Sindicato dos Rodoviários, onde são emitidos os vales-transporte, objetivando sensibilizar a direção do mesmo a contribuir no trabalho de assistência aos adolescentes e famílias de apoio;
- Ações do Juiz titular na conscientização e abertura de espaços junto à comunidade, visando equacionar situações e abrir novas frentes de trabalho, assim como formalizar convênios e parcerias fundamentais para a execução do programa;
- Participação do Poder Judiciário em todas as Reuniões de Avaliação do Pacto pela Infância, ocorridas dentro e fora do Estado.

- ♦ Articulação permanente com outras Instituições, dentre as quais destacam-se a da Associação dos Magistrados do Pará e da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB - Seção Pará;
- ♦ Participação da Presidenta do TJE em Reuniões de Trabalho e outros eventos na Capital e no Interior do Estado do Pará, em outros Estados da Federação, em atividades inerentes ao Cargo;
- ♦ Aplicação, no âmbito do TJE, dos direitos e deveres contidos no Novo Regime Jurídico Único, aprovado em fevereiro de 1994 (Lei Nº 5810/94)
- ♦ Criação de uma Comissão Especial, para acompanhamento junto ao Poder Legislativo, de projetos e assuntos de interesse do Poder Judiciário;
- ♦ Ampliação do Programa de Estágios (resolução 022/94);
- ♦ Solicitação a diversas Prefeituras dos Municípios do Estado, onde o Poder Judiciário ainda não dispunha de prédio próprio para o Fórum e residência do Juiz, a doação de área destinada a construção desses prédios;
- ♦ Aquisição de imóveis no Município de Ananindeua, num total de 3.365m², visando expandir as instalações judiciárias no Município;
- ♦ Cessão de área para expansão e melhoria dos serviços do Banco do Estado do Pará-Posto de Serviço, no andar térreo do TJE;
- ♦ Contratação da Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes-RENPAQ, a fim de obter acesso às bases de dados dos Tribunais Superiores e Senado Federal-PRODASEN;
- ♦ Ampliação do acervo bibliográfico da Biblioteca do TJE, com aquisição de livros e revistas atualizados;
- ♦ Instituição da Publicação da "Série Perfil dos Magistrados do TJE";
- ♦ Concessão da "Medalha de Bons Serviços (Res. nº 024/93) aos servidores do Poder Judiciário, que se destacaram pelo bom desempenho, em diferentes categorias;

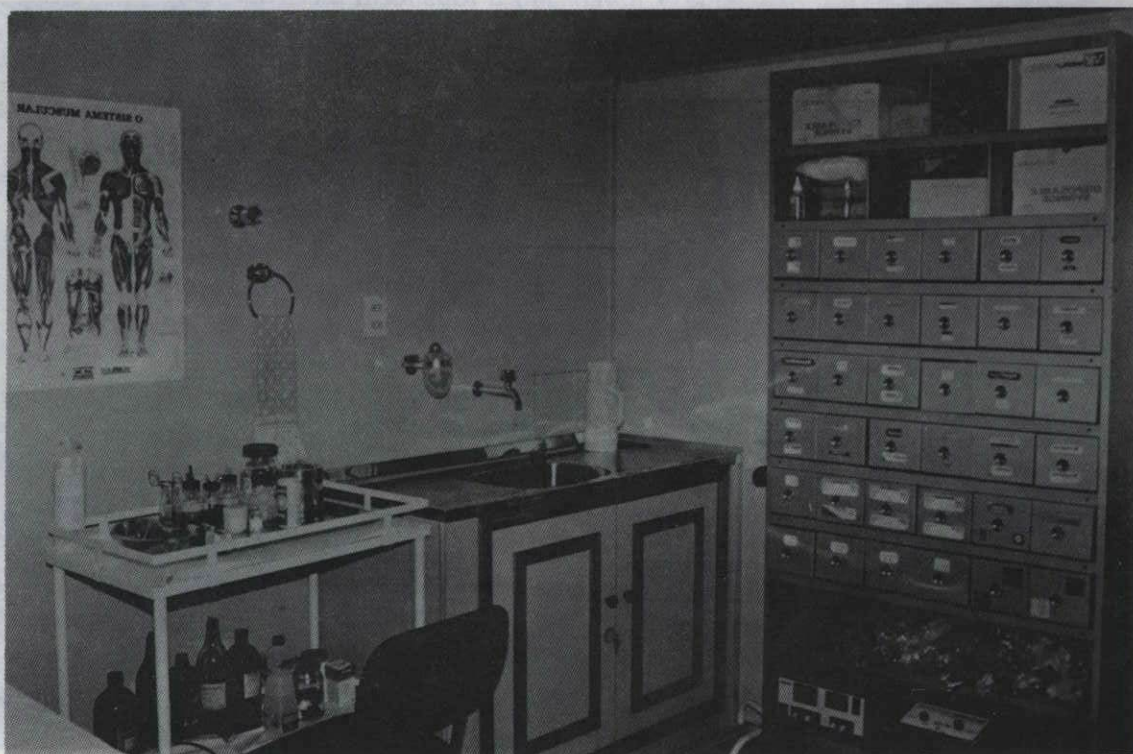


Entrega de Medalhas de "Bons Serviços" / 93

- ♦ Ampliação e melhoramentos nos serviços médico e odontológico do TJE;



Instalação das Novas Dependências do Serviço Odontológico do TJE



Inauguração das Novas Instalações do Serviço Médico

- ♦ Lançamentos das Revistas do TJE de nº59, nº60, nº61, nº62, nº63 e nº64, subsidiando advogados, magistrados e demais pessoas interessadas, com dados atualizados sobre Doutrina, Jurisprudência e Legislação;
- ♦ Implementação do Plano de Ação Imediata para a reorganização da documentação administrativa do TJE, abrigada no Arquivo Geral;
- ♦ Autorização para participação de Magistrados, Técnicos e Assessores em Congressos, Cursos e Seminários em diversas localidades do país, em processo permanente de atualização e reciclagem;
- ♦ Criação da Comissão para proceder ao levantamento do Inventário Físico dos bens móveis e imóveis do Poder Judiciário (Capital e interior);
- ♦ Implantação do Sistema Telefônico de Discagem Direta a Ramal-DDR, com duzentos (200) ramais, facilitando a comunicação no TJE uma vez que esse Sistema possibilita o uso de ramais como linhas diretas;
- ♦ Concessão do Vale-Transporte e Vale-Alimentação aos funcionários, num trabalho conjunto da Administração do TJE com o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário do Estado do Pará - SÍNJEJ, antigo pleito da comunidade judiciária;
- ♦ Implantação de melhorias nos serviços de segurança e vigilância do TJE, com nomeação de um Chefe Coordenador, ampliação e treinamento do efetivo da guarda de segurança e instalação de Posto Fixo para o Corpo da Guarda Judiciária;
- ♦ Implantação do Serviço Permanente de Assistência Social aos servidores, no sentido de melhorar a assistência do TJE aos seus servidores, inclusive em articulação direta com as Comarcas do Interior;
- ♦ Exposição Comemorativa aos 166 anos da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, com mostra de obras e peças raras, pertencentes ao TJE e a ilustre Juristas e Colecionadores do Estado do Pará - Biblioteca Desembargador Antônio Koury;
- ♦ Autorização da apresentação do Coral do TJE, em diversas solenidades.



Apresentação do Coral do TJE no Teatro da Paz no dia 24/06/93

- ♦ Participação do TJE na VIII Semana Paraense de Informática-SEPAI, com apresentação em stand próprio dos aplicativos disponíveis no ambiente computacional do Tribunal;
- ♦ Autorização para participação na Campanha Nacional de Combate à Fome e a Miséria, engajando a Comunidade do TJE na doação e distribuição de alimentos e outros gêneros, às populações carentes;

1.3. Gabinete

- ♦ Expedientes de Gabinete:

Resoluções	52
Memorandos	326
Portarias	2069
Ofícios Expedidos	1913
Expedientes da Presidência	38
Acórdãos	70
Provimentos	0
Resenhas do Tribunal Pleno	57
Fax - expedidos	974
Telex - expedidos	7
Atos regimentais	4
Atos judiciais	2

1.4. Cerimonial

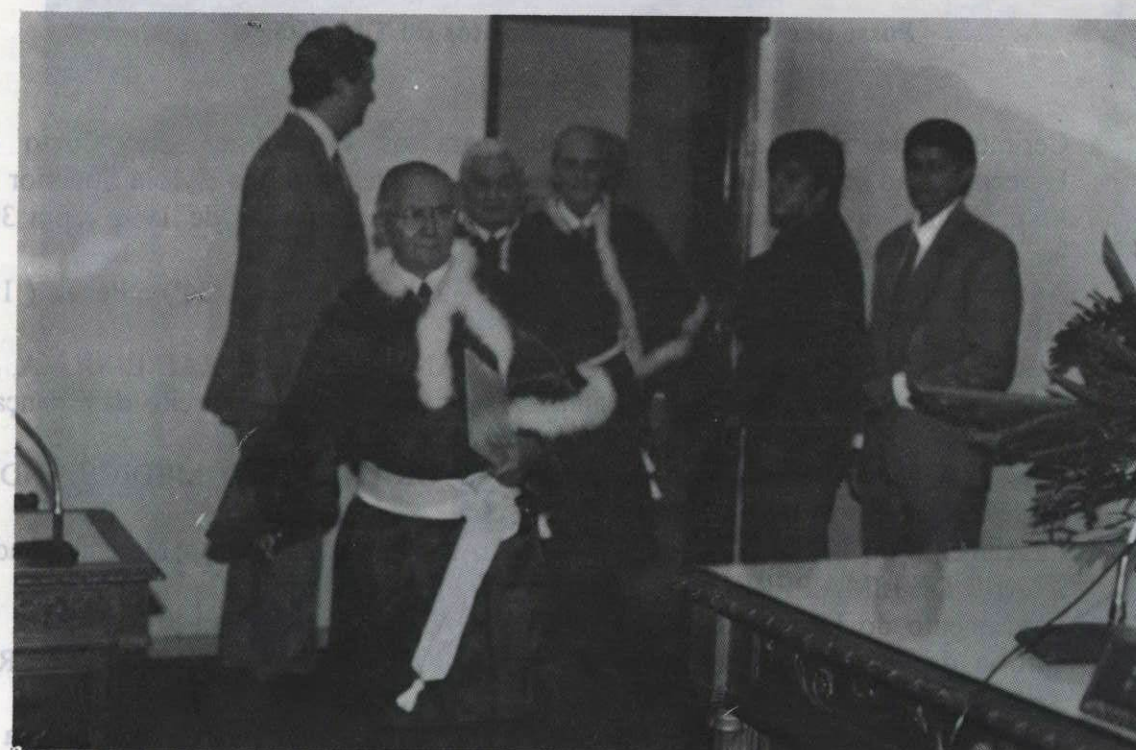
1.4.1 Cerimônias (1993 / 1994)

- ♦ Cerimônias de Comemorações Alusivas ao DIA DA JUSTIÇA;
- ♦ Cerimônia de outorga da "Medalha de Bons Serviços" aos servidores do Poder Judiciário pelos bons serviços prestados;
- ♦ Ato de Instalação do Juizado de Pequenas Causas, nas Comarcas de Bragança e Capanema;
- ♦ Sessão Solene de Posse do Juiz WERTHER BENEDITO COÊLHO, no cargo de Desembargador deste Tribunal;
- ♦ Ato de inauguração do sistema de acesso às bases de dados de Jurisprudências dos Tribunais Superiores;
- ♦ Sessão Solene em homenagem ao Desembargador OSSIAM CORRÊA DE ALMEIDA e entrega da Medalha de Alta Distinção Judiciária ao mesmo;
- ♦ Ato de Instalação do Juizado de Pequenas Causas, na Comarca de Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá, Tucuruí e Distrito de Icoaraci;
- ♦ Ato de assinatura de compra do prédio destinado ao Forum da Comarca de Ananindeua;
- ♦ Ato de abertura da Exposição Comemorativa ao transcurso do 166º aniversário da Intituição dos Cursos Jurídicos no Brasil;

- ♦ Sessão Solene em comemoração ao 166º aniversário da intituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, sendo o orador oficial, Desembargador JOSÉ FERNANDES FILHO, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;



Cerimônia alusiva ao Dia da Justiça / 94



Posse do Juiz Werther Benedito Coêlho no Cargo de Desembargador do TJE

- ♦ Cerimônia de Reinauguração do Forum Juiz MARIANO ANTUNES DE SOUZA e da Residência Oficial do Juiz, da Comarca de Marapanim;
- ♦ Sessão Solene de posse dos Novos Juizes Substitutos do Tribunal de Justiça do Estado;



Posse dos Novos Juizes Substitutos do TJE / 93

- ♦ Cerimônia de Entrega de Certificados para os Concluintes do "Curso de Especialização em Direito Civil e Processual Civil", realizado na Escola Superior da Magistratura, no período de 17 de agosto à 18 de dezembro de 1992, com 390 horas/aulas e apresentação de monografia;
- ♦ Ato de Instalação das Novas Varas Cíveis (19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª) e Penais (15ª, 16ª, 17ª, 18ª) da Comarca da Capital;
- ♦ Palestra do Desembargador ANTÔNIO FERNANDO DO AMARAL E SILVA, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, intitulada "O Direito da Criança e do Adolescente: Um Novo Direito";
- ♦ Sessões Solenes de Instalações das Comarcas de BRASIL NOVO, MEDICILÂNDIA e RURÓPOLIS;
- ♦ Lançamento do Livro "CRÔNICAS JUDICIÁRIAS" de autoria do Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA;
- ♦ Lançamento do Livro "REFORMA AGRÁRIA - UM ESTUDO JURÍDICO", de autoria da Doutora ROSALINA PINTO DA COSTA RODRIGUES PEREIRA, Técnica Judiciária deste Tribunal;
- ♦ Cerimônia de Inauguração do Forum Juiz Francisco Severino Duarte, da Comarca de Visau;
- ♦ Cerimônia de Inauguração do Forum Pretor Ernani Mindello Garcia, do Distrito de Mosqueiro;



Palestra do Des. Antonio Fernando do Amaral e Silva, do TJE de Santa Catarina



Inauguração do Forum de Mosqueiro em 21/12/93

- ♦ Cerimônia de Inauguração do novo Prédio do Forum Desembargador Edgard Maia Lassance Cunha, da Comarca de Ananindeua;



Inauguração do Novo Forum da Comarca de Ananindeua / 93

- ♦ Lançamento do Livro "COMENTÁRIOS AO CÓDIGO PENAL", de autoria do Jurista EDMUNDO OLIVEIRA, professor titular de Direito Penal da Universidade Federal do Pará, com Pós Doutorado pela Universidade de Paris;
- ♦ Instalação do Juizado de Pequenas Causas na Comarca de Paragominas;
- ♦ Ato de Inauguração das Centrais de Mandados e de Consultas do Forum Cível;
- ♦ Ato de Posse os Juizes de terceira entrância da Comarca da Capital.
- ♦ Ato de Inauguração das Novas Dependências do BANPARÁ, no prédio do Tribunal de Justiça do Estado;
- ♦ Cerimônias de entrega de reformas e ampliação realizadas no prédio do Forum Desembargador INÁCIO DE SOUZA MOITTA e da Instalação do Juizado de Pequenas Causas na Comarca de Barcarena;
- ♦ Cerimônia de inauguração do Forum Juiz JONATHAS CELESTINO TEIXEIRA, na Comarca de Santa Maria do Pará;
- ♦ Ato de Instalação do Juizado de Pequenas Causas na Comarca de Ananindeua;
- ♦ Ato de Inauguração do Novo Posto da Guarda Judiciária;
- ♦ Ato de Instalação do Juizado de Pequenas Causas na Sede da Procuradoria Geral da Defensoria Pública do Estado;
- ♦ Almoço em homenagem ao Excelentíssimo Senhor Ministro LUIZ CARLOS FONTES DE ALENCAR, do Superior Tribunal de Justiça;
- ♦ Ato de Assinatura do 1º Termo Aditivo feito no Convênio existente entre o Tribunal de Justiça e a Universidade Federal do Pará, tendo em vista o Juizado da Infância e Adolescência;
- ♦ Cerimônia de entrega da Medalha de Mérito Judiciário Militar Estadual;



Inauguração do Posto de Serviço do BANPARÁ no TJE



Instalação do Novo Posto da Guarda Judiciária do TJE

- ♦ Cerimônia de Abertura da Exposição de Obras de Autores Paraenses, no período de 1874 à 1994 e para Lançamento da publicação - Série "PERFIL DOS MAGISTRADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA", Nº 01, em homenagem ao saudoso Desembargador RAYMUNDO NOGUEIRA DE FARIA;



Lançamento da Publicação "Série Perfil dos Magistrados do TJE"

- ♦ Sessão Solene em homenagem ao 167º Aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, cujo horador oficial foi o ilustre advogado ADHERBAL AUGUSTO MEIRA MATTOS;
- ♦ Ato de Inauguração das Novas Instalações do Almoxarifado e Depósito Público;
- ♦ Ato de Assinatura de Convênio entre o Tribunal de Justiça (24ª Vara Cível) e o Lar de Maria, objetivando a recuperação de adolescentes autores de infrações;
- ♦ Ato de Assinatura de Contrato de Comodato entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a COHAB-PA, a fim de possibilitar o funcionamento daquele Juizado na Cidade Nova V;
- ♦ Ato de Assinatura do Convênio de Cooperação Técnica entre o TJE (Juizado da Infância e Juventude) e a Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social;
- ♦ Ato de Assinatura do 1º Termo Aditivo feito no Convênio existente entre o TJE (Juizado da Infância e Juventude) e a Universidade da Amazônia - UNAMA;
- ♦ Ato de Assinatura de Convênio entre o TJE (Juizado de Pequenas Causas) e o Departamento Estadual de Trânsito, tendo em vista a instalação do JEPC no prédio do DETRAN-PA;
- ♦ Ato de Posse dos Novos Juizes Substitutos do Tribunal de Justiça do Estado;
- ♦ Cerimônia de Inauguração do MUSEU JUDICIÁRIO da Comarca de Santarém;
- ♦ Cerimônias de Reinauguração do Forum da Comarca de Moju e de Inauguração da residência Oficial do Juiz;



Inauguração das Novas Instalações do Almoxarifado e Depósito do TJE



Assinatura de Convênio entre o TJE (24ª Vara Cível) e o Lar de Maria

- ♦ Participação do TJE no II Forum Nacional de Segurança Pública, Violência e Criminalidade - Câmara dos Deputados - Brasília;
- ♦ Autorização para participação na Campanha Nacional de Combate à Fome e a Miséria, engajando a Comunidade do TJE na doação e distribuição de alimentos e outros gêneros, às populações carentes;

1.4.2 Visitas Recebidas e Realizadas (1993 / 1994)

- ♦ Visitas oficiais da Desembargadora MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS, Desembargador WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA e Desembargador JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA, Presidenta, Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça, respectivamente:
 - ao Deputado Estadual DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará;
 - ao Dr. HÉLIO MOTA GUEIROS, Prefeito Municipal de Belém;
 - ao Vice-Almirante DOMINGOS ALFREDO SILVA, Comandante do IV Distrito Naval;
 - à Dom VICENTE JOAQUIM ZICCO, Arcebispo Metropolitano de Belém;
 - ao Dr. JOSÉ DE RIBAMAR COIMBRA, Procurador Geral de Justiça;
 - ao Dr. EDILSON OLIVEIRA E SILVA - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Pará;
 - ao Jornalista RÔMULO MAIORANA JÚNIOR, Diretor-Executivo do Jornal "O Liberal";
 - ao Jornalista LAÉRCIO WILSON BARBALHO, Diretor-Superintendente do Jornal "O Diário do Pará";
 - ao Major-Brigadeiro-do-AR FLÁVIO PETERSEN, Comandante do 1º Comando Aéreo Regional;
 - ao General-de-Divisão ARNALDO SERAFIN, Comandante do Comando Militar do Norte da 8ª Região Militar;
- ♦ Visita Oficial do Senhor RICHARD MELTON, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos E.U.A., no Brasil;
- ♦ Visita de Cortesia do Ministro JOSÉ ANSELMO DE FIGUEIREDO SANTIAGO, do Superior Tribunal de Justiça;
- ♦ Visita de Cortesia do Professor Doutor JOSÉ RENATO NALINI, que veio proferir aulas na Escola Superior da Magistratura;
- ♦ Visita de Cortesia do Professor Doutor SIDNEY BENETI, que foi convidado para proferir aulas na Escola Superior da Magistratura;
- ♦ Visita de Cortesia do Senhor AKIRA SUYAMA, Cônsul Geral do Japão no Estado do Pará;
- ♦ Visita Oficial do Ministro FERNANDO COUTINHO JORGE, Ministro de Estado do Meio Ambiente;
- ♦ Visita de Cortesia do Dr. JEANFRANCO ARNOLETTE, Engenheiro Presidente da CIFA (Centro Internazionale Famiglia Pro Adozione);
- ♦ Visita de Cortesia do Maestro TEOPHANIS KAPSOPOULOS;
- ♦ Visita de cortesia do Dr. ANTONIO AMARAL JR., Delegado do Ministério das Comunicações do Pará;
- ♦ Visita Oficial da Procuradora Geral de Justiça, Dra. EDITH MARÍLIA MAIA CRESPO;
- ♦ Visita Oficial do General-de-Divisão LUIS DE GOÊS NOGUEIRA FILHO, Comandante do Comando Militar do Norte da 8ª Região;



Visita Oficial do Sr. Richard Melton, Embaixador dos EUA no Brasil



Visita do Ministro José Anselmo Figueiredo Santiago do STJ



Visita do Sr. Akira Suyama, Cônsul Geral do Japão no Pará



Visita da Procuradora Geral de Justiça, Dra. Edith Marília Maia Crespo

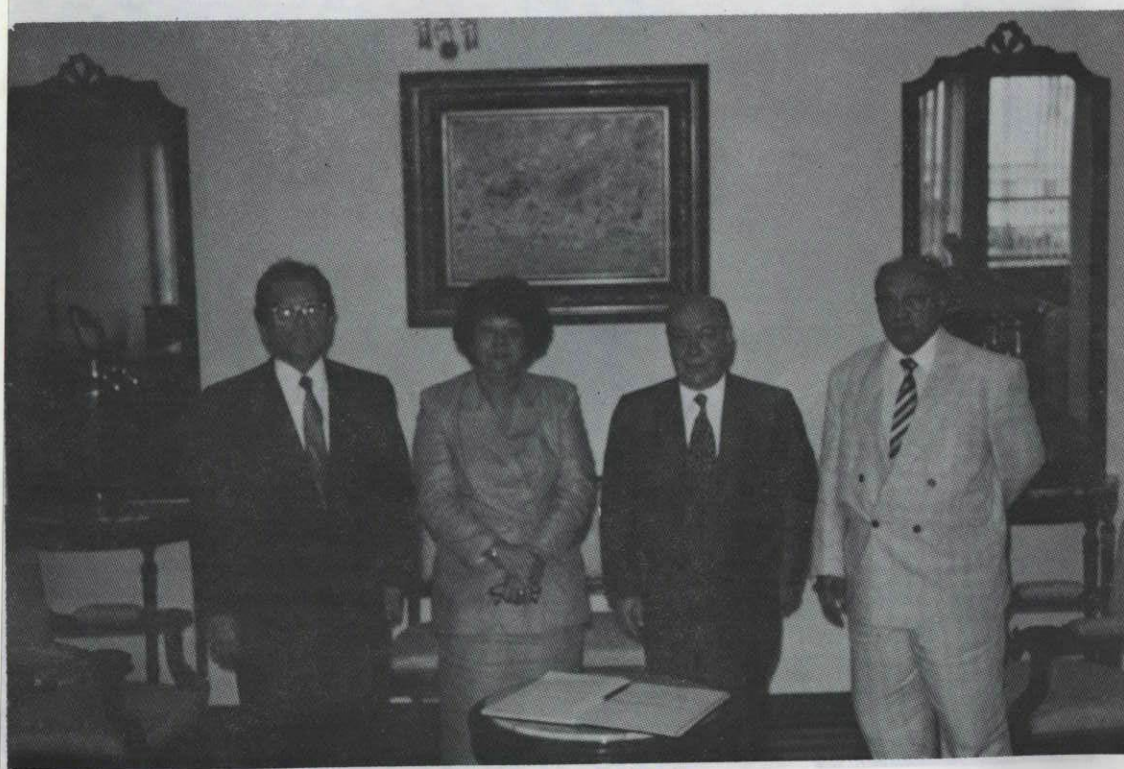
- ♦ Visita de Cortesia do Des. ALVARO LAZARINI, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- ♦ Visita dos Excelentíssimos Senhores Ministros JOSÉ NERI DA SILVEIRA, do Supremo Tribunal Federal; JOSÉ CÂNDIDO CARVALHO FILHO, FRANCISCO PEÇANHA e AMÉRICO LUZ, do Superior Tribunal de Justiça;
- ♦ Visita de Cortesia da Juíza MARIA LÚCIA KARAN, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- ♦ Visita de Cortesia do Professor EDSON FRANCO, Reitor da UNAMA;
- ♦ Visita de cortesia do Juiz RUI PORTANOVA, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul;
- ♦ Visita de Cortesia do Des. JOSÉ MACHADO MALTA do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco;
- ♦ Visita de Cortesia da Prof.^a ADELAYDE SOARES, Presidente da FUNPAPA;
- ♦ Visita de cortesia do Des. RÔMULO LETTERIELLO do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul;
- ♦ Visita de Cortesia da Des. FÁTIMA ANDRIGHI, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;
- ♦ Visita de Cortesia do Juiz MARCO ANTONIO SCARPINI, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul;
- ♦ Visita Oficial do Senhor CARLOS MARTÍNEZ SOTOMAYOR, Embaixador do Chile no Brasil;
- ♦ Visita de Cortesia do Desembargador ÁLVARO LAZZARINI, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- ♦ Visita de Cortesia do Juiz MACIEL ESQUIVEL HOPPE e Senhora;
- ♦ Visita Oficial do Senhor HIDETOSHI UKAWA, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão no Brasil;



Visita do Des. Álvaro Lazzarini do TJE / SP



**Visita do General-de-Divisão Luís de Góes Nogueira Filho,
do Comando Militar / 8ª Rg. Norte**



Visita do Sr. Carlos Martinez Soto Mayor, Embaixador do Chile no Brasil

- ♦ Visita de Cortesia da Dra. LOURDES PASSARINHO, Superintendente Regional da LBA;
- ♦ Visita Oficial do Senhor CARLOS DE OLIVEIRA SANTOS, Governador do Estado do Pará.
- ♦ Visita de Cortesia do Dr. JOSÉ DO EGYPTO SOARES FILHO, Presidente do IPASEP;
- ♦ Visita de Cortesia do Prof. AFRÂNIO JARDIM, Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- ♦ Visita Oficial do Senhor HERALDO BENJAMIN MUNÓZ VALENZUELA, Embaixador do Chile no Brasil;
- ♦ Visita Oficial do Dr. MARINO BARBORE SANTOS, Ministro da Suprema Corte da Espanha e Dr. JOÃO MARCELO DE ARAÚJO JÚNIOR;
- ♦ Visita do Professor AUGUSTO SINAGRA;



Visita do Juiz Maciel Esquivel e Senhora

Visita do Dr. Marino Barbores Santos, Ministro da Suprema Corte da Espanha e o Dr. João Marcelo de Araújo Júnior

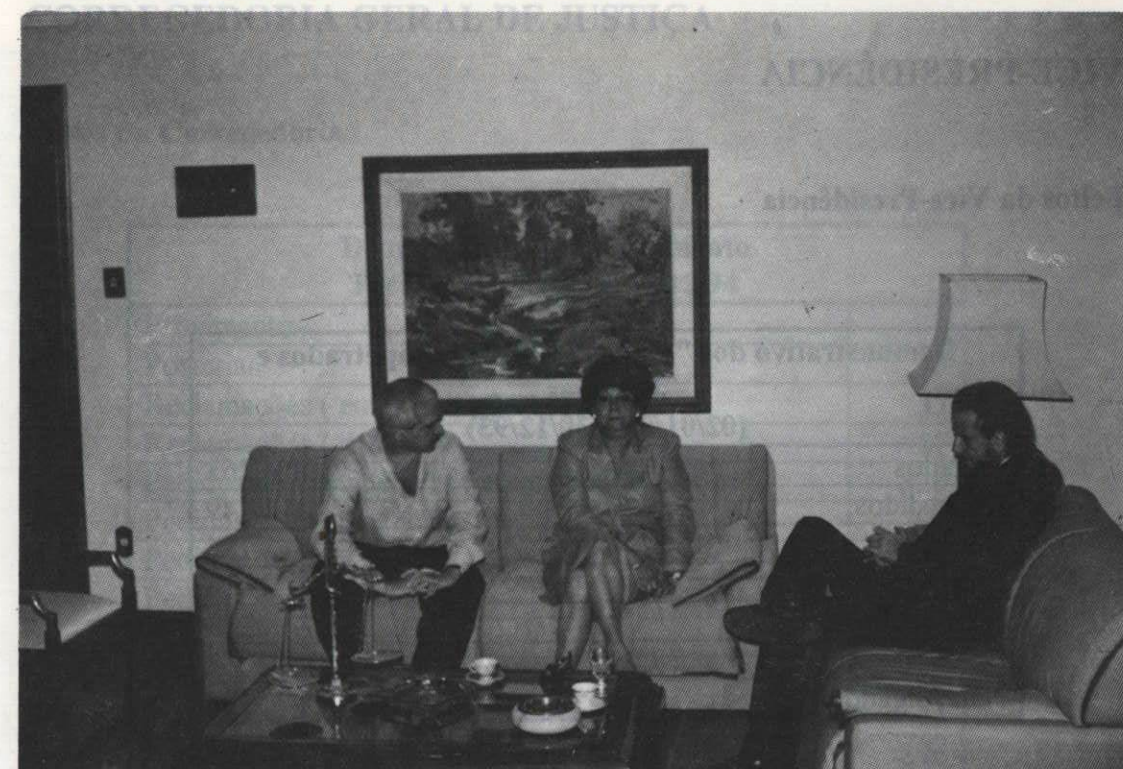


Visita do Sr. Hidetoshi Ukawa, Embaixador do Japão no Brasil



Visita do Sr. Carlos José de Oliveira Santos, Gov. do Estado do Pará

Visita do Sr. Carlos Martinez Soto Mayor, Embaixador do Chile no Brasil



Visita do Prof. Afrânio Jardim, Promotor de Justiça do Rio de Janeiro



Visita do Dr. Marino Barbosa Santos, Ministro da Suprema Corte da Espanha e o Dr. João Marcelo de Araújo Júnior

2. VICE-PRESIDÊNCIA

2.1 Feitos da Vice-Presidência

Demonstrativo dos "Habeas-Corpus" Impetrados e Julgados (02/01/93 a 30/12/93)	
Julgados	263
Concedidos	49
Denegados	184
Prejudicados	14
Não Conhecidos	8
Desistências	8
Não Julgados	48

Mapa demonstrativo dos feitos distribuídos e julgados Período: 01/02/94 a 16/12/94	
Habeas Corpus recebidos (inclui não julgados em 93)	101
Habeas Corpus decididos	96
Mandados de Segurança recebidos	31
Mandados de Segurança decididos	20
Ações Penais recebidas	17
Ações Penais decididas	6
Recursos Cíveis recebidos	3
Recursos Cíveis decididos	3
Recursos Criminais recebidos	3
Recursos Criminais decididos	3
Ações Rescisórias recebidas	3
Ações Rescisórias decididas	2
Exceções de Suspeição recebidas	3
Exceções de Suspeição decididas	2
Pedido de Providência decidido	1
Representação	1
Queixa-crime decidida	1
Pedido de Explicações em Juízo decidido	1

3. CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

3.1 Feitos da Corregedoria

Demonstrativo do Movimento Período: 02/01/93 a 13/12/94	
Provimentos	6
Portarias	55
Reclamações (em tramitação)	33
Reclamações (decididas)	67
Pedidos de Providências (em andamento)	525
Pedidos de Providências (decididos)	797
Pedidos de Consultas	5
Pedidos de Orientação	5
Pedidos de Efetivação	1
Pedidos de Nomeação	3
Pedidos de Estabilidade	1
Pareceres proferidos pelo Corregedor	876
Pareceres proferidos pela Assessoria Jurídica	1.189
Recursos Interpostos ao Cons da Magistratura	4
Pedidos de Instalação de Comarcas	16
Pedidos de Instalação de Cartórios	19
Pedidos de Concurso Público	46
Sindicância instaurada	5
Correições realizadas	14
Relatórios	2
Pedido de Cancelamento de Terras	1
Pedido de Homologação de Opção	10
Resenhas	57
Pedidos de transferências de presos	2
Ofícios Expedidos	2.967
Ofícios Recebidos	481
Expedientes Diversos (recebidos e providenciados)	7.254
Ofícios Circulares	51

4. SECRETARIA GERAL

4.1 Feitos da Secretaria Geral

TRIBUNAL PLENO - Movimento Processual (1994)			
DESEMBARGADORES	Recebidos	Julgados	Redistribuídos
Ricardo Borges Filho	6	3	1
Ary da Motta Silveira	0	0	0
Manoel Christo Alves Filho	8	5	2
Nelson Silvestre R. Amorim	5	3	2
Stéleo Bruno dos S. Menezes	4	1	0
Almir de Lima Pereira	5	4	1
Calistrato Alves de Mattos	11	5	4
Orlando Dias Vieira	7	4	0
Romão Amoêdo Neto	5	5	1
Maria Lúcia M. G. dos Santos	1	1	0
Maria Izabel de N. Leão	4	1	1
Wilson de Jesus M. da Silva	0	1	0
Humberto de Castro	6	4	1
Clímenie B. de A. Pontes	9	3	4
José Alberto Soares Maia	4	4	1
Maria de N. Brabo de Souza	5	2	1
Carlos F. de S. Gonçalves	7	4	0
Pedro Paulo Martins	6	1	6
João Alberto C. B. Paiva	8	3	2
Elzaman da C. Bittencourt	8	1	2
Werther Benedito Coelho	5	6	1
TOTAL	114	61	30

CONSELHO DA MAGISTRATURA - Movimento Processual (1994)			
DESEMBARGADORES	Recebidos	Julgados	Redistribuídos
Maria Lúcia M. G. dos Santos	0	1	0
Wilson de Jesus M. da Silva	4	3	6
Maria Izabel de N. Leão	2	1	2
José Alberto Soares Maia	4	1	1
Maria de N. Brabo de Souza	2	1	0
(Juiz/conv.) Otávio Marcelino Maciel	1	0	2
TOTAL	13	7	11

CÂMARA DE FÉRIAS - Movimento Processual (1994)			
DESEMBARGADORES	Recebidos	Julgados	Redistribuídos
Almir de Lima Pereira	0	2	2
Maria Lúcia M. G. dos Santos	0	39	0
Wilson de Jesus M. da Silva	3	5	4
Maria Izabel de N. Leão	7	6	6
José Alberto Soares Maia	6	7	5
Maria de N. Brabo de Souza	4	11	6
TOTAL	20	70	23

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS - Movimento Processual (1994)			
DESEMBARGADORES	Recebidos	Julgados	Redistribuídos
Ary da Motta Silveira	0	5	0
Nelson Silvestre R. Amorim	73	40	6
Wilson de Jesus M. da Silva	72	52	5
Maria de N. Brabo de Souza	53	30	1
Pedro Paulo Martins	84	44	16
Elzaman da C. Bittencourt	77	42	14
Werther Benedito Coelho	77	41	11
(Juiz/conv.) Otávio Marcelino Maciel	20	9	2
TOTAL	456	263	55

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS - Movimento Processual (1994)			
DESEMBARGADORES	Recebidos	Julgados	Redistribuídos
Ricardo Borges Filho	31	17	6
Manoel Christo Alves Filho	32	16	8
Stéleo Bruno dos S. Menezes	32	16	1
Almir de Lima Pereira	26	13	2
Calistrato Alves de Mattos	29	13	1
Orlando Dias Vieira	30	25	6
Romão Amoêdo Neto	30	20	3
Maria Izabel de N. Leão	19	24	0
Wilson de Jesus M. da Silva	29	15	6
Humberto de Castro	29	18	3
Clímenie B. de A. Pontes	24	17	1
Maria de N. Brabo de Souza	0	1	0
Carlos F. de S. Gonçalves	22	16	3
João Alberto C. B. Paiva	33	18	7
(Juíza/conv.) Carmecin M. Cavalcante	4	0	0
TOTAL	370	229	47

5. SUB-SECRETARIA

5.1 Feitos da Sub-Secretaria

Câmaras Isoladas (1993)

Desembargadores	Distribuídos	
	Penais	Cíveis
1ºs. Câmaras		
Ricardo Borges Filho	41	48
Ary da Motta Silveira	153	2
Almir de Lima Pereira	41	54
Izabel Vidal N. Leão	37	38
Carlos F. de S. Gonçalves	38	46
Elzaman da C. Bittencourt	38	55

Desembargadores	Distribuídos	
	Penais	Cíveis
2ºs. Câmaras		
Manoel de Christo Alves Filho	52	46
Nelson Silvestre R. Amorim	34	27
Stéleo Bruno de Menezes	65	54
Humberto de Castro	64	39
Clímenie Bernadette de A. Pontes	58	48
João Alberto Castelo Branco de Paiva	65	51
Ossiam Corrêa de Almeida	4	0

Desembargadores	Distribuídos	
	Penais	Cíveis
3ºs. Câmaras		
Calistrato Alves de Mattos	51	44
Orlando Dias Viêira	56	45
Romão Amoêdo Neto	57	41
Maria de Nazareth Brabo de Souza	53	44
Pedro Paulo Martins	54	50
Werther Benedito Coelho	28	19

Desembargadores	Julgados	
	Penais	Cíveis
1ºs. Câmaras		
Ricardo Borges Filho	56	56
Ary da Motta Silveira	85	1
Almir de Lima Pereira	34	47
Izabel Vidal N. Leão	28	45
Carlos F. de S. Gonçalves	36	55
Elzaman da C. Bittencourt	19	15

Desembargadores	Julgados	
	Penais	Cíveis
2ºs. Câmaras		
Manoel de Christo Alves Filho	47	33
Nelson Silvestre R. Amorim	19	11
Stéleo Bruno de Menezes	68	20
Humberto de Castro	41	28
Clímenie Bernadette de A. Pontes	62	42
João Alberto Castelo Branco de Paiva	47	25
Ossiam Corrêa de Almeida	23	06

Desembargadores	Julgados	
	Penais	Cíveis
3ºs. Câmaras		
Calistrato Alves de Mattos	04	33
Orlando Dias Vieira	16	37
Romão Amoêdo Neto	58	54
Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos	00	01
José Alberto Soares Maia	06	15
Maria de Nazareth Brabo de Souza	56	64
Pedro Paulo Martins	52	44
Werther Benedito Coelho	19	18

Câmaras Isoladas (1994)

1ª Câmara Cível Isolada	Distribuídos	Julgados
Desembargadores		
Ricardo Borges Filho	58	53
Almir de Lima Pereira	60	59
Manoel de Christo Alves Filho	58	37
Stéleo Bruno dos Santos Menezes	59	25

2ª Câmara Cível Isolada	Distribuídos	Julgados
Desembargadores		
Calistrato Alves de Mattos	76	37
Orlando Dias Vieira	78	43
Romão Amoêdo Neto	83	50
Humberto de Castro	69	47

3ª Câmara Cível Isolada Desembargadores	Distribuídos	Julgados
Izabel Vidal de Negreiros Leão	56	50
Clímenie Bernadette de A. Pontes	68	54
Carlos Fernando de S. Gonçalves	80	52
João Alberto Castello B. de Paiva	87	79

1ª Câmara Penal Isolada Desembargadores	Distribuídos	Julgados
Ary da Motta Silveira	154	160
Nelson Silvestre R. Amorim	225	106
Maria de Nazareth B. de Souza	266	46

2ª Câmara Penal Isolada Desembargadores	Distribuídos	Julgados
Pedro Paulo Martins	299	88
Elzaman da Conceição Bittencourt	283	67
Werther Benedito Coêlho	302	144

Juizes convocados	Distribuídos	Julgados
Carmencin M. Cavalcante	4	0
Otávio Marcelino Maciel	50	38

6. FORUM CÍVEL

6.1 Realizações do Forum Cível

Levando em conta que assumimos o honroso encargo da Direção do Forum Cível desta Comarca durante a gestão da Des. Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos e buscando sempre ser merecedora da confiança depositada, passamos a relatar as principais providências que foram cumpridas objetivando melhor estruturação para o desempenho dos serviços judiciários.

No período inicial de nossa administração, o Forum Cível contava com dezoito (18) Varas Cíveis na Capital. Com a implantação de novas Varas, no total de 6 (seis), inclusive duas Distritais, foram criados novos espaços destinados aos gabinetes de Juizes e respectivos Cartórios e instalações adequadas aos Mm. Juizes substitutos. Decorrentes destas implantações resultaram novos cargos de Escrivães e Escreventes, preenchidos provisoriamente por funcionários do Quadro do Tribunal mediante análise de ficha funcional, com o prévio conhecimento e autorização da Douta Presidência.

Através do processo de informatização do TJE, foram implantadas a Central de Distribuição, Central de Mandados, Setor de Resenha e Setor de Coordenação de Distribuição e Cumprimento de Cartas Precatórias e chefias correspondentes.

A Central de Distribuição é encarregada de proceder a distribuição das Ações entre as Varas da Comarca - observadas as competências - que juntamente com o Setor de Recolhimento de Taxas Judiciais propiciam o imediato acesso das Ações aos MM. Juizes competentes. No ano de 1993 foram distribuídos 17.813 (dezesete mil, oitocentos e treze) processos/ano, passando em 1994 a 12.733 (doze mil, setecentos e trinta e três).

A Central de Mandados, através da chefia do Setor e com a supervisão da Secretaria, exerce o controle sobre o cumprimento das diligências determinadas através dos despachos judiciais. No decorrer de suas atividades, emergiram dificuldades - uma das quais, a falta de instrumentalização de diligências, sanada pela instituição da distribuição eletrônica de mandados devidamente instruídos à consecução de suas finalidades - ensejando a uniformização das decisões, expressadas pelo Provimento nº 003/93 da Corregedoria Geral de Justiça, que disciplinou o cumprimento dos mandados pelos Srs. Oficiais, evitando transtornos ao bom andamento dos serviços judiciais e interesse das partes. O ano de 1993 encerrou com o total de 14.047 (catorze mil e quarenta e sete) mandados distribuídos, sendo computados até 27/12/94 a distribuição de 14.501 (catorze mil quinhentos e um) mandados.

Através de inúmeras reuniões com os Serventuários, conseguimos conscientizá-los da importância de um desempenho idôneo para a Justiça do Estado e da postura funcional e pudemos observar sensível melhora no desempenho funcional.

O Setor de Resenha funciona de acordo com as planilhas enviadas diariamente pelos Cartórios, agilizando a publicação dos despachos e sentenças, viabilizando o acompanhamento da tramitação dos processos.

Ressaltamos que já encontram-se informatizadas as resenhas referentes ao expediente de onze (11) ofícios.

Procuramos incentivar os titulares dos Cartórios extra judiciais para que providenciem a instalação de computador para maior celeridade no expediente, entretanto, alguns queixam-se de carência de condições econômicas satisfatórias para esse empreendimento.

Com a finalidade de dirimir problemas frequentes relativos a Cartas Precatórias, esta Direção com a devida aprovação da Corregedoria Geral da Justiça, adotou o sistema de triagem, através do qual é possível informar ao Juízo Deprecante sobre os valores das custas, eventual falta de documentação necessária e Vara de Tramitação, reduzindo o tempo de cumprimento das diligências requeridas.

Pedimos vênias para ressaltar a necessidade de informatização dos Cartórios extra-judiciais e oficiais que propiciará o fornecimento de informações para a Central de Consultas prestes a ser instalada, ensejando que o jurisdicionado possa ter o imediato posicionamento da tramitação do processo.

Cabe observar ainda o acréscimo de expediente de competência das Varas Privativas de Assistência Judiciária Cível e a necessidade de instalação de Varas Distritais específicas para o atendimento de Assistência Judiciária Cível e Infância e Juventude face ao crescimento de demandas nesta área.

Fazemos questão de ressaltar o entrosamento das equipes do setor de informática e dos setores subordinados a coordenação desta Direção que durante esse longo período demonstraram desempenho harmonioso e eficiente, constituindo fator decisivo para que alcançássemos as metas planejadas.

Atingindo a etapa final de nosso desempenho nesta Diretoria estamos conscientes que contribuímos para a celeridade e o bom desempenho das atividades Judiciais e a confiança depositada.

Agradecemos a atenção e estímulo da Exma Sra. Presidenta e dos Exmos. Srs. Vice Presidente e Corregedor Geral de Justiça e demais Desembargadores, aos nossos colegas magistrados e aos funcionários e serventuários.

agilização e melhoria de qualidade assim exigidos. Nesse sentido, contamos com a colaboração de funcionários de outros Órgãos ora à disposição do Forum Criminal.

Várias melhorias e reformas nas instalações físicas do Forum Criminal, visando adequá-lo ao bom desempenho das tarefas, dentre as quais podemos citar:

- Substituição de aparelhos de ar condicionado em todos os Gabinetes e Cartórios;
- Colocação de cortinas em várias dependências;
- Aquisição e recuperação de móveis, equipamentos e instalações elétricas;
- Instalação de 23 bebedouros em todas as Varas e Pretorias;
- Instalação de balcões, permitindo maior controle de acesso do público às dependências deste Forum;

Ano difícil, mercê da conjuntura econômica estadual e nacional adversas. Todavia, não quedamos inertes, nem esmorecemos na luta.

Os resultados até aqui obtidos, ressalte-se, são frutos de uma integração de esforços, imprescindível para o fortalecimento das ações administrativas.

Devemos, nesse elenco de prestimosos colaboradores, por em destaque o esforço, a dedicação da equipe da Diretoria Administrativa deste Tribunal, deixando de citar nomes, para não cometer injustiças, que não poupou esforços para que o Forum Criminal, uma vez mais, mantivesse tão alto índice de melhorias, por isso mesmo, são credores do respeito e da admiração de todos os que compõem a Comunidade Judiciária deste Forum.

Agradeço, de igual forma, aos operosos colegas Magistrados, a dedicação que empregaram ao se desincumbirem de suas funções.

Aos funcionários, serventuários e advogados, com as quais procurei manter sempre cordial e respeitoso relacionamento, minha gratidão pelo que, de suas partes contribuíram para o aprimoramento da máquina judiciária do Forum Criminal.

Enfim, acredito sinceramente que cumpridas as metas que foram propostas, posso ter a consciência tranquila em relação ao desempenho de minhas responsabilidades.

7.2 Feitos do Forum Criminal

O total de processos do biênio 93/95 ficou assim distribuído: (dados até 30/11/94)

1ª Vara Penal (Tribunal do Juri)	308
2ª Vara Penal (Tribunal do Juri)	249
3ª Vara Penal (Juízo Singular)	565
4ª Vara Penal (Juízo Singular)	533
5ª Vara Penal (Juízo Singular)	534
6ª Vara Penal (Juízo Singular)	537
7ª Vara Penal (Juízo Singular)	569
8ª Vara Penal (Execuções Penais)	2.663
9ª Vara Penal (Juízo Singular)	551
10ª Vara Penal (Juízo Singular)	576
11ª Vara Penal (Juízo Singular)	533
12ª Vara Penal (Juízo Singular)	540
13ª Vara Penal (Entorpecente)	314
14ª Vara Penal (Entorpecente)	302
15ª Vara Penal (Tribunal do Juri)	141
16ª Vara Penal (Econ Impresa)	166
17ª Vara Penal (Entorpecente)	127
18ª Vara Penal (Juízo Singular)	610
Vara Distrital de Icoaraci	154
Vara Distrital de Mosqueiro	84
1ª Pretoria Penal	663
2ª Pretoria Penal	652
3ª Pretoria Penal	657
4ª Pretoria Penal	685
6ª Pretoria Penal	653
TOTAL	13.366

8. JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS

As atividades desenvolvidas no biênio, visaram tornar mais abrangente e eficiente a atuação do Juizado, para o qual concorreram, principalmente:

- ♦ Aprovação e providências necessárias para instalação do Juizado Especial de Pequenas Causas.
- ♦ Instalação de Juizados Informais de Pequenas Causas em Ananindeua, Bragança, Barcarena, Capanema, Conceição do Araguaia, Icoaraci, Itaituba, Marabá, Paragominas e Tucuruí, posteriormente transformados em Juizados Especiais (Resolução 020/94).
- ♦ Celebração de Convênios com as Prefeituras dos Municípios de Conceição do Araguaia e Tucuruí para, em regime de Comodato, ceder prédios próprios para funcionamento dos Juizados de Pequenas Causas.



Instalação de Juizados Informais de Pequenas Causas nas Comarcas do Interior

- ♦ Instalação de Juizados Especiais na Comarca da Capital, na Procuradoria Geral de Defensoria Pública do Pará e no Departamento de Trânsito - DETRAN;
- ♦ Gestões junto a COHAB-Pa, para doações de prédios, em regimes de Comodato, para funcionamento do Juizado, no Bairro da Cidade Nova.
- ♦ Participação do Poder Judiciário, através do Juizado de Pequenas Causas, no Movimento de "Ação Global", com barracas instaladas nos bairros da Cidade Nova e Jurunas.
- ♦ Instalação do Juizado de Pequenas Causas na Comarcas de Ananindeua, Barcarena e Procuradoria Geral da Defensoria.
- ♦ Assinatura do 1º Termo Aditivo do Convênio firmado entre o TJE e a Universidade Federal do Pará, visando o apoio técnico-pedagógico aos menores infratores, nas medidas sócio-educativas aplicadas pelo Juizado da Infância e Adolescência.
- ♦ Atividades de conscientização em diversas comunidades da Capital e do Interior do Estado, sobre o papel da Justiça e sobre o trabalho do Juizado de Pequenas Causas.

9. ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA

9.1 Realizações da Escola Superior de Magistratura

A atuação da Escola Superior de Magistratura destina-se basicamente a atualização de Magistrados, Serventuários de Justiça e demais servidores do Poder Judiciário, através principalmente da realização de cursos, seminários, palestras, ciclos de debates e conferências.

Durante o biênio 93/95, foram realizados os seguintes eventos:

- ♦ Curso de aperfeiçoamento denominado "APERFEIÇOAMENTO DO OFICIAL DE JUSTIÇA". Ministrado pelos professores Ida de Andrade Moreira, Meirivaldo Jonair de Paiva, Francisco Caetano Miléo e Clodomir Assis de Araújo. Organizado em quatro diferentes disciplinas: "Relações Humanas", "Comunicação Administrativa", "Processo Civil" e "Processo Penal". Carga horária de 184 horas;
- ♦ Curso de atualização "ÉTICA PARA JUÍZES DE DIREITO" Organizado em dois módulos. O primeiro denominado Ética - Generalidade, foi ministrado pelos professores Benedito Viana Nunes e José Carlos Castro. O segundo módulo Ética Especificidades foi ministrado pelos magistrados Antônio Carlos Mathias Coltro, Dirceu de Mello, Walter Fanganiello Maierovitche, José Renato Nalini e Sidnei Agostinho Beneti. Carga horária de 63 horas;
- ♦ Curso de atualização AUXILIAR DE BIBLIOTECA", ministrado pela professora Maria Lucia Vasconcelos Coêlho. Carga horária de 20 horas.
- ♦ Palestra "A EXPERIÊNCIA ITALIANA SOBRE ADOÇÃO". Proferida pelo Dr. Gianfranco Arnoletti, presidente do CIFA-Centro Internazionale Famiglie Pro-Adozione.
- ♦ Curso de aperfeiçoamento "O JUÍZ DE DIREITO SUBSTITUTO". Para favorecer a formação do recém-concursado e compreendendo três diferentes turnos de trabalho. A aula inaugural - "O Perfil do juiz de Direito" foi ministrado pelo professor doutor Otávio Mendonça. O curso organizado em duas fases, sendo a primeira desdobrada em três módulos: O Perfil e a Responsabilidade Funcional do Juiz de Direito junto à Sociedade; A Estrutura e o Funcionamento do Poder Judiciário no Brasil e no Pará, e o Interrelacionamento do TJE/PA com outros Órgãos integrantes do Sistema Judiciário. O corpo docente foi constituído pelos professores Otávio Mendonça e José Carlos Castro, pelos desembargadores Maria de Nazareth Brabo de Souza, Almir de Lima Pereira, José Alberto Maia, Elzaman Bittencourt e Werther Coêlho e pelos juizes de direito Albanira Bemerguy, Yvone Santiago Marinho, Martha Inês Antunes Lima, Raimunda do Carmo Gomes, Paulo Sergio Frota e Silva, Maria Izabel de Oliveira Benone, Otávio Marcelino Maciel, Sidney Floracy Silva, Sônia Maria Parente, Carmencin Marques Cavalcante, Constantino Augusto Guerreiro e Francisco Sabino Vasconcelos da Costa. Carga horária de 180 horas;
- ♦ Curso de atualização denominado "DESEMPENHO PROFISSIONAL". Ministrado pelos professores Ida de Andrade Moreira e Meirivaldo Jonair de Paiva. Organizado em duas diferentes disciplinas: "Relações Humanas e "Técnicas de redação e Gramática". Foram ofertadas três turmas, sendo a terceira destinada aos funcionários e serventuários vinculados ao TJE/PA lotados nas comarcas do Baixo e Médio Amazonas. Carga horária de 48 horas;

- ♦ "CICLO DE DEBATES SOBRE ASSUNTOS JURÍDICOS". Desenvolvendo a seguinte programação:
 - Expositora: Juíza de Direito Maria Lúcia Karan, da 7ª vara de Família do Fórum do Rio de Janeiro, abordando os temas: "A Função Social do Magistrado" e "O Tratamento Jurídico da Questão das Drogas".
 - Expositor: Juiz de Direito Rui Portanova da 13ª Vara Cível de Porto Alegre, abordando os temas: "Motivações Ideológicas da Sentença Alternativa" e "Instrumental Alternativo";
 - Expositor: Juiz de Direito Marco Antônio Bandeira Scapini da 2ª Vara Cível de Porto Alegre, abordando os temas: "Concubinato: Uma Visão Alternativa" e "Magistratura e Direito Alternativo";
- ♦ "I ENCONTRO ESTADUAL DE JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS". Desenvolvendo a seguinte programação:
 - Expositor: Desembargador Rêmolio Lettriello do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, abordando o tema: "Juizado Especial de Pequenas Causas Criminais";
 - Expositor: Juiz de direito Paulo Sérgio Frota e Silva de 24ª Vara - Infância e Adolescência do TJE/Pará, abordando o tema "Acesso à Justiça";
 - Expositor: Desembargadora Fátima Nancy Andrichi do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, abordando o tema o "Juizado Especial de Pequenas Causas e Outras Formas de Solução de Conflitos";
- ♦ Curso complementar de domínio conexo, "FRANCÊS PARA MAGISTRADOS". Ministrado pelos professores José Carlos Chaves da Cunha e Myriam Crestian Cunha. Com carga horária de 300 horas;
- ♦ Conferência: "A VOCAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO", proferida pela Juíza auditora Titular de 8ª CJM, Zilah Callado Fadul.
- ♦ Curso complementar de domínio conexo "FRANCÊS PARA MAGISTRADOS". Ministrado pelos professores José Carlos Chaves da Cunha e Myriam Crestian Cunha, com carga horária de 300 horas;
- ♦ Curso de atualização "Planejamento do Treinamento". Ministrado pelo professor Celso Monteiro Pereira, com carga horária de 20 horas;
- ♦ Curso de atualização "Indexação". Ministrado pela professora Marilene Arcângela Mendonça Martelli, com carga horária de 16 horas;
- ♦ Seminário "Menor: Grande Questão?", desenvolvido segundo três grandes temas:
 - "Diagnóstico: O Ambiente e o Fato. O Estudo da Realidade".
 - Expositora: Professora Zuila de Andrade Gonçalves, apresentando o assunto "Meninos de Rua e a Marginalidade".
 - Expositor: Juiz de Direito Paulo Sergio Frota e Silva, apresentando o assunto "Resgate do Adolescente Infrator".
 - Expositor: Padre Bruno Sechi, apresentando o assunto "Crianças e Adolescentes e a Ação Comunidade".
 - "O Estatuto da Criança e do Adolescente".
 - Expositora: Juíza de Direito Carmencin Marques Cavalcante, apresentando o assunto "A Filosofia. Os Princípios Norteadores. Os Mecanismos de Efetivação. As Dificuldades de Operacionalização".
 - Expositor: Professor Elias de Paula Araújo, apresentando o assunto "Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida".

- "Consequências".
 - Expositor: Juiz de Direito Marcel Esquivel Hoppe, apresentando o assunto "Consequências da Implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os Efeitos Desejáveis. A Regionalização dos Juizados. A Justiça Instantânea".
- ♦ Curso de Especialização "DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL". Organizado em seis diferentes disciplinas:
 - "Métodos e Técnicas de Pesquisa" com a professora Odinéia Telles Figueiredo;
 - "História da Filosofia" com o professor Benedito José Viana da Costa Nunes;
 - "Filosofia do Direito" com o professor José Carlos Castro;
 - "Sociologia Jurídica" (com o professor Roberto Araújo de Oliveira Santos);
 - "Amazônia Contemporânea" com os professores Nelson de Figueirêdo Ribeiro, Teresa Lusía M.C. Cativo Rosa, Geraldo de Assis Guimarães, Francisco Assis da Costa e Clara Martins Pandolfo.
- ♦ "Direito Penal e Processual Penal" com os professores Edmundo Alberto de Oliveira, Damásio Evangelista de Jesus, Eliana Calmon Alves, Afrânio Silva Jardim, Zeno Augusto Veloso, Ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar, Clodomir Assis Araújo e Jacintho de Miranda Coutinho, com duração de 390 horas.
- ♦ Seminário "Crianças e Adolescentes em Conflito com a Lei: Ação da Polícia e da Justiça". Promovido pelo TJE/PA em parceria com a representação local da UNICEF, Ação Social do Governo do Estado, Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal, com a seguinte programação:
 - Expositor: Tenente Coronel Willian Cunha Silva, apresentando o assunto "A Polícia e a Ação Institucional no Contexto do ECA".
 - Expositora: Delegada de Polícia Olga Câmara, apresentando o assunto "A Polícia Civil e a Ação Institucional no Contexto do ECA".
 - Expositores: Coronel João Paulo Vieira da Silva, Inspetor Frederico Augusto de Moraes Freire, Delegada Patrícia Miralha Leandro, Doutora Telma Corôa dos Anjos, Promotora Ester Moraes das Neves, Juiz de Direito Paulo Sérgio Frota e Silva, Juíza de Direito Carmencin Marques Cavalcante e Doutora Mariza da Serra Nogueira, apresentando o assunto "A Experiência Institucional e as Dificuldades de Operacionalização do ECA".
 - Moderadores: Doutora Meive Ausonia Piacesi, Padre Bruno Sechi e Doutor Reinaldo Burgarelli, apresentando o assunto "Articulação para Integração das Instituições".
- ♦ Curso de atualização "Desempenho Profissional". Ministrado pelos professores Meirevaldo Jonair de Paiva e Ida de Andrade Moreira, com as disciplinas: Técnicas de Redação e Gramática e Relações Humanas. Destinado aos funcionários e serventuários do TJE/PA lotados nas comarcas localizadas no Baixo e Médio Tocantins. Com 40 horas de duração;
- ♦ Curso de atualização "Gerência e Liderança". Ministrado pela professora Ida de Andrade Moreira;
- ♦ Curso de atualização "Liberdade Assistida Comunitária: Importante Vetor na Reinserção Social e Familiar do Adolescente Infrator". Em parceria com a 24ª Vara da Infância e da Juventude e com o apoio da Ação Social, do CBIA e da FUNPAPA. Carga horária de 20 horas;

- ♦ Curso de atualização "Desempenho Profissional". Ministrado pelos professores Meirevaldo Jonair de Paiva e Ida de Andrade Moreira. Organizado em duas diferentes disciplinas: "Técnicas de Redação e Gramática" e "Relações Humanas". Destinado aos funcionários e serventuários do TJE/PA lotados nas comarcas de Castanhal, Curuçá, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Igarapé-Açu e São Domingos do Capim. Carga horária de 40 horas.
- ♦ Curso de atualização Ação Nacional de Prevenção ao abuso de Drogas Entre Meninos e Meninas de Rua". Em parceria com a 3ª Vara Cível-Juizado da Infância e da Juventude. Ministrado pela professora Sylvia Regina dos Santos - coordenadora de Projeto ESCOLA/IBISS. Carga horária de 10 horas;
- ♦ Curso de atualização "O JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO", ministrado pelos seguintes professores: Otávio Mendonça e Antônio José de Matos Netto, pelos desembargadores Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos, Almir de Lima Pereira, Climenie Bernadette de Araújo Pontes, José Alberto Soares Maia e Maria de Nazareth Brabo de Souza, pelos juizes de direito Raimunda do Carmo Gomes, Marta Inês Antunes Lima, Paulo Sérgio Frota e Silva, Albanira Lobato Bemerguy, Yvone Santiago Marinho, Sidney Floracy Sant'Ana da Silva, Constantino Augusto Guerreiro, Maria de Nazaré Gouvêa dos Santos, Ronaldo do Marques Valle, Otávio Marcelino Maciel, Carmencin Marques Cavalcante e Francisco Sabino Vasconcelos da Costa. Carga horária total de 180 horas.

9.2 Acervo

Na atualidade a E.S.M. dispõe de um acervo que inclui trabalhos produzidos por seu corpo discente e docente e uma videoteca especializada, com aproximadamente 70 títulos em fitas de vídeo.

10. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO

10.1 Realizações da Assessoria de Planejamento e Programação

As atividades de planejamento do TJE no biênio 1993/94, foram desenvolvidas a partir da reestruturação da Unidade, com montagem de um sistema de informações que possibilitou a definição de prioridades na alocação de recursos e o desenvolvimento de um trabalho integrado à área técnico-administrativa, principalmente na área financeira.

Paralelamente foram realizadas outras atividades de assessoria à Presidência e demais Unidades do TJE, em diversos níveis, seguindo os principais objetivos da administração superior do Tribunal.

- ♦ Principais atividades:
 - Racionalização e reestrutura da própria equipe de planejamento, com vistas ao aumento da eficiência e produtividade da Unidade;
 - Realização de estudos e pesquisas para subsidiar a elaboração de projetos de natureza técnica-judiciária;

- Em conjunto com a Secretaria Administrativa, participação na seleção e discussão dos principais projetos desenvolvidos na área técnico-administrativa, no biênio 93/94;
- Reuniões técnicas de trabalho junto à SEPLAN e SEFA, para discussão e encaminhamento das questões de interesse orçamentário-financeiro do Judiciário;
- Encaminhamento à SEPLAN de propostas de elevação de percentual da Receita Líquida do Estado em favor do Poder Judiciário, quando da elaboração dos Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/94 e LDO/95), a partir de estudos técnicos que demonstram a expansão dos serviços judiciários no Estado;
- Ações junto a Assembleia Legislativa do Estado - Comissão de Finanças e de Justiça, e demais deputados, para alteração do percentual de Receita Líquida do Estado, em favor do Poder Judiciário;
- Elaboração das Propostas Orçamentárias de 1994 e 1995, bem como o acompanhamento de suas execuções;
- Estruturação de um sistema de informações de natureza fiscal e financeira, com ênfase para a Receita Fiscal Estadual, para efeito de cálculo e acompanhamento da Receita Judiciária;
- Revisão e atualização na programação do Plano Plurianual de Trabalho - PPT, para 1995, a fim de compatibilizá-lo à Receita Líquida Orçamentária;
- Levantamento de informações gerais sobre os municípios do estado do Pará, com vistas a subsidiar e orientar o processo de instalação de Comarcas no Interior do Estado (Anexo 1);
- Elaboração do novo Projeto de Regionalização Judiciária, aprovado pelo Tribunal Pleno (Res. nº 015/94), aguardando o novo Estatuto da Magistratura Nacional (Anexo 2);
- Articulação junto à Universidade Federal do Pará para assinatura de Convênio de Cooperação Técnica com o TJE (01/03/94) e Termo Aditivo com o TJE/ Juizado da Infância e Juventude (17/06/94);
- Participação, através da Chefia, na Comissão de Acompanhamento junto à Assembleia Legislativa de assuntos de interesse do Judiciário;
- Elaboração do estudo/projeto de criação de Varas Especializadas no Estado;
- Ações junto à Assembleia Legislativa para aprovação de projetos de interesse do Judiciário, com ênfase para o Fundo de Reparelhamento do Judiciário;
- Desenvolvimento de ações junto à SEPLAN e SEFA, tendo em vista a operacionalização do Fundo de Reparelhamento do Judiciário;
- Apoio ao Departamento de Recursos Humanos do TJE, na estruturação e implementação do Programa de Estágio Curricular Supervisionado;
- Participação na equipe de elaboração do ante-projeto do novo Regimento de Custas do Estado, a ser encaminhado à Assembleia Legislativa em 1995 (em fase de avaliação interna);
- Atividades junto à SEPLAN e SEFA, de elaboração e acompanhamento de processos de Alteração Orçamentária (alteração de QDD), de Créditos Suplementares, de Anulações, de Remanejamentos, de Alterações de Quotas Trimestrais (QDQT) e de Atualizações Orçamentárias;

- Ações articuladas e integradas junto aos demais Poderes do Estado, para desenvolvimento de trabalho conjunto, de interesse técnico e político do Poder Judiciário;
- Participação na equipe permanente de colaboração do Informativo do TJE;
- Em conjunto com a Secretaria Administrativa do TJE, participação nas reuniões com o SINJEP, para tratar das questões de interesse do Poder Judiciário, sobretudo as de natureza funcional.

10.3 Demonstrativo Orçamentário: 1994

		R\$	
DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ATUALIZAÇÕES	ORÇAMENTO FINAL
PODER JUDICIÁRIO	6.632.597,08	43.044.070,93	49.676.668,01
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	6.530.373,10	42.301.616,12	48.831.989,22
- Manutenção	5.510.315,13	35.836.692,85	41.347.007,98
Pessoal	4.408.653,02	28.673.196,06	33.081.849,08
Outros Custeios	660.998,14	4.364.947,14	5.025.945,28
Despesas Capital	440.663,97	2.798.549,65	3.239.213,62
- Instalação	1.020.057,97	6.464.923,27	7.484.981,24
AUDITORIA MILITAR DO ESTADO	102.223,98	742.454,81	844.678,79

Fonte: Diário Oficial do Estado.

10.2 Demonstrativo Orçamentário: 1993

		CR\$	
DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ATUALIZAÇÕES	ORÇAMENTO FINAL
PODER JUDICIÁRIO	729.022.498,00	4.115.150.712,66	4.844.743.716,66
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	724.022.498,00	4.040.912.196,66	4.764.934.694,66
- Manutenção	518.607.229,00	3.203.484.786,66	3.722.092.015,66
Pessoal	410.700.545,00	3.080.470.790,66	3.491.171.335,66
Outros Custeios	72.306.030,00	117.911.685,00	190.2117.715,00
Despesas Capital	35.600.654,00	5.102.311,00	40.702.965,00
- Instalação	205.415.269,00	837.427.410,00	1.042.842.679,00
AUDITORIA MILITAR DO ESTADO	5.570.506,00	74.238.516,00	79.809.022,00

Fonte: Diário Oficial do Estado.

11. ASSESSORIA DE IMPRENSA

11.1 Realizações da Assessoria de Imprensa

- ♦ Estruturação dos serviços da Assessoria da Imprensa do TJE;
- ♦ Articulação com as diversas Unidades do Tribunal de Justiça do Estado para divulgação do trabalho desenvolvido, bem como da possibilidade do mesmo ser utilizado no processo de divulgação das realizações dessas Unidades;
- ♦ Articulação com os diversos veículos de comunicação (rádio, jornal e televisão), visando manter permanente canal de comunicação com a imprensa;
- ♦ Publicação e divulgação das atividades e atos do Tribunal de Justiça;
- ♦ Organização de entrevistas externas da Presidenta com órgãos de divulgação;
- ♦ Acompanhamento, seleção e arquivamento de matérias de interesse do Tribunal, publicadas em veículos de comunicação local e nacional;
- ♦ Contato com órgãos de imprensa, esclarecendo, quando necessário, notícias divulgadas sobre o Tribunal de Justiça;
- ♦ Outras atividades atribuídas pela Presidência.

12. ASSESSORIA ORGANIZACIONAL

Dando continuidade às ações do *Plano de Aperfeiçoamento do Tribunal de Justiça*, iniciado em 1989, cujos projetos básicos foram - (1) O Plano de Adequação de Cargos e Salários, (2) o Plano de Carreira dos Funcionários e (3) a Estrutura Organizacional da Presidência, Secretaria Geral e Administração - a Assessoria Organizacional definiu como metas para o ano de 1994 e elaborou os seguintes trabalhos:

♦ Estrutura Organizacional do TJE: conclusão e implantação

O trabalho consistiu em atualizar e completar o programa de reestruturação das áreas-meio do Tribunal e dos Foros da capital, iniciada em 1992, tendo sido feito alguns ajustes "para propiciar um melhor desempenho", segundo as palavras da atual Presidenta.

O documento final foi submetido e aprovado pelo Pleno, através de Resolução (Anexo 3).

♦ Regulamento de Pessoal - diretrizes, normas e atribuições

O documento reúne as normas internas e textos legais relacionados com a administração dos Recursos Humanos, dando-lhe um formato de Regulamento, onde foi acrescentado o conjunto de atribuições de todos os cargos existentes no Tribunal.

Visando a assegurar a participação dos diferentes extratos de servidores do órgão na elaboração do conteúdo do Regulamento, como destinatários finais que são deste documento, assumiu-se como metodologia, realizar entrevistas com os responsáveis pelas Unidades Organizacionais, para definição das suas atribuições. Após a primeira redação, submeteu-se o documento à crítica e sugestões do Secretário de Administração, da Assessoria Jurídica e dos demais diretores da área administrativa, tendo merecido a aprovação integral, feitos pequenos ajustes.

O Regulamento de Pessoal pretende ser um elemento de informação para os servidores do TJE, na busca de uma permanente qualidade e produtividade do judiciário.

Desta forma, o Regulamento consolidou as atribuições de 42 cargos de DAS, de 35 Funções de chefia intermediárias e de 20 categorias funcionais com seus 37 cargos efetivos existentes no Tribunal de Justiça, além dos cargos e funções dos Foruns Cível e Criminal que somam 20, e dos 11 cargos comissionados da Escola Superior da Magistratura.

♦ Sistema de Informações de Recursos Humanos: definição e espelho de cadastro

Em parceria com o Departamento de Recursos Humanos, a Assessoria Organizacional atuou na elaboração do projeto de Sistema de Informação de Recursos Humanos subdividindo-o em dois subsistemas: o de Administração (SARH), e o de Desenvolvimento de Pessoal (SDRH). Através de reuniões de trabalho, foram definidas as informações necessárias para um espelho de cadastro atualizado, cujo objetivo fosse o de facilitar o gerenciamento dos arquivos da vida funcional e da carreira de todos os servidores. A implementação posterior do projeto recebeu a gestão técnica do Departamento de Informática.

♦ Estudos e projetos apresentados

Foram apresentados ainda por esta Assessoria, para apreciação da Presidência do Tribunal, do Secretário de Administração e de outros órgãos internos, os seguintes projetos e estudos:

♦ Projeto "Protocolo Integrado"

Este projeto visou à integração dos diferentes Protocolos existentes no Tribunal e nos Foruns em dois grandes sistemas: o judiciário e o administrativo, tendo ainda como objetivo criar um modelo de protocolo mais moderno e adequado às necessidades do TJE. A Assessoria Organizacional conduziu os passos iniciais do Projeto, em colaboração com a Assessoria de Planejamento e a Informática.

♦ Proposta de reestruturação organizacional da Corregedoria Geral

Com o objetivo de integrar a Corregedoria Geral ao Plano de Aperfeiçoamento do TJE, foi apresentado para a apreciação do Corregedor Geral da Justiça um breve estudo propondo um novo modelo de estrutura organizacional para aquele órgão.

Cremos que ainda está em estudo pela Corregedoria o projeto apresentado.

♦ Programa Global de Treinamento para a Qualidade e Produtividade

Tendo como objetivo geral conscientizar os servidores da necessidade de buscarem a qualidade e a produtividade no desempenho, como elementos indispensáveis para a plena eficiência do Judiciário, foi apresentado à Presidência e à Secretaria Geral um ante projeto denominado "*Programa Global de Treinamento para a Qualidade e Produtividade do desempenho*". O programa abrangia a todos os servidores do judiciário, através de cursos internos e outras estratégias específicas, de modo a realizar-se uma verdadeira "reengenharia da cultura organizacional". Para a implementação do programa, previa-se a participação de professores externos, especializados no assunto, bem como a capacitação de instrutores internos que atuariam como multiplicadores.

13. SECRETARIA ADMINISTRATIVA

As ações desenvolvidas pela Secretaria Administrativa do TJE, visaram dar condições de trabalho às unidades do Poder Judiciário, através da administração das áreas Financeira, Patrimonial e Serviços, Recursos Humanos, Documentação e Informação e de Informática, compatíveis com o objetivo maior da Presidência do TJE de tornar mais eficientes os serviços judiciários.

O esforço foi orientado para o alcance das metas definidas para o biênio 1993/95, sobretudo às relativas à modernização e descentralização da Justiça, aos avanços salariais e melhorias nas condições gerais de trabalho.

Nesse sentido, destacaram-se como ações principais:

- ♦ Reestrutura e reorganização da Secretaria Administrativa, com a adequação dos Departamentos, criação de novos serviços e aprimoramento dos já existentes, tendo em vista as mudanças requeridas pelas novas metas;
- ♦ Articulação para elaboração do projeto de aperfeiçoamento e adequação da Estrutura Organizacional e Funcional do TJE, com vistas às novas funções demandadas pela expansão dos serviços judiciários;
- ♦ Procedimentos para que o Poder Judiciário tivesse reconhecida sua autonomia financeira (Parecer de nº 097/93 - Consultoria Geral do Estado) fato de extrema relevância pois permitiu a esse Poder a plena utilização dos recursos consignados em seu Orçamento, em especial os valores oriundos da aplicação dos recursos financeiros, no mercado de capitais;
- ♦ Em conjunto com a Assessoria de Planejamento, participação em Reuniões técnicas de trabalho junto à SEPLAN e SEFA, para discussão e encaminhamento das questões de interesse orçamentário-financeiro do Judiciário;
- ♦ Definição de uma Política Salarial possibilitando aos magistrados e demais funcionários programarem seus gastos mensais e protegendo os vencimentos do processo inflacionário, mantida até a adoção do Plano Real;
- ♦ Apoio ao desenvolvimento e implementação do Plano de Informatização do TJE, com ações voltadas também para as Comarcas do Interior. O Plano teve início com a revisão completa do parque computacional existente em fevereiro de 1993, e teve como objetivo principal a disponibilização de recursos e serviços computacionais, visando modernizar os serviços judiciários.
- ♦ Realização do Diagnóstico da área do Recursos Humanos, compreendendo Legislação, Capacitação e Desenvolvimento;
- ♦ Coordenação do Projeto de Equiparação Salarial dos funcionários das Comarcas do Interior aos da Capital;
- ♦ Solicitação junto à Escola Superior da Magistratura, de treinamento do corpo técnico-administrativo, para realização de Cursos de Desempenho Profissional, na Capital e no Interior do Estado, esse último pela 1ª vez realizado no âmbito do Poder Judiciário, nas Sedes de Santarém, Abaetetuba e Castanhal, envolvendo os municípios integrantes das regiões judiciárias respectivas;
- ♦ Articulação e solicitação junto a Academia de Polícia Civil do Estado-ACADEPOL para realização de Curso de Treinamento para Guardas Judiciários e Agentes de Segurança (motoristas), do TJE;
- ♦ Definição e implementação de um amplo Programa de obras, reformas, aparelhamento e reaparelhamento das Comarcas do Interior, objetivando dar

condições de funcionamento e infraestrutura necessários ao avanço do processo de interiorização do judiciário. Esse Programa envolveu as seguintes etapas:

- Visitas técnicas às Comarcas já instaladas e a outros municípios, no sentido de levantar informações, conhecer as necessidades locais e, a partir de então, definir prioridades;
- Estabelecimento do Modelo-Padrão para construção de Fóruns (1ª e 2ª Entrâncias) e residências de Juizes do Interior, visando reduzir custos e oferecer melhores condições de trabalho;
- Implantação no TJE do Sistema de Planejamento e Orçamento de Obras -SISPLO, possibilitando o levantamento dos custos das obras contratadas pelo Tribunal;
- Construções e reformas de Fóruns e residências de Juizes, em diversas localidades do interior do Estado, dotando-as de condições adequadas de funcionamento;
- Reforma e adaptação do Prédio para funcionamento das dependências do Juizado de Pequenas Causas e Defensoria Pública, em Ananindeua;
- Aquisição de imóveis nos Municípios de São Geraldo do Araguaia (2), Itaituba (2), Xinguara (1), Salvaterra (1), Ananindeua (2) e Obidos (1), a fim de atender necessidades emergenciais desses Municípios e, ao mesmo tempo, reduzir custos de instalações;
- Aquisição e distribuição de bens móveis para diversas localidades do interior, dotando as Comarcas e Termos de móveis, utensílios, equipamentos e veículos necessários aos seus funcionamentos;
- ♦ Coordenação do Programa de Obras na Comarca da Capital, compreendendo:
 - serviços de reforma e melhoramentos no Prédio Principal e Anexo I do TJE, visando obter o melhor uso do espaço físico disponível, frente às necessidades de instalações, requeridas pela expansão dos serviços judiciários;
 - reforma e adaptação do auditório "Rui Barbosa", para servir ao uso do Plenário Adjunto do Tribunal;
 - melhoramentos nas dependências do Salão Nobre do TJE, incluindo refrigeração e mobiliário;
 - reforma e ampliação do Prédio de funcionamento do Juizado da Infância e Juventude (24ª Vara Cível);
 - construção de um prédio anexo ao Depósito Público, para abrigar os dois Ofícios da Capital;
 - reforma e adaptação do imóvel destinado ao Almoxarifado e Depósito de Material do TJE;
 - reforma e melhoramentos no Prédio da Escola Superior da Magistratura;
- ♦ Supervisão do trabalho de levantamento do Inventário de bens patrimoniais do TJE, que compreende o registro de todos os bens patrimoniais, criação de depósito e melhor uso e controle do sistema de almoxarifado, além do estabelecimento de normas internas para realização de controles de entrada, saída, movimentação e guarda do patrimônio do TJE;
- ♦ Outras medidas que redundaram em modernização administrativa:
 - Pagamentos sob a forma de ordens bancárias, eliminando as operações com cheques;

- Emissão de empenhos e ordem bancárias por computador;
- Controle das prestações de contas de suprimento de fundos, destinados a todas as Comarcas do Interior do Estado;
- Boletins de frequência;
- Boletim informativo mensal, com orientações gerais aos funcionários do TJE;
- Sistema de informações através de "Caixa Direta", no prédio do Anexo II do TJE, para que os servidores apresentem críticas e sugestões, não sendo obrigatório a identificação do usuário;
- Fixação de prazos para alterações na folha de pagamento mensal do TJE;
- Implantação de formulários próprios, disciplinando os pedidos de aquisição de materiais e/ou prestação de serviços.

Essas ações foram desenvolvidas e implementadas pelos departamentos que compõem a Secretaria Administrativa, como segue:

13.1 Departamento de Patrimônio e Serviços

♦ Divisão de Comunicação e Serviços Gerais

A Divisão de Comunicação e Serviços Gerais é responsável pelo atendimento e manutenção de equipamentos e material permanente, tendo realizado no biênio todo o atendimento necessário para manter o perfeito funcionamento das unidades do Poder Judiciário. Nesse sentido foram providenciados manutenção na frota de veículos da capital e das Comarcas do interior, consertos e manutenção de aparelhos de ar condicionado, máquinas de datilografia e calcular além de outros serviços inerentes às atribuições da Divisão.

♦ Divisão de Material e Patrimônio

A Divisão de Material e Patrimônio tem por finalidade supervisionar as aquisições, estoques, registros patrimoniais e distribuição de material permanente e de expediente, para as Comarcas da capital bem como as do interior.

Da programação de compras, foi dada prioridade no biênio 93/95 ao atendimento das Comarcas do interior, carentes de apoio e infra-estrutura, necessários ao seu funcionamento.

Para a Comarca da Capital foram realizadas aquisições de equipamentos, material permanente e veículos, em número adequado ao atendimento das necessidades, embora as dificuldades financeiras restringissem esse atendimento.

Para as Comarcas do interior, a prioridade estabelecida pela Presidência, resultou num programa amplo de aquisição de veículos, móveis e equipamentos conforme apresentados a seguir.

Demonstrativo de Bens Móveis
Quadro de Distribuição para o Interior - 1993

LOCALIDADES	MESAS	CADEIRAS	VENTILADORES	MAQUINA-ESCREV.	GELADEIRAS	VEÍCULOS	AR CONDIC.	FAX	OUTROS MOBILIAR	OUTROS EQUIP.
ABATETUBA	25	57	01	03	01	01	04		08	
ACARA	02	02			01		01		01	01
ALENQUER	04	17				01				
ALTAMIRA	06	12	03	03	04		02		17	04
ANANINDEUA	93	91		07	01	01	17		52	01
AUGUSTO CORRÊA	01	02	02		01		01		02	
BALÃO			01	02						
BARCARENA							02			
BRAGANÇA	02	10		02	01	01				01
BRASIL NOVO	14	29	02	05	01		01		10	
BREVES	05	15	02	03	02	01	02	01	05	01
BUJARÚ	04	09	02	01					01	
CACHOEIRA	01									
CAMETA				01		01				
CAPANEMA	04	13	07	04	01	01	02	01	01	01
CAPITÃO-POÇO			05						07	01
CASTANHAL									01	
CHAVES		06		01		01				01
CONC. DO ARAGUAIA	02	08		01						
CURIONÓPOLIS			03	02					01	
CURUÇA	05	21	04		01	01			04	
GURUPÁ	01	06	01	01			01			
ICOARACI	08	04		02					02	
IGARAPÉ-ACÚ	10	04	01	03	01				02	
IGARAPÉ-MIRI	05	03		02	01	01			02	
INHANGAPI				01						
ITAITUBA	06	12		03			01		05	
ITUPIRANGA	03			03					08	
MÃE DO RIO				01						
MAGALHÃES BARATA	03	08	01	01	01				01	
MARABÁ	12	16		05			02		03	
MARACANÁ	14	27	02	02	01				09	01
MARAPANIM	03	06	02	01			01		04	

LOCALIDADES	MESAS	CADEIRAS	VENTILA- DORES	MÁQUINA ESCREV.	GELADEI- RAS	VEÍCULOS	AR CONDIC.	FAX	OUTROS MOBILIAR	OUTROS EQUIP.
MEDICILÂNDIA	14	29	02	05	01		01		10	
MOCAJUBA				02						
MONTE ALEGRE	07	04	03	02					02	
MOSQUEIRO	39	45		03	01		02		36	01
MOJÚ			01							
MUANA	06	19		03			02		05	01
FARO	01	01	01	01	01					
ÓBIDOS	12	29	05	06	01	01	01		08	
OEIRAS DO PARÁ		02		01	01				04	01
ORIXIMINA	01	09	01	02	01		02	01	08	02
OURÉM				03	01		01			02
PACAJÁ	04	11	03	03	01				04	01
PARAGOMINAS		06	04	02	01			01	08	01
PEIXE-BOI	02		07				01			
PONTA DE PEDRAS			05	02			03			
REDENÇÃO	26	43	04	08	02		03		26	06
RONDON DO PARA	03			01					02	
RURÓPOLIS	14	29	02	05	01		01		10	
SALINÓPOLIS	09	20	09	03	01		01		07	
SANTA CRUZ DO ARARI	01	07							01	
SANTA IZABEL DO PARÁ	14	30	08	04		01	06		06	01
SANTANA DO ARAGUAIA	12	18	03	02	02	01	01		15	02
SANTAREM	25	38	05	02			03		21	
STO.ANTONIO DO TAUÁ	03						01			
SÃO DOM. DO CAPIM	05	02	02	03	01		01		01	03
SÃO FELIX DO XINGU				03						
SÃO SEB. DA B. VISTA	03	12	04	02			01		02	
SÃO J. ARAGUAIA	02		01	01			01		02	
SEN. JOSÉ PORFÍRIO		06		02			02		02	
SOURÉ	10	30	07	04	01	01	02		12	01
TERMO JUD. AVEIRO		08		01					05	01
TERMO JUD. BENEID	02	09		01			01			
TOMÉ-ACU	05	20	04	04			01		03	02
TUCUMÁ	05	15	02	03			01			

Fonte: Departamento de Patrimônio / TJE

56

LOCALIDADES	MESAS	CADEIRAS	VENTILA- DORES	MÁQUINA ESCREV.	GELADEI- RAS	VEÍCULOS	AR CONDIC.	FAX	OUTROS MOBILIAR	OUTROS EQUIP.
TUCURUÍ	01			02		01			01	
URUARA				01	01	01	01		02	01
VIGIA	02	04	02	03	01	01	01			01
VISEU	07	09	06		02		02		09	04
ALMERIM								01		
SÃO M. DO GUAMÁ						01				

Fonte: Departamento de Patrimônio / TJE

57

Demonstrativo de Bens Móveis
Quadro de Distribuição para o Interior - 1994

LOCALIDADES	MESAS	CADEIRAS	VENTILA- DORES	MAQUINA ESCREV.	GELADEI- RAS	VEÍCULOS	AR CONDIC.	FAX	OUTROS MOBILIAR	OUTROS EQUIP.
ALMERIM				01	02		01		02	03
ALTAMIRA										06
ANANINDEUA				06						
BRASIL NOVO					01		01			06
CAMETÁ	05	14	02	02			02		03	
CAPANEMA							03			
CAPITÃO POÇO				02					01	
CURUÇÁ							02		02	
GARRAFÃO DO NORTE	14	29	03	03	03		02		10	06
IGARAPE-MIRI			06							
IGARAPE-AÇÚ			01							
ITAITUBA	02	22	02	02			02		07	06
MÃE DO RIO	10	26	06	01			02		04	03
MARABÁ					01		02		04	03
MARAPANIM					01					
MOJÚ	14	29	03	03	02		02		10	06
ÓBIDOS	02	07		03	01				02	
OEIRAS DO PARÁ	02	01	04						01	
OURÉM					01					
PARAGOMINAS	02	05	01						03	
PONTA DE PEDRAS		24								
SANTA MARIA	15	26	03	04	02		02		16	09
SANTAREM		15					02			
SANT. DO ARAGUAIA			02				01		02	
SÃO DOM. CAPIM	06	23					01		04	
SEN. JOSÉ PORFÍRIO	04	22	04	03	01				08	
TAILÂNDIA	14	29	03	03	03		02		10	06
TERMO JUD. MAG.BAR	01	02							01	03
TOMÉ-AÇÚ	17	106	07	02					22	07
TUCUMÃ	14	29	03	03	01		01		07	03
TUCURUI	04	04		02			01		02	

Fonte: Departamento de Patrimônio / TJE

58

♦ **Divisão de Obras e Manutenção**

As atividades desenvolvidas pelo Depto de Patrimônio e Serviços através da Divisão de Obras e Manutenção visaram dotar o Poder Judiciário de instalações adequadas ao funcionamento de seus serviços, notadamente no interior do Estado.

Nesse sentido para elaboração da programação do biênio, foi realizado o levantamento das necessidades mais prementes através de visitas técnicas, as quais subsidiaram a referida programação.

No interior, a partir de doações de áreas feitas ao TJE, por diversas Prefeituras, foram construídos prédios para funcionamento de Forum, obedecendo a um "modelo-padrão" elaborado pela equipe técnica da Divisão, e residências de Juiz. O modelo-padrão foi projetado em módulos, adequados às Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias.



"Forum Padrão", Comarca de Redenção

De acordo com a disponibilidade financeira do TJE e seguindo os passos citados anteriormente, foram realizados:

♦ **Visitas técnicas**

Durante o biênio 93/95 foram realizadas visitas técnicas, com objetivo de verificar as reais condições físicas dos prédios de Foruns, Residências de Juízes e/ou das áreas doadas pelas Prefeituras. Os Municípios visitados foram: Acará, Alenquer, Baião, Bom Jesus do Tocantins, Breves, Castanhal, Ipixuna, Itaituba, Juruti, Nova Esperança do Piriá, Óbidos, PrainhaRondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Santarém, Santo Antônio do Tauá, São Geraldo do Araguaia, Uruará, Vigia e Xinguará.



Construção do Forum de Santa Maria

♦ Reformas e Ampliações

De maneira geral, as reformas nos Foruns e/ou Residências de Juízes compreenderam os seguintes serviços:

- revisão geral na cobertura;
- revisão geral em todo o entarugamento e forro em madeira de lei;
- revisão geral nas instalações elétricas;
- revisão geral nas instalações hidro-sanitárias;
- revisão geral no sistema de fossa e sumidouro, com substituição das peças deterioradas, conforme a necessidade;
- revisão geral e/ou instalação do sistema de telefonia;
- recuperação das calçadas de proteção do entorno das edificações;
- revisão geral nas estruturas, retirando trincas e rachaduras,
- revisão geral no assentamento das lajotas cerâmicas nos pisos e paredes;
- revisão geral em todas as esquadrias, com reposição de fechaduras, vidros, folhas de janelas, portas, trincos e etc;
- execução da pintura geral externa e interna;
- execução do assentamento de grades de ferro;
- revisão e/ou execução da plataforma para mastros,
- execução e assentamento de letreiros nas fachadas;
- urbanização e paisagismo das áreas livres com gramas e pequenos arbustos;
- revisão e elevação dos muros de fechamento.

No que diz respeito as ampliações, na maioria das vezes, as mesmas foram executadas principalmente nos Foruns, visando atender às solicitações de Juízes e/ou pedido da Presidência e da Secretaria Administrativa do TJE, respondendo às necessidades de expansão dos serviços judiciários.



Reforma e Ampliação do Forum de Tomé-Açu



Reforma e Ampliação do Forum de Benevides

♦ Construções

A programação de construções do TJE, subsidiada pelas visitas técnicas seguiu o levantamento das necessidades de instalações físicas para Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias, utilizando modelos de projetos de Foruns-padrão, que estabelecem para as Comarcas de 1ª entrância 515m² de área construídas e para as Comarcas de 2ª entrância, 694 m² e 1027 m².

Nas Comarcas de Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz e Ruropólis, os prédios dos Foruns foram construídos e/ou adaptados pelas respectivas Prefeituras, com base em orientações técnicas da Divisão de Obras do TJE.

As construções, reformas e ampliações, totalizaram 17.476,42 m² e foram executadas segundo o quadro abaixo:

MUNICÍPIO	CONSTRUÇÃO (m ²)	REFORMA (m ²)	AMPLIAÇÃO (m ²)	DETALHAMENTO
Abaetetuba		381,00	168,00	Reforma do bloco principal do Forum e ampliação do salão do júri, sala secreta e sala da guarda
Ananindeua		1.777,60		Adaptação do bloco principal do Forum e reforma do Salão do Júri
Belém				
• Almoxarifado e Depósito		450,00		Reforma
• Central de Mandados, Corregedoria e Juizado da Infância e Juventude		465,50		Ampliação e reforma geral
• Serviço Médico		154,22		Adaptação do antigo Almoxarifado
• Serviço Odontológico				Adaptação das antigas instalações do Diário Oficial
• Prédio Principal				Revisão geral nas instalações hidro-sanitárias e elétricas e lógicas
• Anexo I				Revisão geral nas instalações elétricas e lógicas
Benevides	250,93	205,14		Reforma do Forum e construção do segundo bloco
Bonito		240,00		Reformas em geral
Capitão Poço		108,61		Reforma geral e construção de duas salas
Conceição do Araguaia		361,31		Reforma geral
Curuçá		458,00		Reforma geral
Igarapé-Açu		399,52		Reforma geral e ampliação

Fonte: Divisão de Obras / TJE

MUNICÍPIO	CONSTRUÇÃO (m ²)	REFORMA (m ²)	AMPLIAÇÃO (m ²)	DETALHAMENTO
Mãe-do-Rio		152,60	305,61	Reforma geral e ampliação
Marabá		428,51	138,60	Reforma geral e ampliação
Marapanim		426,00		Reforma geral no Forum e residência
Monte Alegre		167,20		Reforma geral e ampliação
Muaná	88,00	212,00		Reforma geral do Forum e construção da residência
Ponta de Pedras		350,00		Reforma geral no Forum e residência
Salinópolis		225,00		Reforma geral
Santa Izabel do Pará				Revisão nas instalações e pintura do prédio
São Domingos do Capim		613,81		Reforma geral e ampliação
Soure		503,50	51,00	Reforma geral e ampliação do Forum e reforma geral na residência
Tomé-Açu		254,52	162,25	Reforma geral e ampliação do Forum e reforma da residência
Altamira	1.045,00			Construção do Forum
Cametá	684,00			Construção do Forum
Dom Eliseu	479,00			Construção do Forum e residência oficial
Garrafão do Norte	479,00			Construção do Forum e residência oficial
Mojú	88,00		367,64	Construção do Forum e residência
Mosqueiro	571,00			Construção do Forum
Ourilândia do Norte	479,00			Construção do Forum e residência oficial
Redenção	1.114,06			Construção do Forum e residência oficial
Salvaterra	603,62			Forum e residência em construção
Santa Maria do Pará	603,62			Construção do Forum e residência oficial
Tailândia	479,00			Construção do Forum e residência oficial
Tucumã	391,00			Construção do Forum
Viseu	594,05			Construção do Forum e residência oficial
TOTAL	7.949,28	8.334,04	1.193,10	

Fonte: Divisão de Obras / TJE

13.2 Departamento de Documentação e Informação

Sempre voltado para o usuário do TJE e contando com total apoio da Direção do TJE durante o biênio 93/95, o DDI participou e desenvolveu atividades importantes, dentre as quais destacam-se:

- atualização e informatização do acervo bibliográfico da Biblioteca Des. Antonio Koury;
- promoção da Exposição Comemorativa aos 116 anos da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil;
- participação do pessoal de apoio da Biblioteca no Treinamento para Auxiliar de Bibliotecas, realizado em maio de 93;
- participação através da Chefe de Divisão do Arquivo na Conferência Nacional de Arquivos em Vitória/ES;
- visita da Diretora do Departamento aos arquivos do STJ, Justiça Federal e STF, em Brasília/DF;
- recuperação da informação a partir do tratamento técnico de analíticas de periódicos e da troca do sistema de classificação para um mais adequado ao sistema informatizado;
- elaboração do Catálogo de Referência Legislativa do Judiciário contendo as resoluções do Tribunal de Justiça, portarias e atos judiciais da Presidência;
- viabilização do "Projeto de Organização Técnica do Arquivo do TJE" com etapas de higienização e identificação dos processos, para melhor recuperação das informações neles contidos, organização esta que também vai resgatar a memória histórica do TJE;
- reciclagem do corpo técnico através da participação em cursos;
- programação do Curso de Indexação de Documentação Jurídica;
- normalização e editoração de publicações lançadas por ocasião de eventos no TJE, como a do "Perfil dos Magistrados do TJE", homenageando o Des. Nogueira de Faria já falecido e a dos "Atos da Corregedoria 1982-1994" que contém portarias, instruções e provimentos da Corregedoria de Justiça do TJE trazendo subsídios à Justiça.
- participação, através da diretora do Departamento em Cursos e Congressos, de interesse da Biblioteca.

Biblioteca Des. Antonio Koury

Movimento

- Obras em acervo:
 - Livros: 8.114
 - Periódicos: 10.093
- Obras adquiridas:
- Compra:
 - Livros: 371
 - Periódicos: 730
- Renovação de assinaturas:
 - Boletim de Direito Administrativo
 - Boletim de Direito Municipal
 - Boletim de Licitações e Contratos

- Boletim de Jurisprudência ADCOAS
- Boletim IOB:
 - ICMS/IPI e Outros
 - Imposto de Renda e Legislação Societária
 - Legislação Trabalhista e Previdenciária
 - Temática Contábil e Balanços
 - Textos Legais
 - Repertório IOB Jurisprudência
 - Informativo Dinâmico
 - Lex. Coletânea de Legislação Federal e Marginália
 - Lex. Jurisprudência do Superior Tribunal Federal e Tribunais Regionais Federais
 - Lex. Jurisprudência dos Tribunais de Alçada Civil de São Paulo
 - Lex. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
 - Lex. Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo
 - Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados
 - Diário Oficial da União
 - Diário Federal de Justiça
- Doação:
 - Livros: 132
 - Periódicos: 324
- Consultas: 42.900
- Empréstimos: 3.510
- Pesquisas no PRODASEN: 9
- Serviços Técnicos:
 - Preparo de livros:
 - Registro: 259
 - Catalogação e Classificação: 255
 - Preparados para empréstimos: 312
 - Preparo de periódicos:
 - Registro: 5.365
 - Catalogação de analíticas de artigos: 1.835
 - Digitação de artigos de periódicos: 720
- Entrega de Publicações:
 - DJE: 10 (comarcas/interior): 2.240
 - Comarcas do interior, Tribunais e Bibliotecas em outros Estados:
 - Livros: 117
 - Periódicos: 925

Documentação e Arquivo

Esta Divisão abriga processos cíveis, criminais e administrativos, datando desde 1842 que relatam a história do Judiciário.

Dentre as atividades da Divisão destaca-se a implementação do "Projeto de Organização Técnica do Arquivo Geral do TJE", importante na recuperação das informações e no resgate da memória histórica do Tribunal.



MICROS-ESTAÇÕES

Organização Técnica do Arquivo Geral do TJE

26	386
30	386
70	386
50	486

O propósito da equipe da Desembargadoria Maria Lucia Gomes Marcos dos Santos de priorizar a informatização do Tribunal foi plenamente cumprida no decorrer de sua administração. Mais de 180 estações de trabalho compostas de um microcomputador sob ambiente Windows, com monitor colorido e teclado em rede local, estão disponíveis para uso pela comunidade judiciária, representando uma mudança significativa nas ferramentas e métodos de trabalho dos magistrados, servidores e secretários.

Este Relatório resume o trabalho desenvolvido durante o biênio 2002, que com toda certeza sempre será lembrado como um marco na modernização do TJE.

Culminando com o final da administração da Desembargadoria e objetivando facilitar o acesso da população em geral às informações que transitam no Poder Judiciário, foi implantado recentemente o Tejudiciário que, através do número 122, presta com rapidez informações Judiciais e Administrativas.

O Programa de Informatização do TJE no biênio 2002 consumiu recursos da ordem de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), gastos com aquisição de equipamentos, programas, instalações elétricas e lógicas.

Os resultados obtidos através da implementação do Programa de Informatização do Poder Judiciário, ratificam o sentido de eficiência e dinamismo da proposta de trabalho da administração do TJE no biênio 2002, assegurando melhorias significativas no atendimento dos que procuram a Justiça em nosso Estado.

Coordenação Superior de Pesquisa e Jurisprudência

A Coordenação Superior de Pesquisa e Jurisprudência foi criada através de resolução e desenvolveu as seguintes atividades:

- Avaliação e estudos de viabilidade de softwares para automatização da Jurisprudência Interna;
- Implantação da Jurisprudência Interna Informatizada;
- Elaboração do Projeto de Informatização da Jurisprudência Interna;
- Preparação do curso "Pesquisa à Banco de Dados", objetivando apresentar o processo de informatização da Jurisprudência interna e disseminar seus uso no TJE
- Implantação do atendimento à jurisprudência externa (PRODASEN), possibilitando o acesso a Base de Jurisprudência dos Tribunais Superiores; Base de Normas Jurídicas Federais; Base de Projetos em tramitação no Senado Federal e Congresso Nacional e outras;

Um dado que mostra a importância e a grande demanda por serviços dessa Coordenação foi a realização de 342 pesquisas em 1993 e 900 pesquisas realizadas em 1994.

Finalmente, conseguimos desenvolver e colocar em prática o projeto de implantação da jurisprudência automatizada, trazendo grande colaboração à celeridade da justiça.

13.3 Departamento de Informática

O propósito da equipe da Desembargadora Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos de priorizar a Informática visando a modernização do Tribunal, foi fielmente cumprida no decorrer de sua administração. Mais de 180 estações de trabalho compostas de um microcomputador sob ambiente Windows, com monitor colorido e ligado em rede local, estão disponíveis para uso pela comunidade judiciária, representando uma mudança significativa nas ferramentas e métodos de trabalho dos magistrados, servidores e serventuários.

Este Relatório resume o trabalho desenvolvido durante o biênio 93/95, que com toda certeza sempre será lembrado como um marco na modernização do TJE.

Culminando com o final da administração da Desembargadora e objetivando facilitar o acesso da população em geral às informações que transitam no Poder Judiciário, foi implantado recentemente o Telejudiciário que, através do número direto 1538, presta com rapidez informações Judiciais e Administrativas.

O Programa de Informatização do TJE no biênio 93/95, consumiu recursos da ordem de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), gastos com aquisição de equipamentos, programas, instalações elétricas e lógicas.

Os resultados obtidos através da implementação do Programa de Informatização do Poder Judiciário, ratificam o sentido de eficiência e dinamismo da proposta de trabalho da administração do TJE no biênio 93/95, assegurando melhorias significativas no atendimento dos que procuram a justiça em nosso Estado.

♦ Parque computacional

O quadro a seguir apresenta a configuração dos equipamentos e programas de computador que compõem a rede local do TJE/PA:

HARDWARE	
Rede Local padrão ETHERNET 10BASE T	
5 SERVIDORES	
	486 DX2, 16 MB de RAM DISCO RÍGIDO DE 1,2 GB MONITOR SVGA MONO PLACA COMBO 16 BITS
MICROS-ESTAÇÕES	
26	386 SX 40 MHZ, 4 MB RAM, DRIVE 3 1/2"
30	386 SX 40 MHZ, 4 MB RAM, DRIVE 3 1/2", W80
70	386 DX 40 MHZ, 4 MB RAM, DRIVE 3 1/2"
50	486 SX 25 MHZ, 4 MB RAM, DRIVE 3 1/2"
6	486 SX 25 MHZ, 4 MB RAM BOOT REMOTO MONITOR SVGA COLOR C/ PLACA 512 KB MOUSE IMPRESSORA EPSON LX-810L, LX-300, LQ-570 IMPRESSORA HP DESKJET 500
SOFTWARE	
1	NOVELL NETWORK 3.12 100 USUÁRIOS
3	NOVELL NETWORK 3.12 50 USUÁRIOS
	MS-DOS 6.2 WINDOWS 3.1 WORD 2.0 FOR WINDOWS OFICER 2.0 (WORD/EXCEL/POWER POINT) LOTUS 1-2-3 FOR WINDOWS CLIPPER 5.2 GOL - GERADOR DE SISTEMAS ON-LINE SRI MICROISIS

♦ Distribuição física dos equipamentos

O projeto das instalações elétrica e lógica necessárias ao funcionamento dos equipamentos, já considerou as possibilidades de expansão do parque computacional. Assim, o quadro abaixo apresenta a quantidade de pontos instalados por setor e quantos desses pontos já possuem equipamento:

DISTRIBUIÇÃO FÍSICA DOS EQUIPAMENTOS (Capital)			
LOCAL / ANDAR	PONTOS INSTALADOS	MICROS EXISTENTES	DIFERENÇA
SA-TÉRREO	8	8	0
SA-1o. ANDAR	14	11	3
SUB-TOTAL SA (ANEXO 2)	22	19	3
TÉRREO - DI	32	32	0
TÉRREO - DDI	8	8	0
TÉRREO - ALMOXARIFADO	1	1	0
SUB-TOTAL TÉRREO	41	41	0
CRIME - DIREÇÃO	3	1	2
CRIME - JUÍZES	23	23	0
CRIME - CARTÓRIOS	23	0	23
CRIME - PROCESSOS	5	5	0
CRIME - MANDADOS	3	3	0
SERVIÇO MÉDICO	2	0	2
SUB-TOTAL 2o. ANDAR	59	32	27
CÍVEL - DIREÇÃO	1	1	0
CÍVEL - JUÍZES	27	27	0
CÍVEL - CARTÓRIOS	27	0	27
CÍVEL - PROCESSOS	16	16	0
PROTOCOLO GERAL TJE	2	2	0
SUB-TOTAL 3o. ANDAR	73	46	27
4o. ANDAR - SEC. PRESID.	5	5	0
4o. ANDAR - ASS. PRESID.	3	3	0
4o. ANDAR - COORD. CONCURSO	1	1	0
4o. ANDAR - VICE	1	1	0
4o. ANDAR - CORREG.	5	3	2
4o. ANDAR - DESEMB.	21	21	0
4o. ANDAR - SEC. GERAL	4	2	2
4o. ANDAR - SUB-SECRETARIA	2	1	1
4o. ANDAR - CARTÓRIOS	2	1	1
4o. ANDAR - OUTROS (Plenários)	2	1	1
SUB-TOTAL 4o. ANDAR	46	39	7
ESCOLA SUPERIOR DE MAGIST.	1	1	0
TOTAL CAPITAL	242	178	64

DISTRIBUIÇÃO FÍSICA DOS EQUIPAMENTOS (Interior)

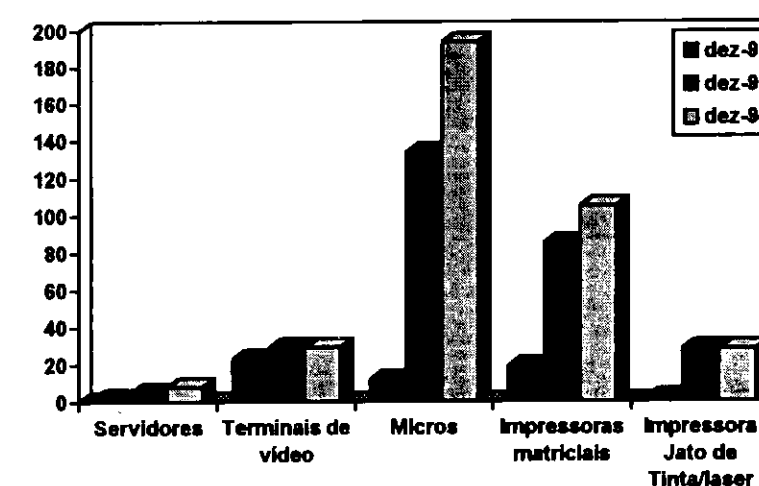
LOCAL	PONTOS INSTALADOS	MICROS EXISTENTES	DIFERENÇA
SANTARÉM	2	2	0
ANANINDEUA	1	1	0
CASTANHAL	1	1	0
ALTAMIRA	1	1	0
TOTAL INTERIOR	5	5	0

♦ Crescimento do Parque Instalado

Os quadros abaixo expressam uma abordagem quantitativa de equipamentos adquiridos e instalados no biênio 93/95.

EQUIPAMENTOS	Dezembro 92	Dezembro 93	Dezembro 94
Servidores	2	5	8
Terminais de vídeo	23	29	29
Microcomputadores	12	134	194
Impressoras matriciais	19	85	105
Impressoras jato de tinta/laser	2	28	28

GRÁFICO COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DO TJE-PARÁ



Fonte: Departamento de Informática

◆ Treinamento realizado

Um dos pilares do Programa de Informatização desenvolvido ao longo dos últimos dois anos foi, inegavelmente, a oportunidade oferecida pelo DI para treinamento do pessoal usuário dos microcomputadores.

Mais de 350 pessoas entre magistrados, servidores e serventuários frequentaram os cursos ofertados pelo DI, no laboratório montado exclusivamente para esta finalidade.

Em turmas de 16 alunos, observando a relação máxima de dois treinandos por micro, o DI realizou mais de 500 horas de treinamento, cuja preparação foi totalmente desenvolvida pelo pessoal do DI e teve como objetivo principal a apresentação e uso dos recursos básicos dos micros, ou seja, o Windows e o Word for Windows.

Nos quadros a seguir, os resultados do Programa de Treinamento são mostrados em números:

ANO	TURMA	PERÍODO	VAGAS	CONCLUINTES	DESISTÊNCIA
1993	A	23/8 a 3/9	16	14	2
	B	23/8 a 3/9	16	14	2
	C	14/9 a 27/9	16	16	0
	D	14/9 a 27/9	16	13	3
	E	27/9 a 8/10	16	15	1
	F	18/10 a 9/11	16	16	0
	G	18/10 a 9/11	16	16	0
	H	18/10 a 9/11	16	16	0
		Total 1993	128	120	8
1994	A	14/3 a 18/3	16	14	2
	B	14/3 a 18/3	16	10	6
	A1	28/3 a 15/4	16	11	5
	B1	28/3 a 15/4	16	08	8
	A2	9/5 a 21/5	16	16	0
	B2	23/5 a 8/6	16	16	0
	B3	23/5 a 8/6	16	15	1
	C	15/6 a 29/6	16	13	3
	D	20/6 a 1/7	16	14	2
	2A	22/8 a 8/9	16	10	6
	2B	22/8 a 8/9	16	13	3
	2C	26/9 a 12/10	16	03	13
	2D	26/9 a 12/10	16	09	7
	2E	26/9 a 12/10	12	00	12
	2F	31/10 a 14/11	16	09	7
	2G	31/10 a 14/11	16	09	7
		Total 1994	234	161	73
		Total Geral	362	281	81

◆ Serviços Desenvolvidos / Implantados

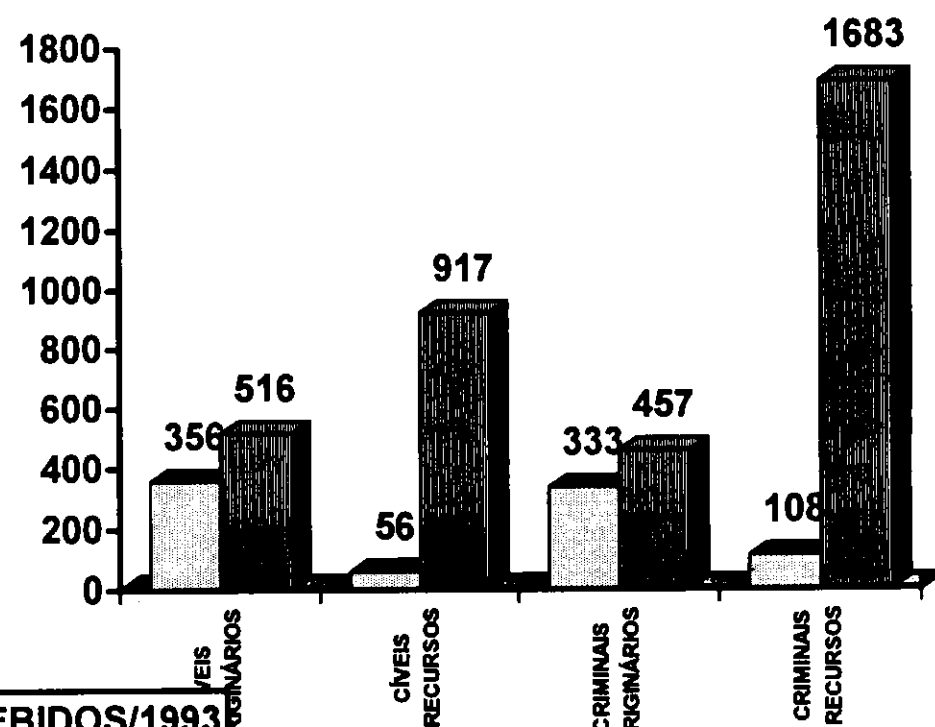
O trabalho de desenvolvimento e implementação de soluções foi levado a efeito pelos técnicos do DI e atingiu praticamente todas as áreas de utilização da informática no Tribunal, dentre as mais importantes realizações nesse sentido, podemos citar:

- Implantação da rede local de microcomputadores, nos Gabinetes dos Desembargadores e dos Juízes e demais órgãos do TJE/PA;
- Conexão, via EMBRATEL (RENPA), com Tribunais Superiores e Senado Federal;
- Informatização da Jurisprudência Interna do Tribunal;
- Sistemas Administrativos Informatizados: Recursos Humanos (aperfeiçoamento), Concursos Públicos, Protocolo (aperfeiçoamento), Financeiro, Material e Patrimônio, Orçamento de Obras, Planejamento Orçamentário e Biblioteca;
- Informatização de Comarcas do Interior: Santarém, Ananindeua e Castanhal;
- Implantação do novo protocolo do TJE e da nova sistemática de distribuição do cível;
- Emissão por computador das Certidões de Antecedentes Criminais, na Secretaria do Forum Criminal;
- Implantação da distribuição informatizada dos processos do 2º grau, incluindo acompanhamento e resenha;
- Migração dos sistemas existentes anteriormente para plataforma de rede local;
- Controle de Produtividade do Judiciário;
- Implantação do Banco de Dados das Comarcas do Interior;
- Informatização da lista de antiguidade da Magistratura Paraense;
- Sistemas de Cartas Precatórias do Cível;
- Central de Mandados e de Resenhas Penais;
- Introdução de Recursos de Editoração Eletrônica;
- Correio Eletrônico;
- Controle do Acervo Bibliográfico da Biblioteca do TJE-PA;
- Lista Telefônica do Tribunal;
- SIG - Sistema de Informações Gerais, que agrupa informações de cada Município, demonstrando Comarcas, Termos, Entrâncias, Regiões Judiciárias, Sedes, datas de instalação, número e competência das Varas, etc...;
- Telejudiciário: um sistema informatizado para atendimento ao público, estruturado em banco de dados, com fácil acesso às informações nele armazenadas, visando responder de forma rápida às indagações do usuário interno e externo do Poder Judiciário.

♦ Banco de Dados: Estatísticas

Os gráficos e quadros abaixo resumem o volume de processos que tramitam no Poder Judiciário. Aqui estão contabilizadas as informações da Capital e do Interior.

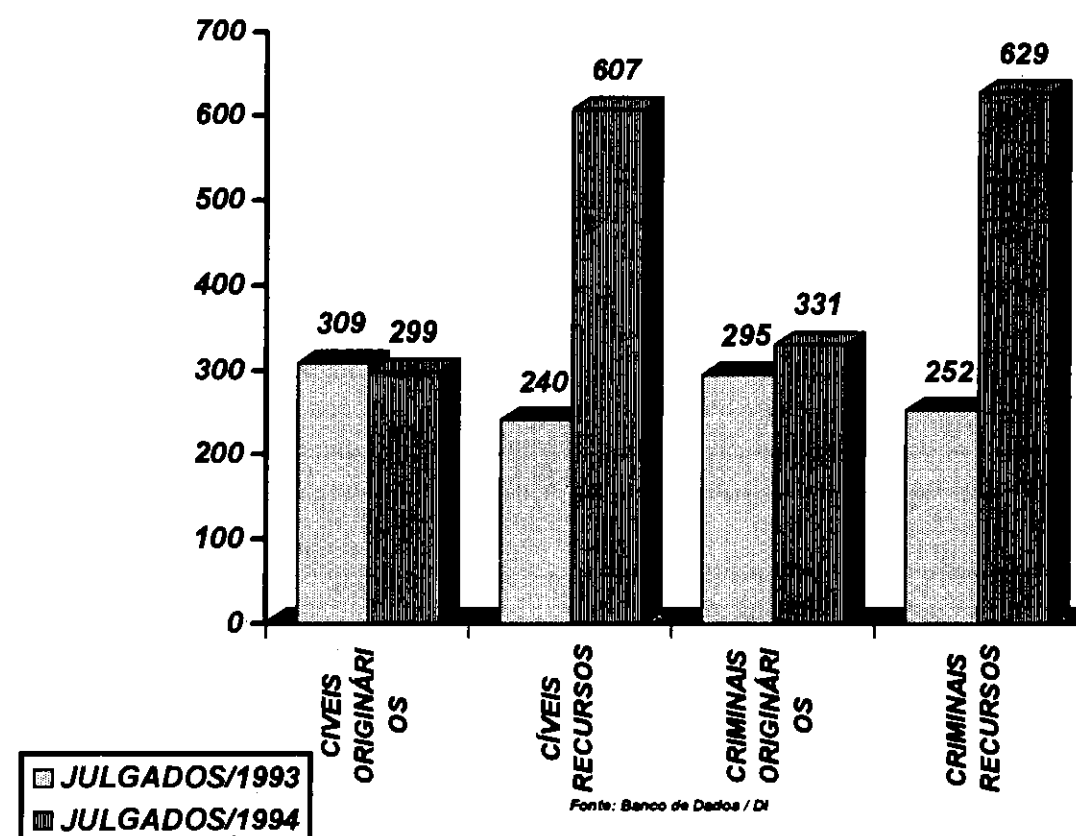
MOVIMENTO PROCESSUAL DO 2º GRAU (PROCESSOS RECEBIDOS)
1993/1994



Fonte: Banco de Dados / DI

PROCESSOS	RECEBIDOS NOV/1993	RECEBIDOS NOV/1994	%
CÍVEIS ORIGINÁRIOS	356	516	≅ 44,94
CÍVEIS RECURSOS	56	917	≅ 1537,50
CRIMINAIS ORIGINÁRIOS	333	457	≅ 37,23
CRIMINAIS RECURSOS	108	1683	≅ 1458,33

MOVIMENTO PROCESSUAL DO 2º GRAU (PROCESSOS JULGADOS)
1993/1994



Fonte: Banco de Dados / DI

PROCESSOS	RECEBIDOS NOV/1993	RECEBIDOS NOV/1994	%
CÍVEIS ORIGINÁRIOS	356	516	≅ 44,94
CÍVEIS RECURSOS	56	917	≅ 1537,50
CRIMINAIS ORIGINÁRIOS	333	457	≅ 37,23
CRIMINAIS RECURSOS	108	1.683	≅ 1458,33

PROCESSOS	JULGADOS/1993	JULGADOS/1994	%
CÍVEIS ORIGINÁRIOS	309	299	≅ 3,23
CÍVEIS RECURSOS	240	607	≅ 152,91
CRIMINAIS ORIGINÁRIOS	295	331	≅ 12,20
CRIMINAIS RECURSOS	252	629	≅ 149,60

Estatística Judiciária - Ações Cíveis - Período de 01/94 a 10/94				
Tipos de Ações	Recebidas	%	Julgadas	%
Possesórias	533	2,13	225	42,21
Usucapião	31	0,12	15	48,38
Despejo	736	2,94	440	59,78
Execução Fiscal (Faz., Est. e Munic.)	1.078	4,31	429	39,79
Outras execuções	2.145	8,57	714	33,28
Falência e Concordata	106	0,42	64	60,37
Medidas Cautelares	1.849	7,39	876	47,37
Acidentes de Trabalho	16	0,06	11	68,75
Família	6.303	25,20	3068	48,67
Órfãos e Sucessões	653	2,61	201	30,78
Infância e Juventude	2.849	11,39	1348	47,31
Outros Feitos	8.712	34,83	6203	71,20
TOTAL CÍVEL	25.011	100,00	13594	54,35

Estatística Judiciária - Ações Penais - Período de 01/94 a 10/94				
Tipos de Ações	Recebidas	%	Julgadas	%
Crime Contra Vida	1.128	12,39	159	14,10
Crime Contra o Patrimônio	1.625	17,88	577	35,50
Delito Tóxico	266	2,92	306	15,03
Delito Trânsito	267	2,93	93	34,83
Contravenção Penal	117	1,28	27	23,07
Outros	5.699	62,61	2.405	42,31
TOTAL PENAL	9.102	100,00	3.567	39,25

Cargos de Juízes existentes nos anos de 1993/1994	
1993	1994
1ª Entrância - 67 (52 Titulares e 15 Regionais)	1ª Entrância - 70 (55 Titulares e 15 Regionais)
2ª Entrância - 46	2ª Entrância - 46
3ª Entrância - 51 (42 Titulares 03 Distritais e 06 Não Titulares).	3ª Entrância - 51 (42 Titulares 03 Distritais e 06 Não Titulares).
TOTAL = 164	TOTAL = 166

Assessoramento às Sessões Plenárias - Sessões Realizadas		
TRIBUNAL PLENO	1993	Jan/Nov/94
Sessões Ordinárias	19	15
Sessões Extraordinárias	04	12
Sessões Solenes	04	1
Sessões Especiais	04	--
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	1993	Jan/Nov/94
Sessões Ordinárias	32	37
Sessões Extraordinárias	08	--
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS	1993	Jan/Nov/94
Sessões Ordinárias	37	32
Sessões Extraordinárias	--	01
CONSELHO DA MAGISTRATURA	1993	Jan/Nov/94
Sessões Ordinárias	12	17
Sessões Extraordinárias	--	--
Câmara de Férias	08	--

Assessoramento às Sessões Plenárias - Sessões Realizadas		
CÂMARAS ISOLADAS	1993	Jan/Nov/94
1ª Câmara Cível Isolada		
Sessões Ordinárias	39	29
1ª Câmara Criminal Isolada		
Sessões Ordinárias	39	31
2ª Câmara Cível Isolada		
Sessões Ordinárias	38	32
Sessões Extraordinárias	01	--
2ª Câmara Criminal Isolada		
Sessões Ordinárias	38	33
Sessões Extraordinárias	01	--
3ª Câmara Cível Isolada		
Sessões Ordinárias	37	33
Sessões Extraordinárias	01	--
3ª Câmara Criminal Isolada		
Sessões Ordinárias	37	--
Sessões Extraordinárias	01	--

13.4 Departamento de Recursos Humanos

Voltada sempre para uma atuação dinâmica e mantendo estreita consonância com os objetivos definidos pela Secretaria de Administração, a Diretoria de Recursos Humanos esteve sempre empenhada em tornar eficiente os procedimentos administrativos, além de proporcionar aos funcionários um canal aberto de acesso à Administração Superior do Tribunal.

Durante o biênio, a Diretoria de Recursos Humanos, através das Unidades subordinadas, desenvolveu suas atividades centrada na valorização do quadro de pessoal do Poder Judiciário nos aspectos administrativo, social e de capacitação profissional, o que certamente resulta em uma melhor prestação de serviços a todos aqueles que recorrem a este Departamento.

Durante o ano de 1994, de acordo com a programação estabelecida, foi implementado o Treinamento Comportamental, a atualização do Cadastro Funcional, a implementação do Regime Jurídico Único, além de se ter viabilizado a participação de técnicos do Departamento em Congressos, Palestras, Cursos de Especialização, inclusive em outras capitais do país, traduzindo de forma prática a importância do investimento em Recursos Humanos do Poder Judiciário.

- Criação de normas para padronização de rotinas referentes a Licenças, Férias, Justificativas de Faltas, Frequência etc..., visando simplificar os trâmites administrativos;
- Implantação e adequação da Estrutura Organizacional, consolidada pela Resolução nº 018/94-G.P., procedendo a atualização das lotações dos funcionários nas suas respectivas Unidades;
- Implantação dos Serviços de Treinamento, Assistência Social, Cadastro, Movimentação e Controle e Seção de Registro e Controle do Interior, criados através da Resolução nº 022/93;
- Criação de Margem Consignável, visando resguardar os salários dos funcionários, das obrigações financeiras contraídas;
- Adoção de medidas necessárias a implementação do Regime Jurídico Único;
- Atualização dos dados Cadastrais dos Servidores, facilitando informações e dinamizando o Setor através da criação das "Fichas de Atualização de Cadastros";
- Adoção de medidas voltadas para o Quadro Funcional das Comarcas do Interior relativas à informações funcionais, pedidos de transferências de Contas Bancárias para viabilizar os recebimentos nos próprios municípios e envio de Contra-Cheques através de SEDEX;
- Operacionalização da distribuição dos Benefícios do Vale-Transporte e Vale-Alimentação, concedidas pela Presidência;
- Medidas necessárias a realização de Cursos de Treinamento Comportamental, objetivando a melhoria do relacionamento interpessoal do quadro administrativo do TJE, elevando a produtividade e qualidade no desempenho de suas funções;

13.5 Departamento Financeiro

Exercício 1993

Da Receita

De acordo com a Lei de nº 5.725 de 07.07.92 (LDO), coube ao Poder Judiciário 7,0% da Receita Orçamentária Líquida do Estado, sendo : 4,9% para Manutenção do Tribunal de Justiça, 2,0% para Instalação e Aparelhamento de Comarcas e 0,1% para a Justiça Militar. O montante programado (QDQT) para o exercício de 1993 foi de CR\$ 4.640.738.212,00 (quatro bilhões seiscentos e quarenta milhões setecentos e trinta e oito mil duzentos e doze cruzeiros reais), para fazer face as despesas de Pessoal, Custeio, Capital e Investimentos.

Do total desses recursos, CR\$ 637.643.169,66 (seiscentos e trinta e sete milhões seiscentos e quarenta e três mil cento e sessenta e nove cruzeiros reais e sessenta e seis centavos), correspondem a aplicações de recursos próprios no mercado financeiro.

Totalização da Receita:

O P C s	CR\$ 3.657.424.080,35
Rendimentos de aplicação	CR\$ 637.643.169,66
TOTAL DA RECEITA	CR\$ 4.295.067.250,01

Da Despesa

Para manter em funcionamento a estrutura do Tribunal de Justiça, no exercício de 1993, foram efetuadas despesas no montante de CR\$ 3.781.242.660,81 (três bilhões, setecentos e oitenta e um milhões, duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta cruzeiros reais e oitenta e um centavos)

Do Saldo

Após realizarmos as despesas do exercício de 1993, contabilizamos o seguinte saldo :

Receita	CR\$ 4.295.067.250,01
Despesa	CR\$ 3.781.242.660,81
S A L D O	CR\$ 513.824.589,20

Dos Restos a Pagar

Foram inscritos em Restos a Pagar despesas no montante de CR\$ 657.076.776,20 (seiscentos e cinquenta e sete milhões setenta e seis mil setecentos e setenta e seis cruzeiros reais e vinte centavos).

Exercício 1994

Da Receita

De acordo com a Lei de nº 5.759 de 30.08.93 (LDO), coube ao Poder Judiciário 6,5% (seis e meio) da Receita Orçamentária do Estado sendo : 5,399% Tribunal de Justiça, 1,0% Instalação e Aparelhamento de Comarcas e 0,1001% Justiça Militar, cujo montante programado (QDQT) para o exercício de 1994 foi de R\$ 34.303.016,59 (trinta e quatro milhões trezentos e três mil dezesseis reais e cinquenta e nove centavos), para fazer face as despesas de Pessoal , Custeio , Capital e Investimentos.

Do total desses recursos, R\$ 2.638.185,10 (dois milhões seiscentos e trinta e oito mil, cento e oitenta e cinco reais e dez centavos), correspondem a aplicações de recursos próprios no mercado financeiro.

Totalização da Receita

O P C s	R\$ 28.737.347,32
Rendimentos de aplicação	R\$ 2.638.185,10
TOTAL DA RECEITA	R\$ 31.375.532,42

Da Despesa

Para manter em funcionamento a estrutura do Tribunal de Justiça, no exercício de 1994, foram efetuadas despesas no montante de R\$31.324.139,55 (trinta e um milhões trezentos e vinte e quatro mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

Do Saldo

Após realizarmos as despesas do exercício de 1994, contabilizamos o seguinte saldo :

Receita	R\$ 31.375.532,42
Despesa	R\$ 31.324.139,55
S A L D O	R\$ 51.392,87

Dos Restos a Pagar

Foram inscritos em Restos a Pagar Despesas (1994) o montante de R\$ 2.367.442,02 (dois milhões trezentos e sessenta e sete mil quatrocentos e quarenta e dois reais e dois centavos), correspondentes a parte do saldo credor do TJE junto a SEFA no valor de R\$ 2.509.153,55 (dois milhões quinhentos e nove mil cento e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), a ser liberado em janeiro de 1995.

Foi também inscrito em Despesas de Exercícios Anteriores para pagamento em 1995, o valor de R\$ 458.494,39 (quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e nove centavos), o qual deverá ser compensado quando da publicação da diferença de receita a ser arrecadada do último trimestre de 1994.

BALANCETE FINANCEIRO EXERCÍCIO 1993

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA		TOTAL	DESPESA	SALDO
	OPCs	RENDIMENTOS			
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3.660.503.316,99	637.643.169,66	4.298.146.486,65	396.396.907,27	513.824.589,20
- MANUTENÇÃO	2.788.165.040,99	637.643.169,66	3.425.808.210,65	3.387.924.990,18	37.883.220,47
- INSTALAÇÃO	872.338.276,00		872.338.276,00	396.396.907,27	475.941.368,73

Fonte: Departamento Financeiro / TJE

CRS

14. ASSESSORIA JURÍDICO ADMINISTRATIVA

Foram desenvolvidas atividades jurídico-administrativas, consultas, elaboração de minutas de contratos, representações junto a outros órgãos, etc... Os dados quantitativos abaixo mostram o volume do trabalho desenvolvido por essa assessoria

Elaboração de minutas de contrato de compra/venda de imóveis	5
Elaboração de minutas de contrato de licitação	21
Procedimento administrativo sumário	1
Acompanhamento de processos de desapropriação	6
Representação do TJE junto aos tabelionatos	5
Consultas	96
Sindicâncias	6
Acompanhamento de ações em que é parte o TJE	4
Pareceres em processos administrativos	439

15. MUSEU DO JUDICIÁRIO

A Coordenação do Museu do Judiciário, durante o biênio 1993/1995, procurou realizar atividades que venham ao encontro dos objetivos pretendidos, dentre as quais podemos destacar:

- ♦ Realização da III Exposição alusiva ao Dia Internacional da Mulher, com o tema "Poder Judiciário, Sistema Penal e Comunidade X Mulheres Presidiárias";
- ♦ Realização do levantamento e catalogação de peças na Comarca de Santarém, Monte Alegre e Almerim e Termo Judiciário de Prainha;
- ♦ Realização da IV Exposição alusiva ao Dia da Criança, com o tema "Menor e Violência";
- ♦ Tombamento das peças do Museu Judiciário de Belém;
- ♦ Realização da V Exposição Aberta, com o tema "Eleições 94".

16. AUDITORIA INTERNA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Auditoria Interna tem se empenhado em examinar e analisar, além do aspecto processual da documentação, a realidade dos valores registrados e a eficácia dos controles internos, com orientações necessárias para a melhoria dos mesmos. Dentre as principais ações desenvolvidas, podemos citar:

- ♦ Orientação às perícias realizadas pelo Tribunal de Contas para análise das prestações de contas até o 3º semestre de 1994;
- ♦ Visitas periódicas ao Tribunal de Contas para instrução de processos;

BALANCE FINANCEIRO EXERCÍCIO 1994

DISCRIMINAÇÃO	OPCs	RECEITA RENDIMENTOS	TOTAL	DESPESA	SALDO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	28.737.347,32	2.638.185,10	31.375.532,42	31.324.139,55	51.392,91
- MANUTENÇÃO	27.098.822,15	2.433.916,10	29.532.738,25	29.508.543,87	24.194,38
- INSTALAÇÃO	1.638.525,17	204.269,00	1.842.794,17	1.815.595,68	27.198,53

Fonte: Departamento Financeiro / TJE

R\$

- ♦ Análise de adiantamentos concedidos a título de Suprimento de Fundos, com a publicação das concessões, seus valores, prazos e elemento de despesa;
- ♦ Fiscalização da conciliação dos saldos da Tesouraria, Caixas e Bancos e Contas Correntes;
- ♦ Envio de circulares às Comarcas do Interior com instruções para utilização de Suprimentos de Fundos;
- ♦ Visitas ao Almoxarifado para verificação do controle do estoque;
- ♦ Solicitação à Presidência de autorização para realizar o inventário real de todo o material de expediente do Almoxarifado;
- ♦ Exame das licitações quanto a observância das normas de licitação;
- ♦ Exame trimestral dos processos de prestação de contas;
- ♦ Apresentação de relatórios trimestrais à Presidência, com recomendações para aumento da eficácia do controle interno;
- ♦ Realização de Inventário Trimestral do Equipamento e Material Permanente, a fim de compor o processo de Prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas.

17. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Os processos licitatórios efetivamente elaborados no biênio 93/95, foram assim distribuídos:

Tomadas de preços	37
Cartas convite	151
Total	188
Recursos Administrativos	16

Do trabalho realizado concluiu-se que o objetivo final foi atingido, observados os princípios que norteiam a licitação, onde constata-se que a quantidade de recursos interpostos, levando em consideração o lapso de tempo de 24 meses, é ínfimo ensejando a ilação de que é grande a satisfação dos licitantes, posto que concretiza o traço fundamental da licitação que é a igualdade e oportunidade entre os participantes do certame.

18. COMISSÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

A comissão teve por objetivo principal promover o inventário físico dos bens móveis e imóveis do Poder Judiciário nas Comarcas, Termos e municípios novos do interior do Estado do Pará.

♦ Ações Executadas

- Levantamento e tombamento dos móveis existentes nas Comarcas e Termos do Poder Judiciário;

- Levantamento junto aos cartórios da situação dos imóveis no que se referia a propriedade dos mesmos;
- Intermediação junto às Prefeituras, no sentido de fazerem a doação dos Fóruns e residências que pertencessem às mesmas, bem como de área para construção de futuras instalações judiciárias;
- Levantamento das necessidades das Comarcas e Termos no que concernia a móveis, veículos, telefones, residências, etc...;
- Vistoria junto com os juizes das Comarcas e Termos sobre a necessidade de reformas nos imóveis;
- Levantamento do movimento forense;
- Levantamento das necessidades de pessoal;
- Orientações aos juizes quanto ao suprimento de fundos visando esclarecer e melhorar a prestação de contas dos mesmos;
- Registro no Sistema Informatizado de Patrimônio dos termos de responsabilidade, assinados pelos juizes, que permitirá fácil acesso às informações patrimoniais das Comarcas e Termos do Poder Judiciário. Este registro possibilitará a realização do inventário trimestral, que a partir deste ano passou a ser uma exigência do Tribunal de Contas do Estado.

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL			OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS	
		FÓRUM	RESID.		
1. ABAETETUBA 102.399 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 3 VARAS	TJE	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum doado pela prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Fórum reformado e ampliado em 94. • Documentação da residência em fase de doação. • Comarca necessita de mais duas residências.
2. ABEL FIGUEIREDO 5.326 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 8ª Região Judiciária (MARABÁ) sem infra-estrutura para instalação de comarca.
3. ACARÁ 48.378 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE ABAETETUBA	☐	☐		• Fórum funciona na Prefeitura. • Área doada pela prefeitura em 93. Documentação no patrimônio. • Termo com pouca demanda judicial.
4. AFUA 19.637 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	☐	☐		• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.
5. ÁGUA AZUL DO NORTE 7.255 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 8ª Região Judiciária (MARABÁ) sem infra-estrutura para instalação de comarca. • Área doada pela prefeitura em 93. Documentação no patrimônio.
6. ALENQUER 53.600 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 1 VARA	LBA	LBA		• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS MÓVEIS		BENS IMÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.			
7. ALMEIRIM 33.475 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	PREF	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone/fax.	• Fórum necessita de reforma. • Documentação do Fórum em fase de doação. • Comarca com pouca demanda judicial.	
8. ALTAMIRA 117.390 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 3 VARAS	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículos, telefone/fax.	• Fórum novo em construção, em área doada pela prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca necessita de mais duas residências.	
9. ANAJÁS 14.494 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE SOURÉ	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona na Prefeitura. • Termo com pouca demanda judicial.	
10. ANANINDEUA 90.542 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 5 VARAS	TJE	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum novo adquirido e adaptado em 93. • Área adquirida em 94. • Tribunal do Juri adaptado em 94. • Documentação do Fórum e da área no Patrimônio.	
11. AUGUSTO CORRÊA 30.810 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum necessita de reforma. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação.	
12. AURORA DO PARÁ 16.921 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 6ª . Região Judiciária (PARAGOMINAS) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.			
13. AVEIRO 11.178 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE SANTARÉM	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona na prefeitura. • Termo com pouca demanda judicial.	
14. BAGRE 14.225 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE CAMETÁ	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona no Cartório extrajudicial. • Área doada pela prefeitura em 94. Documentação no Patrimônio. • Termo com pouca demanda judicial.	
15. BAIÃO 20.400 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona na Prefeitura. • Prédio a ser adaptado para Fórum em fase de doação. • Comarca com pouca demanda judicial.	
16. BANNACH	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 9ª Região Judiciária (REDENÇÃO) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	
17. BARCARENA 48.854 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum reformado em 94. • Residência necessita de reforma. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca com muita demanda judicial.	
18. BENEVIDES 68.315 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum doado pela prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Fórum adaptado e ampliado em 94.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

88

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.			
19. BOM JESUS DO TOCANTINS 14.080 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 8ª Região Judiciária (MARABÁ) sem infra-estrutura para instalação de comarca. • Área doada pela prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio.	
20. BONITO 8.586 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE CAPANEMA	TJE	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum e área doados pela prefeitura em 92. Documentação no Patrimônio. • Fórum reformado e ampliado em 93. • Termo com pouca demanda judicial.	
21. BRAGANÇA 97.969 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 2 VARAS	EST	PREF (2)	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum e residências necessitam de reforma. • Documentação do Fórum e das residências em fase de doação.	
22. BRASIL NOVO 16.985 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	PREF	PREF	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum e residência construídos pela Prefeitura em 93, que não pretende fazer a doação dos mesmos. • Comarca com pouca demanda judicial.	
23. BREJO GRANDE DO ARAGUAIA 6.311 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 8ª Região Judiciária (MARABÁ) sem infra-estrutura para instalação de Comarca. • Área doada pela prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio.	
24. BREU BRANCO 14.151 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 7ª Região judiciária (TUCURUI) sem infra-estrutura para instalação de Comarca.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

89

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.			
25. BREVES 73.465 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 1 VARA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum e residência necessitam de reforma. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação.	
26. BUJARU 14.188 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE ANANINDEUA	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona na Prefeitura. • Termo com pouca demanda judicial.	
27. CACHOEIRA DO ARARI 13.451 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca necessita de telefone/fax.	
28. CAMETÁ 85.920 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 1 VARA	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum e residência funcionam em prédios alugados. • Fórum em construção, em área doada pela prefeitura em 93. Documentação no patrimônio. • Comarca necessita de residência.	
29. CANÃA DOS CARAJÁS	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município criado em 1994, a ser regionalizado, sem infra-estrutura para instalação de comarca.	
30. CAPANEMA 52.116 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 3 VARAS	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum e residência necessitam de reforma. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca necessita de mais duas residências.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

- ☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência
⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

90

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL			OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS	
		FÓRUM	RESID.		
31. CAPITÃO POÇO 46.788 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum reformado e ampliado em 93. • Documentação do Fórum em fase de doação. • Comarca necessita de residência, veículo e fax. • Comarca com muita demanda judicial.
32. CASTANHAL 105.398 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 3 VARAS	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum necessita de reforma e ampliação ou construção de Fórum novo. • Documentação do fórum e da residência em fase de doação.
33. CHAVES 17.513 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	PREF	PREF	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Comarca com pouca demanda judicial.
34. COLARES 8.539 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE ANANINDEUA	☐	☐	⊖	• Fórum funciona no Cartório extrajudicial. • Termo com pouca demanda judicial.
35. CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA 56.464 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 2 VARAS	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone / fax.	• Fórum reformado em 94. Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Área doada pela prefeitura em 94. Documentação no patrimônio. • Comarca necessita de mais uma residência.
36. CONCÓRDIA DO PARÁ 15.362 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 6ª Região Judiciária (PARAGOMINAS) sem infra-estrutura para instalação de comarca.

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

- ☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência
⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

91

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.	FÓRUM	RESID.	
37. CUMARU DO NORTE 6.035 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	☐	⊖	• Município integrante da 9ª Região Judiciária (REDENÇÃO) sem infra-estrutura para instalação de comarca.
38. CURIONÓPOLIS 28.877 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Documentação do Fórum em fase de doação. • Fórum necessita de reforma. • Comarca necessita de residência , veículo e fax.
39. CURRALINHO 15.386 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE SOUTHE	☐	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona no prédio da Secretaria da Fazenda. • Termo com pouca demanda judicial
40. CURUÇÁ 20.609 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 1 VARA	EST	EST	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, e telefone.	• Fórum e residência reformados em 93. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca necessita de fax.
41. DOM ELISEU 46.527 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	TJE	TJE	☐	⊖	• Município integrante da 6ª Região Judiciária (PARAGOMINAS). • Fórum e residência construídos em 94, em área doada pela prefeitura. Documentação no Patrimônio.
42. ELDORADO DOS CARAJÁS 12.179 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	☐	⊖	• Município integrante da 8ª Região Judiciária (MARABÁ) sem infra-estrutura para instalação de comarca. • Área doada pela prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio.

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

- ☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência
☐ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

92

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.	FÓRUM	RESID.	
43. FARO 3.291 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE ALENQUER	☐	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona na Prefeitura. • Termo com pouca demanda judicial.
44. FLORESTA DO ARAGUAIA	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	☐	⊖	• Município integrante da 9ª Região Judiciária (REDENÇÃO) sem infra-estrutura para instalação de comarca.
45. GARRAÃO DO NORTE 20.852 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum e residência construídos em 94, em área doada pela Prefeitura. Documentação no patrimônio.
46. GOIANÉSIA DO PARÁ 15.251 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	☐	⊖	• Município integrante da 7ª Região Judiciária (TUCURUÍ) sem infra-estrutura para instalação de comarca.
47. GURUPÁ 19.460 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum e residência necessitam de reforma. • Comarca com pouca demanda judicial.
48. ICOARACI	VARA DISTRITAL	TJE	TJE	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Documentação do Fórum em fase de legalização.

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

- ☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência
☐ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

93

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL			OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS	
		FÓRUM	RESID.		
49. IGARAPÉ AÇU 27.727 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum reformado e ampliado em 93. • Documentação do Fórum em fase de doação. • Comarca necessita de residência, veículo e fax.
50. IGARAPÉ MIRI 42.009 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Documentação do Fórum em fase de doação. • Documentação da residência em fase de legalização.
51. INHANGAPI 6.567 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE CASTANHAL	PREF	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Área doada pela Prefeitura em 94. Documentação no Patrimônio. • Termo com pouca demanda judicial.
52. IPIXUNA DO PARÁ 13.775 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 6ª Região Judiciária (PARAGOMINAS) sem infra-estrutura para instalação de comarca.
53. IRITUIJA 31.614 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum necessita de reforma. • Comarca necessita de residência, telefone/fax.
54. ITAITUBA 98.261 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 2 VARAS	EST	TJE (2)	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum reformado em 94. Documentação em fase de doação. • Residências adquiridas em 93. Documentação no patrimônio.

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

94

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.			
55. ITUPIRANGA 74.426 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum e residência doados pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio.	
56. JACAREACANGA 10.215 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante 11ª Região Judiciária (SANTARÉM) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	
57. JACUNDÁ 31.875 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	PREF	PREF	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum e residência necessitam de reforma. Documentação dos mesmos em fase de doação. • Comarca necessita de veículo e fax.	
58. JURITI 23.394 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE SANTARÉM	PREF	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Área doada pela Prefeitura em 94. Documentação no Patrimônio. • Termo com pouca demanda judicial.	
59. LIMOEIRO DO AJURU 16.760 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE CAMEÁ	☐	☐	⊖	• Fórum funciona na Prefeitura. • Área doada pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Termo com pouca demanda judicial.	
60. MÃE DO RIO 29.943 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum doado pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Fórum reformado e ampliado em 94. • Documentação da residência em fase de doação. • Comarca necessita de veículo e fax.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

95

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL			OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS	
		FÓRUM	RESID.		
61. MAGALHÃES BARATA 7.433 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE CASTANHAL	PREF	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Área doada pela Prefeitura em 94. Documentação no Patrimônio. • Termo com pouca demanda judicial.
62. MARABÁ 132.723 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 5 VARAS	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum reformado e ampliado em 93. Residência necessita de reforma. Documentação dos mesmos em fase de doação. • Comarca necessita de Fórum maior e mais quatro residências.
63. MARACANÃ 26.056 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum e residência doados pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Fórum e residência necessitam de reforma • Comarca necessita de telefone/fax.
64. MARAPANIM 20.239 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum e residência reformados em 93. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca necessita de telefone/fax.
65. MARITUBA	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município criado em 94, a ser regionalizado, com infraestrutura para instalação de Comarca.
66. MEDICILÂNDIA 27.164 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	CEPL AC	CEPL AC	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Área doada pela Prefeitura em 94. Documentação no Patrimônio. • Comarca com pouca demanda judicial.

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

96

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.			
67. MELGAÇO 14.934 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE SOURÉ	☐	☐	⊖	• Fórum funciona na Câmara Municipal. • Termo com pouca demanda judicial.	
68. MOCAJUBA 19.081 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona na Prefeitura. • Área doada pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Comarca com pouca demanda judicial.	
69. MOJU 41.426 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA 2 VARAS	EST	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum reformado e ampliado em 94. Documentação em fase de doação. Residência construída em 94, em área doada pela Prefeitura. Doc. no Patrimônio. • Comarca necessita de mais uma residência e fax. • Comarca com muita demanda judicial.	
70. MONTE ALEGRE 47.858 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum reformado em 94. Residência necessita de reforma. Ambos doados pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Comarca necessita de fax. • Comarca com muita demanda judicial.	
71. MOSQUEIRO	VARA DISTRITAL	TJE	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo.	• Área doada pela prefeitura em 92. Fórum concluído em 93. Documentação no patrimônio. • Comarca necessita de telefone/fax.	
72. MUANÁ 22.795 Hab	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum reformado em 93. Documentação em fase de doação. • Residência construída em 94, em área doada pela Prefeitura. Documentação no Patrimônio. • Comarca necessita de telefone/fax.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

97

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL			OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS	
		FÓRUM	RESID.		
73. NOVA ESPERANÇA DO PIRÁ 6.714 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 4ª Região Judiciária (BRAGANÇA) sem infra-estrutura para instalação de comarca. • Área doada pela prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Município integrante da 8ª Região Judiciária (MARABÁ) sem infra-estrutura para instalação de comarca.
74. NOVA IPIXUNA	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Fórum e residência necessitam de reforma. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca necessita de telefone/fax.
75. NOVA TIMBOTEUA 9.335 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	
76. NOVO PROGRESSO 5.962 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 11ª Região Judiciária (SANTARÉM) sem infra-estrutura para instalação de comarca.
77. NOVO REPARTIMENTO 29.753 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 7ª Região Judiciária (TUCURUI) sem infra-estrutura para instalação de comarca.
78. ÓBIDOS 42.502 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 1 VARA	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui, veículo, telefone/fax.	• Fórum doado pela Santa Casa em 94. Residência adquirida em 94. Documentação dos mesmos no Patrimônio. • Fórum necessita de reforma.

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

- ☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência
⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

98

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.	FÓRUM	RESID.	
79. OEIRAS DO PARÁ 19.406 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum e residência doados pela Prefeitura em 94. Documentação dos mesmos no Patrimônio. • Fórum e residência necessitam de reforma.	
80. ORIXIMINÁ 41.738 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum e residência necessitam de reforma urgente. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca necessita de fax.	
81. OURÉM 13.110 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum e residência necessitam de reforma urgente. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca necessita de fax	
82. OURILÂNDIA DO NORTE 24.544 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 9ª Região Judiciária (REDENÇÃO). • Fórum e residência em construção em área doada pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio.	
83. PACAJÁS 32.626 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	PREF	PREF	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum e residência construídos pela Prefeitura que está providenciando o termo de doação dos mesmos.	
84. PALESTINA DO PARÁ 5.443 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 8ª Região Judiciária (MARABÁ) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

- ☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência
⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

99

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.			
85. PARAGOMINAS 81.449 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo e telefone.	• Fórum e residência necessitam de reforma urgente. Documentação dos mesmos em fase de doação. • Comarca com muita demanda judicial. • Comarca necessita de fax.	
86. PARAUAPEBAS 49.300 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	PREF	CVRD	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum necessita de mobiliário, pois os existentes na Comarca pertencem, em sua maioria à Prefeitura, que não pretende fazer a doação dos mesmos.	
87. PAU D'ARCO 4.946 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 9ª Região Judiciária (REDENÇÃO) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	
88. PEIXE-BOI 5.898 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	PREF	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum necessita de reforma e ampliação • Documentação do Fórum em fase de doação. • Comarca necessita de residência, telefone/fax.	
89. PLACAS	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 11ª Região Judiciária (SANTARÊM) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	
90. PONTA DE PEDRAS 16.799 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 1 VARA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum e residência reformados em 93. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca necessita de fax.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

100

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.	FÓRUM	RESID.	
91. PORTEL 29.882 Hab.	COMARCA DE 1º ENTRÂNCIA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone/fax.	• Fórum e residência necessitam de reforma. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação.	
92. PORTO DE MOZ 15.317 Hab.	COMARCA DE 1º ENTRÂNCIA	PREF	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Área doada pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Comarca com pouca demanda judicial.	
93. PRAINHA 27.542 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE SANTARÊM	☐	☐	⊖	• Fórum funciona na Prefeitura. • Área doada pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Termo com pouca demanda judicial.	
94. PRIMAVERA 17.255 Hab.	COMARCA DE 1º ENTRÂNCIA	PREF	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• A Prefeitura ficou de doar um imóvel para funcionamento do Fórum e da residência. • Comarca com pouca demanda judicial.	
95. QUATIPURU	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município criado em 94, a ser regionalizado, sem infraestrutura para instalação de comarca.	
96. REDENÇÃO 54.349 Hab.	COMARCA DE 1º ENTRÂNCIA	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum e residência construídos em 94, em área doada pela Prefeitura. Documentação no Patrimônio. • Comarca com muita demanda judicial.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

101

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.			
97. RIO MARIA 26.217 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	PREF	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum e residência necessitam de reforma. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação.	
98. RONDON DO PARÁ 41.596 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	PREF	PREF	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum e residência necessitam de reforma. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca com muita demanda judicial.	
99. RURÓPOLIS 20.778 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	PREF	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum construído e doado pela Prefeitura em 93. • Documentação no Patrimônio. • Documentação da residência em fase de doação. • Comarca necessita de telefone/fax.	
100. SALINÓPOLIS 23.443 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone/fax.	• Fórum necessita de reforma. • Residência reformada em 93. • Documentação do Fórum em fase de doação. • Documentação da residência no Patrimônio.	
101. SALVATERRA 12.063 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE SÓURE	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum e residência em construção, em área adquirida em 93. Documentação no Patrimônio.	
102. SANTA BÁRBARA DO PARÁ 9.289 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 1ª Região Judiciária (ANANINDEUA) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

102

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.	FÓRUM	RESID.	
103. SANTA CRUZ DO ARARI 4.815 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE SOURÉ	PREF	PREF	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Termo com pouca demanda judicial.	
104. SANTA ISABEL DO PARÁ 34.139 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 2 VARAS	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum reformado em 93. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação.	
103. SANTA LUZIA DO PARÁ 19.335 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 4ª Região Judiciária (BRAGANÇA) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	
104. SANTA MARIA DAS BARREIRAS 7.432 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 9ª Região Judiciária (REDENÇÃO) sem infra-estrutura para instalação de comarca. • Área doada pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio.	
105. SANTA MARIA DO PARÁ 18.212 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum e residência construídos em 94 em área doada pela Prefeitura. Documentação no Patrimônio. • Comarca necessita de fax.	
106. SANTANA DO ARAGUAIA 16.698 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum e residência doados pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Fórum e residência necessitam de reforma.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

103

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS	BENS MÓVEIS			
			FÓRUM	RESID.		
107.SANTARÉM 271.593 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 4 VARAS	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum necessita de reforma e ampliação. Residência necessita de reforma. Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca necessita de mais três residências.	
108.SANTARÉM NOVO 4.436 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE CAPANEMA	PREF	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Termo com pouca demanda judicial.	
109.SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ 17.662 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE ANANINDEUA	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona no Cartório extrajudicial. • Termo com pouca demanda judicial.	
110.SÃO CAETANO DE ODIVELAS 21.278 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE ANANINDEUA	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona no Cartório extrajudicial. • Termo com pouca demanda judicial.	
111.SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA 14.724 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 8ª Região Judiciária (MARABÁ) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	
112.SÃO DOMINGOS DO CAPIM 20.848 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	PREF	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum reformado em 93. • Documentação do Fórum em fase de doação.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

104

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.	FÓRUM	RESID.	
113. SÃO FELIX DO XINGU 26.500 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone	• Fórum e residência doados pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio.	
114. SÃO FRANCISCO DO PARA 11.709 Hab.	TERMO JUDICIÁRIO DE CASTANHAL	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona no Cartório extrajudicial. • Área doada pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Termo com pouca demanda judicial.	
115. SÃO GERALDO DO ARAGUAIA 40.984 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 8ª Região Judiciária (MARABÁ). • Foram adquiridos em 93, dois imóveis a serem adaptados para Fórum e residência. Documentação no Patrimônio.	
116. SÃO JOÃO DE PIRABAS 16.682 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 3ª Região Judiciária (CAPANEMA) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	
117. SÃO JOÃO DO ARAGUAIA 5.706 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum e residência necessitam de reforma. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca com pouca demanda judicial.	
118. SÃO MIGUEL DO GUAMÁ 33.440 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 2 VARAS	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum e residência necessitam de reforma. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação. • Comarca necessita de mais uma residência.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

105

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.	FÓRUM	RESID.	
119. SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA 15.143 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	PREF	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Área doada pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Comarca com pouca demanda judicial.	
120. SENADOR JOSÉ PORFÍRIO 33.710 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Fórum funciona na Prefeitura. • Área doada pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio. • Comarca com pouca demanda judicial.	
121. SOURE 17.603 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 2 VARAS	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum e residência reformados em 94. • Documentação do Fórum e da residência em fase de doação.	
122. TAILÂNDIA 18.903 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum e residência construídos em 94 em área doada pela Prefeitura. Documentação no Patrimônio. • Comarca necessita de fax.	
123. TERRA ALTA 5.302 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 2ª Região Judiciária (CASTANHAL) sem infra-estrutura para instalação de comarca..	
124. TERRA SANTA 10.893 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 12ª Região Judiciária (ALENQUER) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

106

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMOS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL				OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS		
		FÓRUM	RESID.	FÓRUM	RESID.	
125. TOMÉ AÇU 65.180 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	PREF	PREF	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum reformado e ampliado em 93. Residência reformada em 93. Documentação dos mesmos em fase de doação. • Comarca necessita de veículo e fax. • Comarca com muita demanda judicial.	
126. TRACUATEUA	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município criado em 94 a ser regionalizado. sem infra-estrutura para instalação de comarca.	
127. TRAIRÃO 9.397 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 11ª Região Judiciária (SANTARÉM) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	
128. TUCUMÃ 33.399 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	PREF	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone/fax.	• Fórum novo em construção, em área doada pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio.	
129. TUCURUI 56.701 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 2 VARAS	EST	EST	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum e residência necessitam de reforma urgente. • Documentação do Fórum e residência em fase de doação. • Comarca necessita de mais uma residência.	
130. ULIANÓPOLIS 16.548 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 6ª Região Judiciária (PARAGOMINAS) sem infra-estrutura para instalação de comarca.	

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência

⊖ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

107

MUNICÍPIOS	COMARCAS TERMS MUNICÍPIOS NOVOS	SITUAÇÃO PATRIMONIAL			OBSERVAÇÕES
		BENS IMÓVEIS		BENS MÓVEIS	
		FÓRUM	RESID.		
131. URUARÁ 55.141 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	☐	☐	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui telefone.	• Fórum e residência funcionam em prédios alugados. • Área doada pela Prefeitura em 93. Documentação no Patrimônio.
132. VIGIA 38.577 Hab.	COMARCA DE 2ª ENTRÂNCIA 1 VARA	PREF	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade • Possui veículo, telefone/fax.	• A Prefeitura permutou um imóvel a ser adaptado para o Fórum. Documentação no Patrimônio. • Documentação da residência no Patrimônio.
133. VISEU 56.482 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	TJE	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade.	• Documentação do Fórum e da residência no Patrimônio.
134. VITÓRIA DO XINGU 14.726 Hab.	MUNICÍPIO NOVO	☐	☐	⊖	• Município integrante da 10ª Região Judiciária (ALTAMIRA) sem infra-estrutura para instalação de comarca.
135. XINGUARA 50.927 Hab.	COMARCA DE 1ª ENTRÂNCIA	EST	TJE	• Mobiliário em bom estado. • Realizado o tombamento e assinado o Termo de Responsabilidade. • Possui veículo, telefone/fax.	• Fórum necessita de reforma. Documentação em fase de doação. Residência adquirida em 94. Área doada pela Prefeitura em 94. Documentação dos mesmos no Patrimônio. • Comarca com muita demanda judicial.

Fontes: IBGE e Assessoria de Planejamento / TJE

- ☐ Não existe prédio para funcionamento de Fórum / Residência
☐ Não existem bens móveis

Elaboração: Comissão de Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis / TJE

108

19. JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

A Justiça Militar do Estado do Pará, Órgão do Poder Judiciário, criada em 27 de junho de 1950, tem como principal finalidade, processar e julgar os delitos militares praticados por oficiais e praças da polícia militar, bem como os do corpo de bombeiros, nos crimes praticados em serviço, em todo o Estado do Pará.

Na administração da Desembargadora MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS na Presidência do TJE/PA, a JME foi aquinhoadada com recursos financeiros que permitiram a reforma de sua sede, a aquisição de novos móveis, equipamentos, e computadores, além do encaminhamento à Assembléia Legislativa de projeto de Lei que cria novos cargos, visando adequar a sua estrutura funcional ao considerável aumento do volume de trabalho neste foro especial, tendo como fator impulsionador o recrudescimento da violência na esfera policial, em razão do policiamento ostensivo concretizado na via pública, pelos integrantes da milícia estadual.

♦ Melhoramentos na Atual Sede

Nos exercícios de 93 e 94 realizamos diversos melhoramentos em nossa sede, prédio antigo, localizado à Av. 16 de Novembro nº 486, perímetro compreendido entre as ruas de Óbidos e Triunvirato, no bairro da cidade velha. Dentre os serviços realizados, destacamos a adaptação de mais um plenário para audiências, na parte superior e na inferior (porão), instalações para os Serviços de Contabilidade, Tesouraria, Apoio Judiciário, Assessoria Militar e Informática.

♦ Novo Edifício Sede

A JME foi aquinhoadada com dois imóveis contíguos ao seu, (Av. 16 de Novembro, 470 e 480) por atos de extrema sensibilidade do Governo do Estado, possibilitando a sua ampliação física em condições mais confortáveis aos que nela trabalham, dignificando o Poder Judiciário do qual é parte integrante.

Como medidas efetivas para a construção do novo prédio, contratamos - através de licitação - A elaboração do Projeto Arquitetônico, com área total prevista de 915,25 m2. Todos os projetos complementares necessários ao início da construção, já estão prontos (Estrutural, Fundações, Hidro-Sanitário, Incêndio, Elétrico, Telefônico e Som), bem como a feitura de maquete do projeto de arquitetura e da elaboração do Orçamento Analítico.

♦ Informatização

No exercício de 1994, a JME adquiriu equipamentos e programas de informática, para funcionamento em rede local, que possibilitaram a modernização e agilização de seus serviços.

Os equipamentos adquiridos são os seguintes:

- 1 microcomputador 486 DX, para servidor;
- 5 microcomputadores 386 DX, para estação de rede local;
- 2 impressoras de tecnologia de jato de tinta;
- 1 impressora 132 colunas;
- 2 impressoras 80 colunas;
- 1 estabilizador "nobreak" de 1,0 Kwa;
- 5 estabilizadores de tensão de 1 Kwa;
- 1 "hub" para conexão de 12 estações;
- 1 software Netware 3.12 para rede Novell;

♦ Veículos

Aquisição de um veículo tipo perua, marca Chevrolet, modelo Ipanema GL c/ 4 portas, para uso exclusivo em serviços dos magistrados.

♦ Comenda da Ordem do Mérito Judiciário Militar Estadual

Criada para galardoar pessoas Físicas ou Jurídicas, Nacionais ou Estrangeiras, que pelos seus serviços nas suas esferas, tenham contribuído diretamente para o engrandecimento da Justiça Militar do Estado do Pará, ou por mérito excepcionado, se tenham tornado merecedores do especial reconhecimento do Poder Judiciário Militar.

Esta comenda é composta de : Medalha, Fita, Barreta e Roseta.

♦ Medalha de Bons Serviços

Instituída para ser conferida aos serventuários, funcionários e empregados da Justiça Militar do Estado do Pará, com a finalidade exclusiva de demonstrar o reconhecimento da JME aos seus servidores, pelos relevantes serviços.

A medalha tem forma circular com fita, cunhada em metal bronzado, prateado e dourado, a ser concedida para servidores com 10, 20 e 30 anos de efetivo exercício, respectivamente.

♦ Assessoria Militar

Chefiada por Oficial PM, destinada a supervisionar os militares que prestam serviços a esta JME; como também tratar de assuntos nas áreas dos comandos militares, tanto da PM como dos Bombeiros

♦ Receita e Despesa

No biênio 93/94, coube a JME, recursos orçamentários para custeio das suas despesas de manutenção, os valores de CR\$ 79.809.022,00 e R\$ 844.679,79, respectivamente, distribuídos em grupos conforme demonstrado nos quadros abaixo:

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO (1993)			CR\$
DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ATUALIZAÇÕES	ORÇAMENTO FINAL
Manutenção	5.570.506,00	74.238.516,00	79.809.022,00
Pessoal	3.488.877,00	43.810.953,00	47.299.830,00
Outros Custeios	357.377,00	4.760.401,00	5.117.778,00
Despesas de Capital	1.724.252,00	25.667.162,00	27.391.414,00

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO (1994)			CR\$
DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ATUALIZAÇÕES	ORÇAMENTO FINAL
Manutenção	102.223,98	742.454,81	844.678,79
Pessoal	82.917,08	525.512,00	608.429,08
Outros Custeios	13.416,00	85.027,63	98.443,63
Despesas de Capital	5.890,90	131.915,18	137.806,08

20. CONCLUSÃO

A apresentação deste Relatório traduz o trabalho e o compromisso de todos os que fizeram a administração do TJE, ao longo dos dois últimos anos.

As atividades desenvolvidas demonstram o que foi realizado visando melhorar a prestação jurisdicional no Estado, com ênfase para as ações que foram implementadas em prol da modernização e celeridade do judiciário como a realização dos Concursos Públicos, na capital e no interior, a instalação de novas Comarcas, a construção de Foruns e residências para juizes, a criação da Central de Mandados no Forum Criminal a implantação da Central de Distribuição, Central de Mandados, Setor de Resenha e Setor de Coordenação de Distribuição no Forum Cível, a transformação dos Juizados Informais em Juizados Especiais, a criação de Juizados de Pequenas Causas em diversos municípios do interior do Estado, o Programa de Informatização do TJE, além de outras de natureza administrativa.

No momento em que deixamos o cargo, temos convicção das mudanças ocorridas, resultantes da visão de futuro e da aposta nos investimentos em modernidade, única alternativa de colocar o Judiciário a altura do cumprimento de sua missão junto aos demais poderes do Estado.

A todos os que atenderam aos nossos pedidos de cooperação na administração da Justiça, ficam aqui registrados nossos agradecimentos, em especial aos que estiveram sempre conosco na luta por objetivos comuns.

Finalmente agradecemos aos magistrados, serventuários de justiça e demais servidores do Poder Judiciário a colaboração recebida e, saibamos todos, que o êxito da administração é creditado a todos nós.

ANEXOS

Municípios do Estado do Pará: dados gerais e judiciários (Anexo 1)

MUNICÍPIOS	LEI / DECRETO DE CRIAÇÃO	SITUAÇÃO JUDICIÁRIA	REGIÃO JUDICIÁRIA		ENT	VARAS	CART.	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
			ANTERIOR (Código Lei nº 5.008)	ATUAL (Resolução nº 015/94)				
ABATETUBA	LEI Nº 334 / 06-07-1895	Comarca	11º Sede	5º / Sede	2*	3	3	o mesmo
ABEL FIGUEIREDO	LEI Nº 5.708 / 27-12-1991	Com. à Inst.	*	8º / Marabá	⊖	⊖	⊖	Bom Jesus do Tocantins
ACARÁ	LEI Nº 579 / 08-01-1932	Termo/ Pret.	10º / S.D. Cap.	5º / Abaet.	⊖	⊖	1	o mesmo
AFUÁ	DEC. Nº 170 / 02-08-1890	Comarca	7º / Afuá	13º / Gurupá	1*	1	1	o mesmo
ÁGUA AZUL do NORTE	LEI Nº 5.694 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	8º / Marabá	⊖	⊖	⊖	Parauapebas
ALENQUER	Nº 140 / 23-06-1848	Comarca	14º / Sede	12º / Sede	2*	1	2	o mesmo
ALMEIRIM	17-03-1890	Comarca	15º / M. Aleg.	13º / Gurupá	1*	1	1	o mesmo
ALTAMIRA	LEI Nº 811 / 14-04-1874	Comarca	13º / Sede	10º / Sede	2*	3	4	Souzel
ANAJÁS	25-07-1887	Termo/ Pret.	7º / Afuá	14º / Soure	⊖	⊖	1	Chaves e Breves
ANANINDEUA	LEI Nº 4.505 / 30-12-1943	Comarca	3º / Sede	1º / Sede	2*	5	1	Belém
AURORA DO PARÁ	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Com. à Inst.	*	6º / Parag.	⊖	⊖	⊖	Irituia/ S. Dom. do Capim
AUGUSTO CORRÊA	LEI Nº 5.698 / 13-12-1991	Comarca	1º / Bragança	4º / Bragança	1*	1	1	Bragança
AVEIRO	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Termo/ Pret.	13º / Altamira	11º / Santar	⊖	⊖	1	Itaituba/Juruti/Santarém
BAGRE	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Termo / Pret.	8º / Breves	15º / Cametá	⊖	⊖	1	⊖
BAJÃO	Dec. nº 131 / 10-04-1890	Comarca	11º / Abaeté	15º / Cametá	1*	1	1	o mesmo
BANNACH	LEI Nº 5.761 / 15-10-1993	Com. à inst.	*	9º / Redenção	⊖	⊖	⊖	Ouriândia do Norte
BARCARENA	Dec. nº 4.505/ 30-12-1943	Comarca	11º / Abaeté	15º / Abaeté	1*	1	1	o mesmo
BELÉM	LEI 12/ 01 / 1666	Comac. Cap.	Capital	Capital	3*	18Cm/24Civ.	⊖	⊖
BENEVIDES	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Termo/ Pret.	4º / Curuçá	1º / Ananind.	⊖	⊖	1	⊖
BOM JESUS DO TOC.	LEI Nº 5.454 / 10-05-1988	Com. à Inst.	*	3º / Capan.	⊖	⊖	⊖	S. João do Araguaia
BONITO	LEI Nº 2.460 / 19-12-1961	Termo/ Pret.	1º / Bragança	3º / Capanem	⊖	⊖	1	Ourém/ S. Mig. do Guamá
BRAGANÇA	LEI Nº 252 / 02-10-1854	Comarca	1º / Sede	4º / Sede	2*	2	3	o mesmo
BRASIL NOVO	LEI Nº 5.692 / 13-12-1991	Comarca	*	10º / Altam.	1*	1	⊖	Medic. / Altam. / Porto Moz
BREJO GDE. DO ARAG.	LEI Nº 5.448 / 10-05-1988	Com. à Inst.	*	8º / Marabá	⊖	⊖	⊖	São João do Araguaia
BREU BRANCO	Nº 5.703 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	7º / Tucuruí	⊖	⊖	⊖	Tucur./ Moji/ Rondon Pa.
BREVES	Dec. nº 73 / 06-03-1890	Comarca	8º / Sede	14º / Sede	2*	1	1	o mesmo
BUJARÚ	Dec. nº 4.505 / 30-12-1943	Termo/ Pret.	10º / S. D. Cap.	1º / Ananind.	⊖	⊖	1	S. Doming. do Capim
CACHEOEIRA DO ARARI	Dec. nº 22 / 28-01-1890	Comarca	6º / Soure	14º / Soure	1*	1	2	o mesmo
CAMETÁ	Res. nº 145 / 24-10-1848	Comarca	11º / Abaeté	15º / SEDE	2*	1	1	o mesmo

Fonte: IBGE

- * Município Novo
- ⊖ Sem informação
- ⊖ Não se aplica

Elaboração: Assessoria de Planejamento / TJE

MUNICÍPIOS	LEI/DECRETO DE CRIAÇÃO	SITUAÇÃO JUDICIÁRIA	REGIÃO JUDICIÁRIA		ENT	VARAS	CART.	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
			ANTERIOR (Código Lei nº 5.008)	ATUAL (Resolução nº 015/94)				
CANAÃ DOS CARAJAS	Nº 5.860 / 05-10-94	Com. à Inst.	*	*	Θ	Θ	□	Parauapebas
CAPANEMA	Nº 934 / 31-07-1879	Comarca	1º / Bragança	3º Sede	2º	2	3	Bragança
CAPTÃO POÇO	Nº 2.460 - 29-12-1961	Comarca	9º / S. Mig. Gua.	4º / Bragança	1º	1	1	Capanema
CASTANHAL	28-01-1932	Comarca	3º / Ananindeua	2º / Castanhal	2º	3	3	Belém
CHAVES	09-03-1889	Comarca	7º / Afuá	13º / Curupá	1º	1	1	o mesmo
COLARES	Nº 2.460 / 29-12-1961	Termo/ Pret.	5º / Vigia	1º / Ananind.	Θ	Θ	1	Vigia
CONCEIÇÃO DO ARAG.	1908	Comarca	12º / Marabá	9º / Redenção	2º	2	1	Baião
CONCORDIA DO PARA	Nº 5.442 / 10-05-1988	Com. à Inst.	*	*	Θ	Θ	1	Bujari
CUMARU DO NORTE	Nº 5.710 / 27-12-1991	Com. à Inst.	*	*	Θ	Θ	□	Ouriândia do Norte
CURIONÓPOLIS	Nº 5.444 / 10-05-1988	Comarca	8º / Breves	8º / Marabá	1º	1	1	Marabá
CURRALINHO	Dec. nº 79 / 06-03-1890	Termo/ Pret.	4º / Sede	14º / Soure	Θ	Θ	1	o mesmo
CURUÇA	Nº 236 / 14-05-1895	Comarca	*	2º / Castanhal	2º	1	2	o mesmo
DOM ELISEU	Nº 5.450 / 10-05-1988	Com. à Inst.	*	6º / Paragom.	Θ	Θ	□	Paragominas
ELDORADO DO ARAG.	Nº 5.687 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	8º / Marabá	Θ	Θ	□	Curionópolis
FARO	27-12-1778	Termo/ Pret.	14º / Alenquer	12º / Alenq	Θ	Θ	1	o mesmo
FLORESTA DO ARAG.	Nº 5.760 / 15-10-1993	Com. à Inst.	*	9º / Redenção	Θ	Θ	□	Conceição do Araguaia
GARRAFO DO NORTE	Nº 5.445 / 10-05-1988	Com. à Inst.	*	4º / Bragança	Θ	Θ	□	Ourem
GOIANÉSIA DO PARA	Nº 5.686 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	7º / Tucuruí	Θ	Θ	□	Rond. Pa/ Jacund/ Moju/ Tuc.
GURUPA	Nº 1.209 / 11-11-1885	Comarca	8º / Breves	13º / Sede	1º	1	1	o mesmo
IGARAPÉ AÇÚ	Nº 985 / 26-10-1906	Comarca	1º / Bragança	2º / Castanhal	1º	1	1	Belém
IGARAPÉ MIRI	Nº 113 / 16-10-1843	Comarca	11º / Abaeté	5º / Abaeté	1º	1	2	o mesmo
INHANGAPI	Dec. nº 4.503	Termo/ Pret.	3º / Ananindeua	2º / Castanhal	Θ	1	1	Belém
IPIXUNA DO PARA	Nº 5.690 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	6º / Parag.	Θ	Θ	□	São Domingos do Capim
IRITUIA	Nº 534 / 12-10-1867	Comarca	9º / S. Mig. Gua.	4º / Brag.	1º	1	1	o mesmo
ITAITUBA	LEI Nº 684 / 23-03-1900	Comarca	13º / Altamira	11º / Sant.	2º	2	2	o mesmo
ITUPIRANGA	LEI Nº 62 / 31-12-1947	Comarca	12º / Marabá	8º / Marabá	1º	1	1	Baião
JACAREACANGA	LEI Nº 5.691 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	11º / Santar	Θ	Θ	□	Itaituba
JACUNDA	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Comarca	12º / Marabá	7º / Tucuruí	1º	1	1	Marabá
JURUTÍ	LEI Nº 1.152 / 09-04-1883	Termo/ Pret.	14º / Alenquer	11º / Santar	Θ	Θ	1	o mesmo

Elaboração: Assessoria de Planejamento / TJE

Fonte: IBGE

* Município Novo

□ Sem informação

Θ Não se aplica

MUNICÍPIOS	LEI/DECRETO DE CRIAÇÃO	SITUAÇÃO JUDICIÁRIA	REGIÃO JUDICIÁRIA		ENT	VARAS	CART.	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
			ANTERIOR (Código Lei nº 5.008)	ATUAL (Resolução nº 015/94)				
LIMOEIRO DO AJURU	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Termo/ Pret.	11º / Abaeté	15º / Cametá	Θ	Θ	1	Cametá
MAE DO RIO	LEI Nº 5.456 / 11-05-1988	Comarca	*	6º / Paragom.	1º	1	1	Irituia
MAGALHÃES BARATA	LEI Nº 2.456 / 29-12-1961	Termo/ Pret.	4º / Curuça	2º / Castanhal	Θ	Θ	1	Marapanim
MARABÁ	LEI Nº 2.207 / 27-10-1923	Comarca	12º / Sede	8º / Sede	2º	5	4	Baião
MARACANÁ	LEI Nº 1.209 / 11-11-1885	Comarca	1º / Bragança	2º / Castanhal	1º	1	1	o mesmo
MARAPANIN	LEI Nº 802 / 04-03-1874	Comarca	4º / Curuça	2º / Cast.	1º	1	1	o mesmo
MARITUBA	LEI Nº 5.857 / 22-09-1994	Com. à Inst.	*	*	Θ	Θ	□	Benevides
MEDICILÂNDIA	LEI Nº 5.438 / 06-05-1988	Comarca	*	10º / Alt.	1º	1	□	Praiaha
MELGAÇO	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Termo/ Pret.	7º / Afuá	14º / Soure	Θ	Θ	1	Breves
MOCAJUBA	LEI Nº 707 / 05-04-1872	Comarca	11º / Abaeté	15º / Cametá	1º	1	1	o mesmo
MOJÚ	LEI Nº 279 / 28-08-1856	Comarca	10º / S. Do Cap.	5º / Abaeté	1º	2	1	o mesmo
MONTE ALEGRE	LEI Nº 970 / 15-03-1880	Comarca	15º / Sede	12º / Alenq.	1º	1	2	o mesmo
MUANA	LEI Nº 324 / 06-06-1895	Comarca	6º / Soure	14º / Soure	1º	1	1	o mesmo
NOVA ESPER. DO PIRIA	LEI Nº 5.707 / 27-12-1991	Com. à Inst.	*	8º / Marabá	Θ	Θ	□	Viseu
NOVA IPIXUNA	LEI Nº 5.762 / 20-10-1993	Com. à Inst.	*	8º / Marabá	Θ	Θ	□	Jacundá/ Itupiranga
NOVA TIMBOTEUA	LEI Nº 4.505 / 30-12-1943	Comarca	2º / Sede	3º / Capanem	1º	1	1	Igarapé Aqu/ Santarém Novo
NOVO PROGRESSO	LEI Nº 5.700 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	11º / Sant.	Θ	Θ	1	Itaituba
NOVO REPARTIMENTO	LEI Nº 5.702 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	7º / Tucuruí	Θ	Θ	□	Tucuruí/ Jacundá/ Pacajá
ÓBIDOS	Res. nº 252 / 02-10-1854	Comarca	15º / M. Alegre	12º / Alenq.	2º	1	2	o mesmo
OERAS DO PARA	29-05-1762	Comarca	8º / Breves	15º / Cametá	1º	1	1	o mesmo
ORIXIMINA	05-12-1894	Comarca	14º / Alenquer	12º / Alenq	1º	1	1	o mesmo
OURÉM	29-05-1762	Comarca	9º / S. M. Guam	4º / Bragança	1º	1	1	o mesmo
OURILÂNDIA DO NORTE	LEI Nº 5.449 / 10-05-1988	Com. à Inst.	*	9º / Redenção	*	Θ	□	São Félix do Xingú
PACAJÁ	LEI Nº 5.447 / 10-05-1988	Comarca	*	7º / Tucuruí	1º	1	1	Portel
PALESTINA DO PARA	LEI Nº 5.689 / 13-05-1991	Com. à Inst.	*	8º / Marabá	Θ	Θ	□	Brejo Grande do Araguaia
PARAGOMINAS	□	Comarca	9º / S. M. Guam	6º / Parag.	1º	1	1	□
PARAUAPÉBAS	LEI Nº 5.443 / 10-05-1988	Comarca	*	8º / Marabá	1º	1	1	Marabá
PAU D'ARCO	LEI Nº 5.696 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	9º / Redenção	Θ	Θ	□	Redenção
PEixe BOI	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Comarca	2º / Nova Timb.	3º / Capan.	1º	1	1	Nova Timboteua

Elaboração: Assessoria de Planejamento / TJE

Fonte: IBGE

* Município Novo

□ Sem informação

Θ Não se aplica

MUNICÍPIOS	LEI/DECRETO DE CRIAÇÃO	SITUAÇÃO JUDICIÁRIA	REGIÃO JUDICIÁRIA		ENT	VARAS	CART.	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
			ANTERIOR (Código Lei nº 5.008)	ATUAL (Resolução nº 015/94)				
PLACAS	LEI Nº 5.783 / 20-12-1993	Com. à Inst.	*	11º / Santar	⊖	⊖	□	Santarém
PONTA DE PEDRAS	LEI Nº 886 / 18-04-1877	Comarca	6º / Soure	14º / Soure	2*	1*	1	o mesmo
PORTEL	Dec. nº 110 / 25-10-1843	Comarca	7º / Afuá	15º / Carnetá	1*	1	1	o mesmo
PORTO DE MOZ	Dec. nº 110 / 25-10-1843	Termo/ Pret.	13º / Altamira	10º / Altamira	⊖	⊖	1	o mesmo
PRAINHA	06-07-1758	Termo/ Pret.	15º / M. Alegre	11º / Santar	⊖	⊖	1	o mesmo
PRIMAVERA	07-01-1880	Comarca	2º / Nov. Timb.	3º / Capanem	1*	1	1	Brag. / Capan. / Salinópolis
QUATIPURU	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Com. à Inst.	*	*	⊖	⊖	□	Primavera
REDEÇÃO	LEI Nº 5.028 / 13-05-1982	Comarca	12º / Marabá	9º / Sede	1*	1	1	Conceição do Araguaia
RIO MARIA	LEI Nº 5.028 / 13-05-1982	Comarca	12º / Marabá	9º / Redenção	1*	1	□	Conceição do Araguaia
RONDON DO PARÁ	LEI Nº 5.027 / 13-05-1982	Comarca	12º / Marabá	8º / Marabá	1*	1	1	S. Domingos do Capim
RURÓPOLIS	LEI Nº 5.446 / 10-05-1988	Comarca	..	11º / Santar	1*	1	□	o mesmo
SALINÓPOLIS	LEI Nº 5.859 / 05-10-94	Comarca	2º / Nov. Timb.	3º / Capanem	1*	1	1	o mesmo
SALVATERRA	LEI Nº 1081 / 02-11-1882	Termo/ Pret.	6º / Soure	14º / Soure	⊖	⊖	1	o mesmo
STA. BARBARA DO PA	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Com. à Inst.	*	1º / Ananind.	⊖	⊖	□	Benevides
STA. CRUZ DO ARARI	LEI Nº 5.693 / 13-12-1991	Termo/ Pret.	6º / Soure	14º / Soure	⊖	1	1	Ponta de Pedras
STA. IZABEL DO PARÁ	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Comarca	3º / Ananindeua	1º / Ananind.	2*	2	1	Belém/ Castanhal
STA. LUZIA DO PARÁ	LEI Nº 5.688 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	4º / Brag.	⊖	⊖	□	Ouren/ Bragança/ Viseu
STA. M ^a . BARREIRAS	LEI Nº 5.451 / 10-05-1988	Com. à Inst.	*	9º / Redenção	⊖	⊖	□	Santarém do Araguaia
STA. MARIA DO PARÁ	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Comarca	2º / Nov imbot.	3º / Capanem	1*	1	1	Ouren/ Bragança/ Viseu
SANTANA DO ARAG.	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Comarca	12º / Marabá	9º / Redenção	1*	1	1	Conceição do Araguaia
SANTARÉM	14-03-1758	Comarca	15º / Mont. Aleg.	11º / Santar	2*	4	3	o mesmo
SANTARÉM NOVO	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Termo/ Pret.	3º / Ananindeua	3º / Capanem	⊖	⊖	1	o mesmo
STO. ANTO. DO TAUÁ	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Termo/ Pret.	5º / Vigia	1º / Ananind.	⊖	⊖	1	Sta Izabel do Pará
S. CAETANO DE ODIVEL.	LEI Nº 707 / 05-11-1872	Termo/ Pret.	5º / Vigia	1º / Ananind.	⊖	⊖	1	o mesmo
S. DOMING. DO ARAG.	LEI Nº 5.706 / 27-12-1991	Com. à Inst.	*	8º / Marabá	⊖	⊖	□	S. João do Araguaia
S. DOMING. DO CAPIM	Dec. de 09-12-1890	Comarca	10º / Sede	6º / Parag.	1*	1	1	o mesmo
S. FÉLIX DO XINGU	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Comarca	13º / Altamira	9º / Redenção	1*	1	1	□
S. FRANC. DO PARÁ	LEI Nº 4.505 / 30-12-1943	Termo/ Pret.	3º / Ananindeua	2º / Cast.	⊖	⊖	1	Belém, Castanhal
S. GERALDO DO ARAG.	LEI Nº 5.441 / 10-05-1988	Com. à Inst.	*	8º / Marabá	⊖	⊖	□	Xinguara

Fonte: IBGE

* Município Novo

□ Sem informação

⊖ Não se aplica

Elaboração: Assessoria de Planejamento / TJE

MUNICÍPIOS	LEI/DECRETO DE CRIAÇÃO	SITUAÇÃO JUDICIÁRIA	REGIÃO JUDICIÁRIA		ENT	VARAS	CART.	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
			ANTERIOR (Código Lei nº 5.008)	ATUAL (Resolução nº 015/94)				
S. JOÃO DE PIRABÁS	LEI Nº 5.453 / 10-05-1988	Com. à Inst.	*	3º / Capanem	⊖	⊖	□	Primavera
S. JOÃO DO ARAG.	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Comarca	12º / Marabá	8º / Marabá	1*	1	1	Baão
S. MIGUEL DO GUAMÁ	LEI Nº 663 / 31-10-1873	Comarca	9º / S.M. Guam	3º / Capanem	2*	2	1	o mesmo
S. SEB. DA BOA VISTA	07-01-1881	Comarca	6º / Soure	14º / Soure	1*	1	1	□
SENAD. JOSÉ PORFÍRIO	LEI Nº 2.460 / 29-12-1961	Comarca	13º / Altamira	10º / Altamira	1*	1	1	□
SOURCE	20 / 01 / 1859	Comarca	6º / Sede	14º / SEDE	2*	2	□	o mesmo
TAILÂNDIA	LEI Nº 5.452 / 10-05-1988	Com. à Inst.	*	5º / Abaeté	⊖	⊖	□	Acará
TERRA ALTA	LEI Nº 5.709 / 27-12-1991	Com. à Inst.	*	2º / Carnetá	⊖	⊖	□	Curuçá
TERRA SANTA	LEI Nº 5.699 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	12º / Alenq	⊖	⊖	□	Faro/Oriximiná
TOMÉ AÇU	31-12-1968	Comarca	10º / S D Capim	6º / Parag.	1*	1	1	Mojú
TRACUATEUA	LEI Nº 5.858 / 29-09-1994	Com. à Inst.	*	*	⊖	⊖	□	Bragança
TRAIRÃO	LEI Nº 5.695 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	11º / Sant.	⊖	⊖	1	Itaituba
TUCUMÁ	LEI Nº 5.455 / 10-05-1988	Comarca	*	9º / Redenção	1*	1	1	S. Félix do Xingu
TUCURUI	LEI Nº 62.art. 36/31-12-1947	Comarca	12º / Marabá	7º / Sede	2*	2	2	Baão
ULIANÓPOLIS	LEI Nº 5.697 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	6º / Parag.	⊖	⊖	□	Paragominas
URUARA	LEI Nº 5.435 / 05-05-1988	Comarca	*	10º / Altamira	1*	1	1	Prainha
VIGIA	LEI Nº 252 / 02-10-1845	Comarca	5º / Vigia	1º / Ananind.	2*	1	1	o mesmo
VITÓRIA DO XINGU	LEI Nº 5.701 / 13-12-1991	Com. à Inst.	*	10º / Altamira	⊖	⊖	□	Alt. / Sen. J. Porf. / Porto Moz
VISEU	LEI Nº 301 / 22-12-1856	Comarca	10º / Bragança	4º / Bragança	1*	1	1	o mesmo
XINGUARA	LEI Nº 5.028 / 13-05-1982	Comarca	12º / Marabá	9º / Redenção	1*	1	1	Conceição do Araguaia

Fonte: IBGE

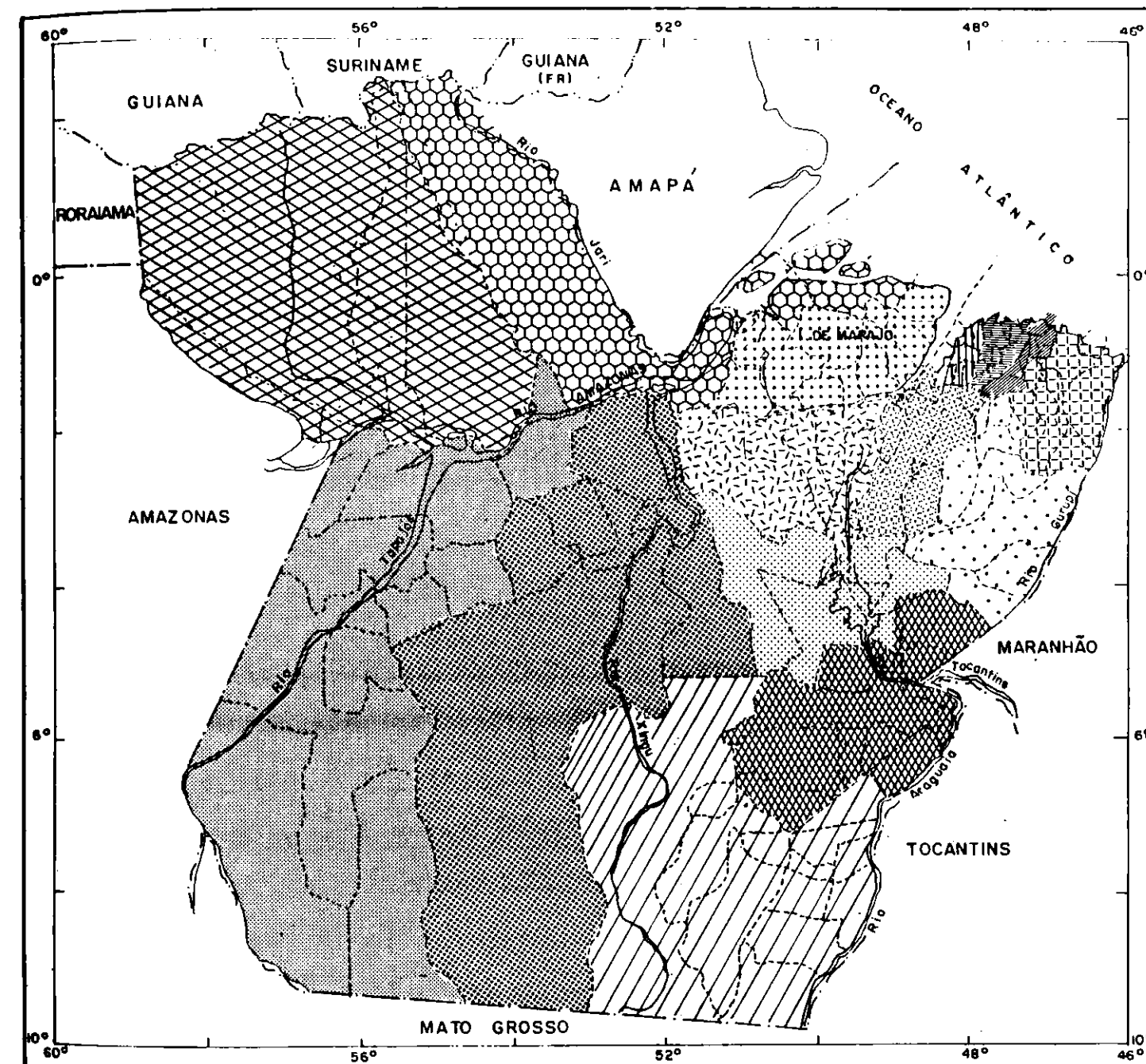
* Município Novo

□ Sem informação

⊖ Não se aplica

Elaboração: Assessoria de Planejamento / TJE

ESTADO DO PARÁ REGIONALIZAÇÃO JUDICIÁRIA (Anexo 2)



LEGENDA

- | | |
|--|----------------------|
| | 1ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 2ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 3ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 4ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 5ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 6ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 7ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 8ª REGIÃO JUDICIÁRIA |

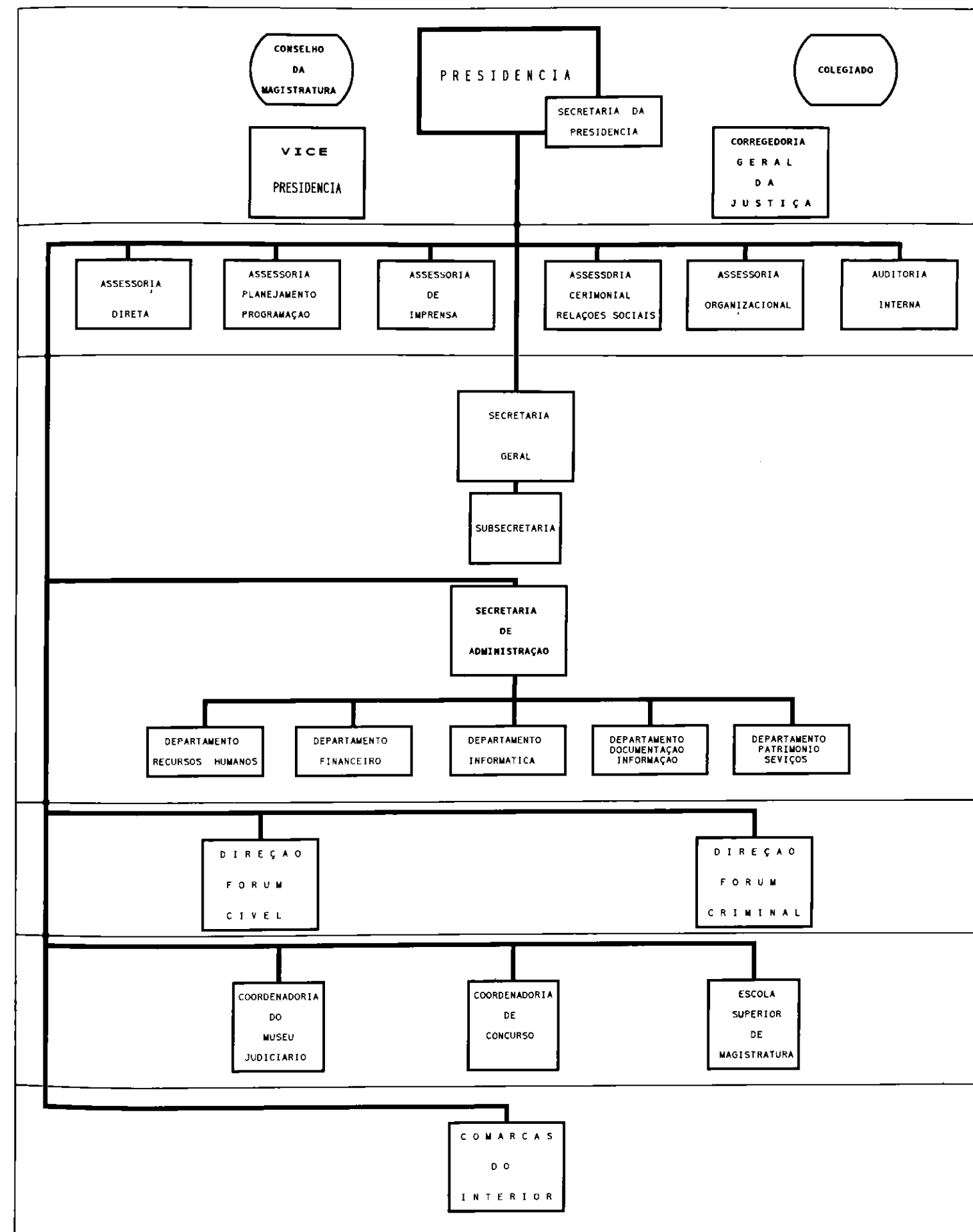
0 80 160 240 320 Km
ESCALA GRAFICA

- | | |
|--|-----------------------|
| | 9ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 10ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 11ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 12ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 13ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 14ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | 15ª REGIÃO JUDICIÁRIA |
| | BELEM |

CONVENÇÕES

- CAPITAL DO ESTADO
- LIMITE INTERNACIONAL
- LIMITE ESTADUAL
- LIMITE MUNICIPAL
- ~ RIOS

ORGANOGRAMA DO TJE (Anexo 3)



Gelpac